



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE



NÍVEL MESTRADO

JEANGELA CARLA RODRIGUES DE MELO

A CONTRIBUIÇÃO DO PRONAF NA REPRODUÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES
FAMILIARES EM ITABAIANINHA, SERGIPE

São Cristóvão/SE
Fevereiro de 2026

JEANGELA CARLA RODRIGUES DE MELO

**A CONTRIBUIÇÃO DO PRONAF NA REPRODUÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES
FAMILIARES EM ITABAIANINHA, SERGIPE**

Dissertação apresentada como requisito
para obtenção do título de Mestre pelo
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente da
Universidade Federal de Sergipe.

Orientador: Profa. Dra. Ana Paula
Schervinski Villwock

Coorientador: Prof. Dr. Juliano Luiz Fossá

Linha de Pesquisa: Dinâmica e Avaliação
Ambiental

**São Cristóvão/SE
Fevereiro de 2026**

JEANGELA CARLA RODRIGUES DE MELO

**A CONTRIBUIÇÃO DO PRONAF NA REPRODUÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES
FAMILIARES EM ITABAIANINHA, SERGIPE**

Dissertação apresentada como requisito
para obtenção do título de Mestre pelo
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente da
Universidade Federal de Sergipe.

Aprovado em 24 de Fevereiro de 2026 às 09h00.

Documento assinado digitalmente
 **ANA PAULA SCHERVINSKI VILLWOCK**
Data: 26/03/2026 06:36:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Ana Paula Schervinski Villwock
Presidente-Orientador

Documento assinado digitalmente
 **JULIANO LUIZ FOSSA**
Data: 30/03/2026 08:33:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Juliano Luiz Fossá
UNIPAMPA
Coorientador

Documento assinado digitalmente
 **ANEZIA MARIA FONSECA BARBOSA**
Data: 30/03/2026 10:40:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Anézia Maria Fonseca Barbosa
CODAP/UFS
Examinadora Interna

Documento assinado digitalmente
 **VALDEMAR JOAO WESZ JUNIOR**
Data: 12/04/2026 05:01:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Valdemar João Wesz Júnior
UNILA
Examinador Externo

São Cristóvão/SE
Fevereiro de 2026

Dedico este trabalho aos meus pais, Jeane e Júnior, que sempre valorizaram a minha educação, apoiaram minhas escolhas e me encorajaram a seguir em frente.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

M528c Melo, Jeangela Carla Rodrigues de.
A contribuição do Pronaf na reprodução social dos agricultores familiares em Itabaianinha, Sergipe / Jeangela Carla Rodrigues de Melo; orientadora Ana Paula Schervinski Villwock. – São Cristóvão, SE, 2026.
180 f. : il.

Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e meio ambiente)
– Universidade Federal de Sergipe, 2026.

1. Meio ambiente – Sergipe. 2. Gestão ambiental. 3. Desenvolvimento sustentável. 3. Agricultura familiar. 4. Crédito agrícola. 5. Política pública. I. Villwock, Ana Paula Schervinski, orient.
II. Título.

CDU 502.15(813.7)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que trilharam esse caminho comigo, os de corpo e os de alma. Agradeço, primeiramente, a Deus, pela força da perseverança. Aos meus pais, pelo cuidado, confiança e apoio ao longo de todos os anos na UFS, sem eles, eu nada seria.

Agradeço às amigas que a Agronomia me deu, sem elas, eu não teria chegado tão longe com tanta alegria. Obrigada, Daniela, Larissa e Sandy, por todo o companheirismo. Um agradecimento especial à Milena, por me guiar quando me encontrei perdida, e à Louise, sem a qual esta dissertação não teria sido a mesma, obrigada por me abrigar, por dirigir por horas em estradas difíceis, por ir comigo às fazendas e me dar a segurança de continuar, sou imensamente grata pela amizade e tenho muita sorte em ter vocês ao meu lado.

Ao meu grande amor, Fábio, por sempre acreditar que eu conseguiria, por me mostrar o quão forte eu sou, por me acompanhar na pesquisa de campo e por revelar, a cada dia, a pessoa incrível que escolhi para caminhar comigo. Obrigada por mergulhar junto comigo em minhas aventuras.

Agradeço ao pessoal do GEDRUFES (Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Rural), pela companhia semanal na salinha, pelas risadas em tempos de tensão e pela constante troca de conhecimento e amizade. Em especial, à Eduarda, que entrou junto comigo e se tornou minha dupla, compartilhando pensamentos, desafios e forças para seguir sem perder o essencial. À Julia e à Emilly, por todos os conselhos, risadas e incentivos. Ao pessoal da turma do mestrado, Amilton, Brendha, Emilly, Israel, Iuri, Kelly, Steffany e Thaynara, por tornar o primeiro ano de aulas mais leve.

À minha orientadora, Prof.^a Dra. Ana Paula, por toda a paciência, dedicação e encorajamento ao longo desses dois anos de mestrado, e ao meu coorientador, Prof. Dr. Juliano, pelas palavras de apoio e pela confiança em meu trabalho. À banca de defesa da dissertação, na figura dos professores Dra. Anézia e Dr. Valdemar Wesz Júnior, pelas contribuições valiosas a este estudo. A Gilberto e Gabriela, da GTerra, pela confiança e apoio na indicação dos agricultores para a pesquisa, e a Alexsandro e Júnior, da EMDAGRO, pela indicação e acolhimento.

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Sergipe e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), pelo acolhimento, em especial a Cícero, por sua enorme gentileza. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹, pela concessão da bolsa de estudos, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio à realização deste trabalho.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

O desenvolvimento rural no Brasil está diretamente associado ao fortalecimento da agricultura familiar, segmento central para a dinâmica produtiva, social e territorial dos espaços rurais. Logo, a reprodução social dessas famílias depende de condições que garantam a continuidade da produção e dos modos de vida no campo. Assim, o acesso a políticas públicas de crédito torna-se fundamental, e o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (Pronaf) emerge como instrumento estratégico ao viabilizar recursos financeiros que sustentam a produção e a qualidade de vida das famílias rurais. Assim, o estudo objetivou analisar a contribuição do acesso ao Pronaf na reprodução social dos agricultores familiares em Itabaianinha/SE. No que se refere à metodologia, a pesquisa adotou uma abordagem quanti-qualitativa, estruturada em duas etapas principais: a análise de dados secundários e o levantamento de dados primários. Inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica e documental, bem como a análise de dados do Banco Central do Brasil (BACEN), referentes ao período de 2013 a 2024, com o objetivo de identificar os municípios com maior destaque no acesso ao Pronaf nas três mesorregiões do estado de Sergipe, o que resultou na seleção do município de Itabaianinha como estudo de caso. A escolha do município considerou, especialmente, o volume de contratos e o equilíbrio entre as modalidades de custeio e investimento. A pesquisa de campo baseou-se em amostragem intencional não probabilística, utilizando-se a técnica snowball, por meio da qual foram entrevistados 23 estabelecimentos da agricultura familiar, abrangendo um total de 95 pessoas. Os dados quantitativos possibilitaram a caracterização socioeconômica das famílias e produtiva dos estabelecimentos, enquanto a análise qualitativa foi conduzida a partir da articulação entre a análise de conteúdo e a análise lexical, com apoio do software IRAMUTEQ. Os resultados referentes ao Pronaf em Sergipe entre 2013 e 2024, mostraram uma dependência do custeio e a baixa adoção de investimentos estruturais evidenciam limites à modernização produtiva e à reprodução social da agricultura familiar. Já a caracterização dos estabelecimentos rurais familiares a partir de aspectos socioeconômicos, os resultados evidenciam a centralidade do trabalho familiar, a influência da escolaridade nas estratégias de inserção produtiva, e a diversificação atuando como mecanismo de redução de riscos e reprodução socioeconômica. Nesse contexto, o Pronaf assume papel estruturante ao viabilizar investimentos produtivos, fortalecer a resiliência das famílias e sustentar a reprodução social da agricultura familiar. Também foi evidenciado que no curto prazo, a análise qualitativa o Pronaf viabiliza a produção, garante liquidez, reorganiza o trabalho familiar e contribui para a estabilidade da renda e da permanência no estabelecimento. No longo prazo, o crédito favorece a capitalização, a ampliação do patrimônio e a modernização produtiva, fortalecendo as estratégias de reprodução social das famílias. Contudo, seus efeitos estruturais são limitados por contradições, como a especialização mercantil, as responsabilidades financeiras e a insuficiência do crédito para assegurar, isoladamente, a sucessão rural. Conclui-se que o Pronaf exerce papel central na sustentação das estratégias de permanência, continuidade e reprodução social da agricultura familiar no município de Itabaianinha - SE, embora seus efeitos sejam limitados quando atuam de forma isolada.

Palavras-chave: Agricultura familiar; crédito rural; gestão; políticas públicas.

ABSTRACT

Rural development in Brazil is directly linked to the strengthening of family farming, a key segment for the productive, social, and territorial dynamics of rural areas. Therefore, the social reproduction of these families depends on conditions that guarantee the continuity of production and ways of life in the countryside. Thus, access to public credit policies becomes fundamental, and the National Program for Strengthening Family Farming (Pronaf) emerges as a strategic instrument by providing financial resources that sustain the production and quality of life of rural families. Thus, the study aimed to analyze the contribution of access to Pronaf to the social reproduction of family farmers in Itabaianinha/SE. Regarding the methodology, the research adopted a quantitative-qualitative approach, structured in two main stages: the analysis of secondary data and the collection of primary data. Initially, a bibliographic and documentary review was carried out, as well as an analysis of data from the Central Bank of Brazil (BACEN) for the period from 2013 to 2024, with the aim of identifying the municipalities with the highest access to Pronaf in the three mesoregions of the state of Sergipe, which resulted in the selection of the municipality of Itabaianinha as a case study. The choice of municipality took into account, in particular, the volume of contracts and the balance between financing and investment modalities. The field research was based on non-probabilistic intentional sampling, using the snowball technique, through which 23 family farming establishments were interviewed, covering a total of 95 people. The quantitative data enabled the socioeconomic characterization of families and the productive characterization of establishments, while the qualitative analysis was conducted based on the articulation between content analysis and lexical analysis, with the support of IRAMUTEQ software. The results for Pronaf in Sergipe between 2013 and 2024 showed a dependence on funding and low adoption of structural investments, highlighting the limits to productive modernization and the social reproduction of family farming. The characterization of rural family establishments based on socioeconomic aspects shows the centrality of family work, the influence of education on productive insertion strategies, and diversification acting as a mechanism for risk reduction and socioeconomic reproduction. In this context, Pronaf plays a structural role in enabling productive investments, strengthening the resilience of families, and sustaining the social reproduction of family farming. It was also evident that, in the short term, Pronaf enables production, guarantees liquidity, reorganizes family work, and contributes to income stability and permanence in the establishment. In the long term, credit favors capitalization, asset expansion, and productive modernization, strengthening families' social reproduction strategies. However, its structural effects are limited by contradictions such as commercial specialization, financial responsibilities, and insufficient credit to ensure rural succession on its own. It is concluded that Pronaf plays a central role in sustaining strategies for permanence, continuity, and social reproduction of family farming in the municipality of Itabaianinha, Sergipe, although its effects are limited when acting in isolation.

Keywords: Family farming; rural credit; management; public policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estabelecimentos Agropecuários em Itabaianinha/SE.....	25
Figura 2 - Fluxograma das etapas metodológicas da pesquisa	45
Figura 3 – Mapa das mesorregiões de Sergipe	48
Figura 4 - Entrada/Saída de Itabaininha/SE	50
Figura 5 - Distribuição Regional de Contratos e Recursos do Pronaf em relação aos Estabelecimentos de Agricultura Familiar	57
Figura 6 – Número de Contratos e Montante do Pronaf Custeio e Investimento em Sergipe entre 2013 e 2024.....	64
Figura 7 - Percentual da destinação dos contratos em Sergipe por atividade	66
Figura 8 - Mapa da População de Agricultores Familiares em Sergipe 2019.....	67
Figura 9 - Mapa da Distribuição de Contratos por Município em Sergipe, entre 2013-2024.....	68
Figura 10 - Evolução do número de contratos do Pronaf Custeio e Investimento em Sergipe por Mesorregião, entre 2013-2024.	70
Figura 11 - Evolução do valor de crédito do Pronaf Custeio e Investimento em Sergipe por Mesorregião (2013-2024).....	72
Figura 12 - Evolução do número de contratos do Pronaf Custeio e Investimento por Município, entre 2013-2024.....	75
Figura 13 - Evolução do valor de crédito do Pronaf Custeio e Investimento por Município, entre 2013-2024.....	76
Figura 14 - Perfil Etário e Distribuição por Sexo das Famílias Rurais Entrevistadas em Itabaianinha (SE).	79
Figura 15- Relação entre nível de escolaridade e tempo de trabalho das pessoas que compõem as unidades de produção familiar.....	80
Figura 16 - Relação entre auxílios/benefícios e tipo de tempo de trabalho das pessoas que compõem as unidades de produção familiar.....	83
Figura 17 - Relação entre Número de Tarefas e a Diversificação da Produção Vegetal e Animal	86
Figura 18 - Distribuição dos Estabelecimentos Rurais Familiares por Tipo de Produto Agrícola e Percentual Acumulado.....	88
Figura 19 - Pomares de Tangerina e Laranja em Itabaininha/SE.....	90
Figura 20 -Pastagem em Estabelecimentos Familiares em Itabaininha/SE	91
Figura 21 - Distribuição da Destinação da Produção nos Estabelecimentos Rurais Familiares por Tipo de Produto Agrícola	92
Figura 22 - Distribuição dos Estabelecimentos Rurais Familiares por Tipo de Produto Pecuário e Percentual Acumulado.....	95
Figura 23 - Pecuária Presente nos Estabelecimentos Familiares em Itabaininha/SE	96
Figura 24 - Distribuição da Destinação da Produção nos Estabelecimentos Rurais Familiares por Tipo de Produto Pecuário	99
Figura 25 - Principais canais de acesso às informações sobre o Pronaf utilizados pelos agricultores entrevistados.....	101

Figura 26 - Associações de diferentes Povoados em Itabaininha/SE	103
Figura 27 - Distribuição do tempo de acesso dos agricultores ao Pronaf em anos consecutivos.....	105
Figura 28 - Composição da aplicação dos recursos do Pronaf conforme a modalidade de financiamento	108
Figura 29 - Distribuição do crédito do Pronaf por estabelecimento por tipo de produto financiado	110
Figura 30 - Distribuição dos responsáveis pela elaboração dos projetos do Pronaf.....	112
Figura 31 - Acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) entre os agricultores entrevistados	114
Figura 32 - Análise de Similitude: Influência do Pronaf na Produção do Estabelecimento.....	119
Figura 33 - Análise de Similitude: Influência do Pronaf no Trabalho Familiar.....	124
Figura 34 - Análise de Similitude: Influência do Pronaf na Renda Familiar.....	128
Figura 35 - Análise de Similitude: Influência do Pronaf no Patrimônio	134
Figura 36 - Análise de Similitude: Atuação do Pronaf na Sucessão Rural	137
Figura 37 - Análise de Similitude: Perspectivas Futuras na Utilização do Pronaf	141

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução do número de contratos e montante do Pronaf no Brasil em comparação com o Nordeste no período de 2017 a 2024	59
Tabela 2 - Valores Médios Anuais do Montante por Número de Contratos de Pronaf no Nordeste	62

LISTA DE SIGLAS

AF – Agricultura Familiar

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

BACEN – Banco Central do Brasil

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAF - Cadastro Nacional da Agricultura Familiar

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

IBGE – Instituto Brasileiro de geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROVAP - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

PT – Partido dos Trabalhadores

SAF - Secretaria da Agricultura Familiar

SPSS - Statistical Package for Social Sciences

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

EMDAGRO - Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Pergunta de Pesquisa	17
1.2 Objetivo Geral.....	17
1.3 Objetivos Específicos.....	18
2. AGRICULTURA FAMILIAR, REPRODUÇÃO SOCIAL, E O PRONAF: HISTÓRIA, CONCEITOS E CONTEXTOS NO BRASIL, NORDESTE E SERGIPE. 19	
2.1 Agricultura Familiar: Caracterização no Contexto Brasileiro, Nordeste e Sergipano	19
2.2 Reprodução Social da Agricultura Familiar	26
2.3. Políticas Públicas e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).....	32
3. METODOLOGIA	42
3.1 Revisão Bibliográfica e Documental.....	43
3.2 Pesquisa e Análise de Dados Secundários	44
3.3 Caracterização da Área do Estudo.....	44
3.4 Pesquisa de Levantamento.....	49
3.5 Análise de dados primários	51
4. DISTRIBUIÇÃO DO ACESSO AOS RECURSOS DO PRONAF EM SERGIPE ENTRE OS ANOS DE 2013 E 2024.....	54
4.1 Análise no Brasil e Nordeste.....	54
4.2 Análise em Sergipe.....	62
4.4 Análise por Município	71
5. CARACTERIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS FAMILIARES DE ITABAIANINHA (SE) A PARTIR DOS FATORES DE PRODUÇÃO	76
5.1 Caracterização da Família e do Trabalho	76
5.2 Capital e Produção.....	83
5.3 Dados do Pronaf.....	99
6. A DINÂMICA DO ACESSO AO PRONAF NA REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS RURAIS DE ITABAIANINHA (SE)	116
6.1 Curto Prazo.....	116
6.2 Longo Prazo	131
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
8. REFERÊNCIAS	147
APÊNDICE I - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO	171
ANEXO I – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS	175
ANEXO II - TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE	176
ANEXO III - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	177

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento rural brasileiro tem sido um tema amplamente discutido, envolvendo múltiplas dimensões que refletem as lutas sociais, econômicas, culturais, éticas e políticas ao longo do tempo. Os processos de ocupação territorial e colonização desempenharam um papel crucial na conformação da estrutura agrária e na consolidação da agricultura familiar como base produtiva em diversas regiões do Brasil (Schneider, 2003; Mattei, 2014; Fossá *et al.*, 2024a). Esses nexos históricos estão intrinsecamente ligados a fatores como a imigração europeia, a fragmentação das terras e o uso predominante da mão de obra familiar, elementos que constituíram o núcleo econômico e cultural dessas comunidades (Guimarães Neto, 1989; Werlang, 2006; Goulart Filho, 2010).

Entretanto, Schneider (2003) e Schneider, Cazella e Mattei (2021) ampliam essa análise ao destacar que o desenvolvimento rural não pode ser entendido de forma linear ou uniforme. Para os autores, trata-se de um processo complexo, interativo e hierárquico, no qual múltiplos fatores (históricos, sociais, econômicos e políticos) interagem de maneira dinâmica, produzindo resultados interconectados e adaptados às particularidades de cada território (Schneider, 2003; Schneider; Cazella; Mattei, 2021). Isso implica que a consolidação da agricultura familiar e seus desdobramentos, que atualmente, não resultam apenas dos processos iniciais de ocupação, mas também de uma contínua articulação entre políticas públicas, condições ambientais e transformações econômicas regionais e globais (Wanderley, 2009; Ploeg *et al.*, 2008).

É nesse cenário que a agricultura familiar se consolida como um segmento social historicamente marginalizado nas estratégias de desenvolvimento rural, mas que exerce papel relevante na reprodução social, produtiva e territorial dos espaços rurais (Wanderley, 2009). Responsável por 77,0% dos estabelecimentos agropecuários do país (IBGE, 2019), representa a maioria expressiva do setor produtivo rural brasileiro, desempenhando um papel essencial na segurança alimentar e nutricional nacionalmente, contribuindo significativamente para o consumo interno de alimentos e para as cadeias locais e regionais de produção e distribuição de alimentos e derivados (Atlas, 2020; Grisa; Porto, 2022).

Além de sua importância econômica e social, a agricultura familiar demonstra capacidade de articular práticas sustentáveis com as necessidades de reprodução social

das comunidades, reforçando sua relevância na construção de territórios rurais mais resilientes, inovadores e ambientalmente sustentáveis (Wanderley, 2009). Vale salientar, que o Censo Agropecuário realizado pelo IBGE sistematiza os resultados referentes à agricultura familiar com base na Lei Federal n. 11.326, de 24 de junho de 2006, que orienta a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais (Brasil, 2006). No entanto, alguns autores, como Vieira Filho e Conceição (2010), criticam a definição legal de agricultura familiar por ser restritiva, argumentando que limitar o tamanho da propriedade a quatro módulos fiscais e exigir que a maior parte da renda venha de atividades agropecuárias desconsidera a importância da renda complementar, proveniente de programas de governo e aposentadorias, para a manutenção das atividades. De fato, a definição é contraditória, na medida que exclui formas familiares de agricultura de seu escopo nos termos de Ribeiro (2009) e Villwock (2015).

Cunha (2010) diz que a agricultura familiar não se limita ao uso do trabalho familiar na produção, mas destaca seu papel como um sistema de reprodução social. Nesse sentido, Savoldi e Cunha (2010) afirmam que a família é a "estrutura fundamental de organização da reprodução social," formulando estratégias familiares e individuais que envolvem a transmissão do patrimônio material e cultural; e Perondi e Ribeiro (2000) afirmam que a reprodução social da agricultura familiar são os processos produtivos e reprodutivos que ocorrem simultaneamente e incluem aspectos materiais, sociais, culturais e ideológicos.

Segundo Perondi e Schneider (2012), fortalecer a "reprodução social" envolve criar condições para a continuidade das tradições e redes sociais, aumentando a resiliência frente a crises. Assim, segundo Martins e Oliveira (2013) a reprodução social da família é a realização da transmissão de memórias e práticas culturais que fortalece a família rural, permitindo estratégias de resistência e adaptação às dinâmicas econômicas hegemônicas, favorecendo práticas agrícolas mais harmoniosas com o meio ambiente, desempenhando um papel crucial na preservação ambiental.

Nesse contexto, a demanda por recursos monetários externos torna-se essencial para os agricultores familiares garantirem a continuidade e o crescimento da produção agropecuária no país e a sua reprodução social, sendo que a falta de acesso a esses recursos pode resultar em perdas significativas de produção e até mesmo no deslocamento das famílias do campo para áreas urbanas em busca de oportunidades econômicas (Berni, 1999).

Assim, na década de 1990, para enfrentar esse desafio, o Governo Federal brasileiro criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) ao reformular a concepção e a área de atuação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) (Fossá; Matte; Mattei, 2022). O objetivo do Pronaf é oferecer, desde sua criação, recursos financeiros com taxas de juros acessíveis, visando manter as famílias agricultoras no campo e melhorar suas condições de vida (Fossá; Tonezer; Badalotti, 2018). Os subsídios concedidos pelo Pronaf são direcionados para financiamentos de infraestrutura e serviços agropecuários, contribuindo assim para o desenvolvimento da atividade agrícola (Souza *et al.*, 2010). Essa abordagem integrada visa não apenas fortalecer a agricultura familiar, mas também promover o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais (Gazolla; Schneider, 2013).

Assim, o Pronaf torna-se peça-chave na relação entre políticas públicas e a reprodução social da agricultura familiar, ao oferecer condições mínimas para que essas famílias possam planejar, produzir, resistir às adversidades e projetar o futuro. No entanto, na prática, o programa ainda é amplamente direcionado para a agricultura convencional, com pouca representatividade para práticas alternativas, como a agricultura orgânica e a agroecológica, assim, o uso de insumos químicos e tecnologias intensivas segue predominante na agricultura familiar, e o Pronaf tem feito pouco para alterar essa trajetória, fortalecendo, em muitos casos, o modelo produtivista tradicional (Weid, 2010; Schneider; Cazella; Mattei, 2021).

Além disso, salienta-se que há disparidade na partilha dos recursos do Pronaf entre as regiões do Brasil. As causas por trás dessa disparidade revelam obstáculos significativos enfrentados pelos agricultores nordestinos para o acesso, notadamente relacionados à baixa escolaridade, renda limitada e acesso restrito a tecnologias produtivas (Aquino; Alves; Vidal, 2020). Ressalta-se também, que quando o crédito é acessado, ele deve ser bem utilizado, ou seja, não deve haver gestão inadequada do crédito, pois pode acarretar uma série de efeitos negativos, tanto para organizações quanto para indivíduos, resultando em inadimplência e/ou dificuldade futura de acesso ao crédito, até mesmo à falência (Dumer *et al.*, 2017). Além disso, problemas psicológicos e sociais, como ansiedade e depressão, podem surgir como consequência da má gestão do crédito rural (Slomp, 2008; Keese, 2012).

Embora o Pronaf seja fundamentado nos princípios de participação, parceria, descentralização e gestão social, na prática, esses ideais muitas vezes não se concretizam

plenamente. Em vez de promover o amadurecimento do exercício da democracia e fortalecer as comunidades rurais, como proposto (Damasceno; Khan; Lima, 2011), o programa frequentemente enfrenta limitações na implementação. Kageyama (2003), dita que o Pronaf deveria promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, aumentando a capacidade produtiva, gerando empregos, elevando a renda e melhorando a qualidade de vida dos agricultores familiares, e para isso, oferece apoio financeiro a atividades agropecuárias e não-agropecuárias.

Nesse contexto, é possível identificar a interligação dos objetivos do Pronaf com o ODS² 2 (fome zero e agricultura sustentável), que focaliza em acabar com a fome, promover a agricultura sustentável e alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição (Souza *et al.*, 2020). Em específico as metas 2.3, 2.4 e 2.5, que de maneira geral buscam aumentar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores, garantir sistemas sustentáveis e ampliar investimentos no setor familiar. Ou seja, esses objetivos (do Pronaf e ODS 2), inclui metas que podem, de alguma forma, serem trabalhadas em conjunto para o fortalecimento da agricultura familiar de forma sustentável, o que afeta positivamente a reprodução social da agricultura familiar.

Embora o Pronaf tenha representado um avanço expressivo ao ampliar o volume de crédito rural e o número de contratos destinados aos agricultores familiares, sua efetividade ainda apresenta limites importantes, especialmente no que se refere aos desdobramentos do acesso ao crédito no período posterior à sua concessão. No estado de Sergipe, o Pronaf assume papel central no financiamento da agricultura familiar, concentrando parcela significativa das operações de crédito rural, sobretudo em municípios cuja base produtiva é fortemente familiar. Contudo, apesar dessa relevância quantitativa, permanecem pouco investigados os efeitos do crédito no pós-acesso, particularmente no que diz respeito à sua aplicação produtiva, aos impactos sobre a renda, à organização social e à sustentabilidade das atividades agropecuárias.

É nesse contexto que se insere o município de Itabaianinha, localizado na mesorregião Leste Sergipana, o qual se destaca por apresentar um dos maiores níveis de acesso ao Pronaf no estado (IBGE, 2024), além de contar com um número expressivo de associações rurais relativamente estruturadas. Essas características tornam o município

² A Agenda 2030, que inclui 17 ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) e 169 metas, que buscam fortalecer a paz, a liberdade, os direitos humanos universais, a igualdade de gênero e o empoderamento feminino, equilibrando as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável (Carpentier e Braun, 2020).

um espaço privilegiado para a análise dos limites e das potencialidades do Pronaf, especialmente no que se refere à capacidade do crédito em promover transformações estruturais no âmbito da agricultura familiar.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, Itabaianinha possui 3.591 estabelecimentos agropecuários, dos quais 66,2% são classificados como de agricultura familiar. A principal atividade econômica desses estabelecimentos é a pecuária, responsável por 50,6% das atividades, seguida pelas lavouras permanentes (24,2%), lavouras temporárias (20,6%) e pela horticultura e floricultura (4,0%). Em termos de uso da terra, 20,1% da área é destinada às lavouras, enquanto 68,0% corresponde a áreas de pastagem, evidenciando a predominância de sistemas produtivos voltados à criação animal (IBGE, 2019). No segmento pecuário, destacam-se a bovinocultura de corte (39,3%), a avicultura de postura (26,3%), a avicultura de corte (2,5%) e a bovinocultura de leite (4,0%). Já na produção agrícola, os principais rendimentos médios observados são os da laranja (6.268,4 kg/ha), do milho (4.022,5 kg/ha) e da cana-de-açúcar (8.467,2 kg/ha). Apesar desse perfil produtivo diversificado, apenas 12,7% da população rural do município tem acesso à assistência técnica, evidenciando uma limitação estrutural relevante para o desenvolvimento da atividade agropecuária local (IBGE, 2019).

No âmbito estadual, entre os anos de 2013 e 2024, observa-se um aumento gradual dos recursos destinados ao custeio agrícola em Sergipe, priorizando a cobertura de necessidades operacionais de curto prazo (Melo; Villwock; Wesz Junior, 2025). Essa tendência se manifesta, sobretudo, na pecuária, que concentrou 68,1% dos recursos de custeio e 48,2% dos investimentos, refletindo um padrão histórico de financiamento direcionado a atividades consideradas de menor risco e maior integração ao mercado (BACEN, 2024). Ademais, constata-se uma discrepância significativa entre os montantes destinados ao custeio e ao investimento, com volumes de custeio que ultrapassaram R\$ 250 milhões em determinados períodos, enquanto os recursos destinados ao investimento permaneceram abaixo de R\$ 140 milhões, mesmo nos anos de maior aporte financeiro (BACEN, 2024).

Embora o Pronaf possua potencial para viabilizar investimentos produtivos, seu impacto depende de uma gestão eficiente do trabalho, da terra e do capital (Coutinho, 2022). Entretanto, a reprodução social dos agricultores familiares, entendida como a capacidade de manter e perpetuar as atividades produtivas ao longo das gerações (Schneider; Perondi, 2012), não se sustenta apenas pela oferta de crédito. Diversos fatores

estruturais condicionam esse processo, entre os quais se destacam o acesso à assistência técnica e à extensão rural, a diversificação das atividades produtivas e a existência de infraestrutura adequada para o escoamento da produção e o acesso aos mercados (Wanderley, 2009).

Além desses aspectos, a segurança fundiária, a continuidade e coerência das políticas públicas, os níveis de educação e capacitação técnica, bem como o capital social construído por meio de redes de cooperação, são elementos essenciais para garantir a sustentabilidade das unidades familiares no longo prazo. A ausência de suporte técnico e de acompanhamento sistemático na aplicação dos recursos do Pronaf resulta, frequentemente, em estratégias produtivas pouco eficientes, marcadas pela concentração em monoculturas e pela baixa capacidade de redução de riscos, o que compromete a resiliência econômica e social das famílias agricultoras (Rambo, 2014; Fossá, 2021).

Esse conjunto de limitações contribui para um cenário no qual os agricultores familiares encontram dificuldades para otimizar o uso do crédito, elevar a rentabilidade e assegurar a sucessão geracional, afetando diretamente a continuidade das atividades agropecuárias (Ramos; Angnes; Costa, 2018). Tais desafios dificultam o alcance de objetivos mais amplos do desenvolvimento sustentável, como os previstos na Agenda 2030, em especial a ODS 2. Dessa forma, torna-se fundamental que o Pronaf seja articulado a políticas integradas de assistência técnica, diversificação produtiva e fortalecimento das redes de apoio, de modo que os recursos financeiros se convertam, efetivamente, em desenvolvimento rural sustentável e contribuam de forma consistente para a reprodução social da agricultura familiar.

1.1 Pergunta de Pesquisa

De que forma, o acesso ao Pronaf contribui para reprodução social de agricultores familiares em Itabaianinha/SE?

1.2 Objetivo Geral

Analisar a contribuição do acesso ao Pronaf na reprodução social dos agricultores familiares em Itabaianinha/SE.

1.3 Objetivos Específicos

Apresentar a distribuição do acesso aos recursos do Pronaf em Sergipe entre 2013 e 2024;

Caracterizar os estabelecimentos rurais familiares do município Itabaianinha - SE a luz dos fatores de produção: terra, capital e trabalho;

Compreender a dinâmica do acesso ao Pronaf na reprodução social agricultores familiares do município de Itabaianinha - SE.

1. AGRICULTURA FAMILIAR, REPRODUÇÃO SOCIAL, E O PRONAF: HISTÓRIA, CONCEITOS E CONTEXTOS NO BRASIL, NORDESTE E SERGIPE

2.1 Agricultura Familiar: Caracterização no Contexto Brasileiro, Nordestino e Sergipano

Os estudos realizados pela FAO/Incrá publicados em 1994 contribuíram para uma definição mais precisa do conceito de agricultura familiar e estabeleceram diretrizes para a formulação de políticas públicas adaptadas às suas necessidades específicas. Essas mudanças representam uma nova trajetória para a agricultura familiar, conferindo-lhe visibilidade e proporcionando um arcabouço legal e político para sua promoção e desenvolvimento (Muller, 2008). Tanto a mobilização dos trabalhadores rurais quanto os estudos conceituais desempenharam papéis cruciais para impulsionar políticas mais adequadas e eficazes para o desenvolvimento desse setor durante os anos 1990 (Mattei, 2006; Fossá e Renk, 2021).

Paralelamente, a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999 e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) dentro dele em 2001 institucionalizaram a dualidade da estrutura agrária e fundiária no país, reconhecendo a importância da agricultura familiar. Essas medidas foram complementadas pela regulamentação da Lei da Agricultura Familiar em 2006, que formalizou o reconhecimento dessa categoria, estabelecendo sua estrutura conceitual e direcionando as políticas públicas para esse grupo social (Grisa e Schneider, 2014; Brasil, 2006).

Ainda dentro do ofício de lei que define a agricultura familiar, no ano de 2017, o Decreto n. 9.064 reformulou a Lei n. 11.326 de 2006, definindo os critérios que qualificam um indivíduo como agricultor familiar. De acordo com este decreto, um agricultor familiar é aquele que atende simultaneamente aos seguintes requisitos:

Deve possuir uma área de até quatro módulos fiscais, pelo menos metade da mão de obra deve ser realizada pela família na produção e na geração de renda, também devem obter no mínimo metade da renda familiar por meio das atividades econômicas de seu estabelecimento e, por último, ser o gestor do estabelecimento ou do empreendimento familiar (Brasil, 2017).

Para além da definição em ofício, a categorização da agricultura familiar que ocorreu a partir das publicações acadêmicas de Veiga (1991), Abramovay (1992;2003), Lamarche (1993) e Wanderley (2003), demonstrando a importância atribuída à agricultura

familiar e seus conceitos. Abramovay (1992) foi especialmente relevante ao desmistificar a noção de "pequena produção", destacando a agricultura familiar como uma categoria central para o desenvolvimento econômico, nessa obra ele também enfatiza que para uma compreensão completa da noção de agricultura familiar, é necessário que o pesquisador se aprofunde nos aspectos sociais, ambientais, econômicos e culturais que a envolvem.

Já, em 2003, Abramovay amplia o conceito ao destacar a presença de múltiplas perspectivas e atores sociais na agricultura familiar, que vão além das questões puramente produtivas, englobando também os laços sociais que conectam os indivíduos e suas organizações (Abramovay, 2003). Wanderley (2003), entende que a agricultura familiar abrange situações em que a família é proprietária dos meios de produção e também executa o trabalho na propriedade rural, revelando uma diversidade significativa nas formas de organização socioprodutiva.

Veiga (1991) destaca duas diferenças fundamentais entre a agricultura familiar e os modelos tradicionais de agricultura: o grau de integração aos mercados e a limitação desses mercados. Na agricultura familiar, há uma menor integração aos mercados, com ênfase na produção para consumo próprio ou mercados locais, em contraste com os modelos tradicionais que se concentram em produção em larga escala para exportação (Veiga, 2007).

Além disso, os mercados acessíveis à agricultura familiar tendem a ser mais limitados em termos de alcance e diversidade de produtos, devido a restrições de transporte, acesso limitado à infraestrutura comercial e recursos financeiros reduzidos dos agricultores familiares Schneider (2003). Essas características destacam a posição particular da agricultura familiar e suas práticas distintas em relação aos modelos tradicionais de agricultura (Mattei, 2006).

Lamarche (1993) ressalta a ambiguidade da noção de exploração familiar na agricultura, apontando que o termo "agricultura familiar" se refere a uma unidade de produção agrícola na qual a propriedade e o trabalho estão intrinsecamente ligados à família. Também destaca que a agricultura familiar abrange uma ampla gama de formas de exploração, que variam em relação à organização do trabalho, à estrutura de propriedade e aos arranjos familiares. Dessa forma, a diversidade de arranjos familiares na agricultura familiar é representada em um grande espectro, mostrando que não há uma definição única ou homogênea desse conceito.

A agricultura familiar brasileira é diversa e heterogênea, abrangendo diferentes contextos regionais e uma variedade de práticas agrícolas. Portanto, é necessário superar os preconceitos e estereótipos associados à agricultura familiar e reconhecer essa diversidade, valorizando as contribuições dos agricultores familiares, tanto em termos econômicos quanto sociais (Wanderley, 2017).

Dessa forma, entender que a diversificação dos agricultores familiares e como são desenvolvidas e administradas é crucial para o desenvolvimento rural, já que eles desempenham um papel ativo nesse processo, mostrando diferentes capacidades de resposta às pressões externas (Fossá; Renk, 2021). No debate sobre agricultura familiar, é importante destacar que as formas familiares de organização do trabalho e da produção não se restringem ao setor agrícola e ao espaço rural, há diversas outras atividades onde essa configuração é observada (Guanziroli; Sabbato; Vidal, 2014).

A estrutura agrária brasileira é marcada por características patriarcais, patrimonialistas e baseadas em latifúndios, utilizando mão de obra escrava (africanos e indígenas) e dominada pelo controle da terra (Fossá, 2021; Wanderley, 2019). Conforme Faoro (2001), a organização social era baseada em uma elite senhorial com amplo poder político e econômico, formando um país predominantemente rural com grandes fazendas monocultoras voltadas para a exportação.

A concentração da posse da terra levou à concentração de renda, fazendo do latifúndio um fenômeno político estrutural de poder sustentado pelo Estado e pela exploração da mão de obra, com tardia adoção de tecnologias agrícolas (Furtado, 1986). Dentro desse contexto, a agricultura familiar se estabeleceu nas sobras dos grandes latifúndios, em áreas menos desejadas pelos grandes proprietários, através de processos de colonização e ocupação (Picolotto, 2011). Porto e Siqueira (1994) e Wanderley (1999) corroboram essa visão, destacando a precariedade estrutural da agricultura familiar, que se desenvolveu nas margens do modelo empresarial/capitalista.

Ao analisar a evolução da agricultura familiar brasileira com base nos Censos Agropecuários, observa-se que essa forma de produção é especialmente relevante no Nordeste, onde a região abriga 1,8 milhão de estabelecimentos agropecuários familiares, consolidando sua importância no cenário nacional. Entretanto, apesar do grande número de agricultores familiares, eles ocupam apenas 36,6% dos mais de 70 milhões de hectares de estabelecimentos agropecuários. Em contraste, o setor patronal, que representa apenas 20,8% dos produtores, detém 63,4% da área total (IBGE, 2019a). Isso mostra uma

desigualdade significativa na distribuição de terras, o que contribui para a precariedade dos agricultores familiares em comparação com produtores de outras regiões do país (Aquino; Alves; Vidal, 2020).

Um aspecto relevante entre os agricultores familiares nordestinos é que a maioria dos estabelecimentos agropecuários é dirigido por homens (75,7%). Esse padrão reflete a organização familiar patriarcal e a migração, além do trabalho feminino invisível no campo (Herrera, 2017; IBGE, 2019a). Além disso, 74,7% dos agricultores familiares nordestinos residem nas próprias unidades de produção, com 79,1% tendo acesso à energia elétrica, mostrando que o espaço rural também é um local de vida comunitária e social (IBGE, 2019a; Wanderley, 2009).

Um outro ponto a ser levantado é a escolaridade desses agricultores, em que 42,2% dos dirigentes familiares nordestinos são analfabetos, o que compromete a produtividade agrícola e reduz as chances de obtenção de rendas complementares (IBGE, 2019a; Aquino *et al.*, 2014), pois a falta de instrução limita a absorção de novas técnicas e mantém a dependência de ajuda governamental (Cruz *et al.*, 2019; Helfand; Pereira, 2019). Assim, salienta-se que os baixos níveis educacionais são um dos principais fatores da precariedade das condições de vida dos agricultores, agravados pela escassez de terra e educação que afeta a reprodução social desse grupo (Ney; Hoffmann, 2009). Além disso, 92,7% dos agricultores familiares nordestinos não receberam orientação técnica em 2017, refletindo as fragilidades do sistema regional de assistência técnica e extensão rural (ATER) (Aquino; Alves; Vidal, 2020).

Trazendo para o contexto da área pesquisada, Sergipe o menor estado do Brasil, possui uma área de 21.938,184 km², que representa 0,26% do território nacional. O IBGE divide o estado em 3 mesorregiões, 13 microrregiões e 75 municípios. Em 2020, sua população era de 2.318.822 habitantes, sendo o 22º estado mais populoso e com a quinta maior densidade populacional (94,35 habitantes/km²). Em termos de residência, 73,5% da população vive em áreas urbanas, enquanto 26,5% residem em áreas rurais, colocando Sergipe em sexto lugar no Brasil quanto ao percentual de população rural (IBGE, 2010).

Ainda com dados do Censo Agropecuário de 2017, destaca-se a relevância da agricultura familiar em Sergipe, onde dos 93.275 estabelecimentos agropecuários, 77,3% eram familiares, embora ocupassem apenas 46,6% da área agrícola; em contraste, os produtores não familiares representavam 22,7% dos estabelecimentos, mas ocupavam 53,4% das terras (IBGE, 2019b). A maioria dos agricultores familiares (86,3%) eram

proprietários, o censo também revelou que 5% dos estabelecimentos eram de concessionários ou assentados aguardando titulação, refletindo o impacto dos 217 projetos de Reforma Agrária no estado, especialmente no semiárido (IBGE, 2019b; Carvalho; Costa, 2019).

A maioria dos estabelecimentos agropecuários de Sergipe (Figura 1) possui de 0 a 5 hectares (61,1%), tornando esse cenário preocupante, pois o tamanho pequeno pode levar ao abandono dessas atividades devido à inviabilidade econômica, não atraindo os filhos para a continuidade como empreendimento familiar. A condição de proprietário não garante estabilidade no desenvolvimento rural, resultando em uma possível diminuição dos agricultores familiares em termos quantitativos (Costa; Carvalho, 2020).

Figura 1 - Estabelecimentos Agropecuários em Itabaianinha/SE



Fonte: Pesquisa de campo, 2025. Acervo pessoal.

Em um comparativo entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017, houve uma redução de 14% no número de estabelecimentos de agricultores familiares em Sergipe. Essa diminuição é atribuída a mudanças metodológicas no Censo de 2017, que atualizaram os critérios de definição dos estabelecimentos de agricultura familiar para alinhar com a Lei nº 11.326. Além disso, o aumento das atividades fora dos estabelecimentos e o crescimento do uso de mão de obra contratada contribuíram para essa queda na classificação de agricultura familiar (Del Grossi *et al.*, 2019).

Sergipe é o oitavo estado do Nordeste e o 19º do Brasil em número de estabelecimentos de agricultura familiar. Todas as mesorregiões do estado têm mais de 72% de estabelecimentos classificados como de agricultores familiares, a mesorregião Sertão Sergipano destaca-se com o maior percentual de estabelecimentos de agricultura familiar (83%) e a maior área ocupada por eles (63%) (Sette; Fortini; Braga, 2021).

A agricultura familiar em Sergipe enfrenta desafios significativos em relação aos seus gestores, pois mais da metade (51,3%) dos estabelecimentos é gerida por indivíduos com mais de 55 anos, indicando um envelhecimento dos gestores. Por outro lado, apenas 2% das unidades são administradas por pessoas com menos de 25 anos, evidenciando uma tendência dos jovens em optar por trabalhos não agrícolas, muitas vezes mais rentáveis (IBGE, 2019c; Alves; Valente Junior; Brainer, 2006).

A transição para atividades não agrícolas é um fenômeno crescente entre os jovens agricultores familiares, com muitos filhos de agricultores já completamente desvinculados das atividades agrícolas como fonte principal de renda (Carneiro, 2008). Esse cenário levanta preocupações sobre o futuro da agricultura familiar em Sergipe e sua reprodução social, exigindo estudos mais detalhados para compreensão completa da situação.

Já no nível de escolaridade dos agricultores familiares sergipanos apresenta-se baixa, com 82,7% dos chefes de estabelecimentos possuindo apenas ensino básico ou menos. Os homens dominam a gestão das propriedades (75,8%), mas 24,2% das gestoras são mulheres, mostrando sua relevância. Predomina a cor parda (60%), seguida pela branca (26,7%) e preta (10,5%) entre os produtores (IBGE, 2019c).

O acesso à assistência técnica também é um ponto importante a ser levantado, já que os agricultores familiares em Sergipe enfrentam sérios desafios quanto ao acesso a ATER pública, pois ela atinge apenas 6% dos estabelecimentos familiares, enquanto somando-se outras instituições chega-se a apenas 8%. Além disso, há um baixo nível de organização coletiva, com apenas 1,6% sendo sócios de cooperativas, 6,3% ligados a

movimentos de produtores e 5,9% associados a associações de moradores, sendo que a filiação aos sindicatos dos trabalhadores rurais, embora mais expressiva, ainda atinge apenas 23% dos agricultores recenseados (IBGE, 2019c).

Ao abordarmos os meios de transporte e a adoção de tecnologias nas unidades de agricultura familiar em Sergipe observa-se um cenário de mudanças parciais, onde a adubação química, por exemplo, ainda é pouco utilizada, refletindo a falta de apoio ATER. Apesar disso, observam-se mudanças significativas nos meios de transporte, com a substituição do uso de animais, como os equinos, pelo uso predominante de motocicletas, e isso indica uma modernização nos meios de locomoção dos agricultores familiares (Costa; Carvalho, 2020).

Embora as motocicletas sejam um meio de transporte importante e acessível para muitos AFs em Sergipe, apenas 20,6% dos estabelecimentos familiares possuem esse veículo. Entre os estabelecimentos que possuem veículos motorizados, as motocicletas representam a maioria, evidenciando seu papel significativo, especialmente pela sua capacidade de aumentar a mobilidade e potencialmente a renda familiar, um exemplo disso é o uso das motocicletas como mototáxi, uma atividade complementar à agricultura que ajuda a diversificar as fontes de renda sem abandonar completamente o meio rural (Carvalho; Costa, 2012).

Com relação à produção agropecuária no estado de Sergipe, a pecuária desempenha um papel socioeconômico significativo, mesmo em unidades produtivas pequenas, com criações de bovinos, ovinos, caprinos e avicultura são especialmente relevantes, com a maioria das criações familiares representando mais de 80% do total estadual, exceto ovinos e caprinos (IBGE, 2019a).

A pecuária é central para a renda das famílias agrícolas, especialmente a produção de leite, que sustenta duas cadeias produtivas: pequenas fabriquetas de queijo e grandes processadoras que dominam o mercado e exportam inter-regionalmente (Costa; Carvalho, 2020). A criação de bovinos é tradicional e concentra-se em estabelecimentos de 5 a 50 hectares, classificados como "médios", principalmente no semiárido, onde predominam bovinos, caprinos e ovinos, os desafios como a escassez hídrica, leva ao uso da palma forrageira e inseminação artificial para melhorar a produção (Rocha, 2017).

Já na produção agrícola em Sergipe, as lavouras também desempenham um papel importante entre os agricultores familiares, embora com menor destaque em comparação à pecuária. Cerca de 90% dos estabelecimentos agropecuários cultivam lavouras

temporárias, e 73,2% desses pertencem à agricultura familiar. Essas lavouras, que incluem culturas como arroz, abacaxi e feijão, têm uma participação superior a 80%, evidenciando a relevância da agricultura familiar no estado (IBGE, 2019a).

No estudo de Costa e Carvalho (2020), analisando os dados do IBGE, em termos de valor, a agricultura familiar contribui com 50,7% da produção total das lavouras temporárias. Também têm uma contribuição importante na produção tanto de milho em grão quanto de milho forrageiro, sendo responsáveis por mais da metade da produção total em ambos os casos, com uma participação especialmente alta no milho forrageiro. Entre as lavouras permanentes, acerola, coco-da-baía, laranja e maracujá são destaques, com uma participação significativa dos estabelecimentos familiares, variando entre 64% e 75,7% dependendo da cultura. A acerola, laranja e maracujá, em particular, representam altos percentuais na produção e no valor vendido (Costa; Carvalho, 2020; IBGE, 2019a).

No que se refere ao acesso de crédito em Sergipe, os dados do Censo Agropecuário de 2017 mostram uma realidade preocupante sobre o crédito agrícola em Sergipe. Embora exista uma política de crédito voltada para a agricultura familiar, sua distribuição ainda é muito limitada. O Pronaf, por exemplo, não alcança universalmente os agricultores familiares do estado. Apenas 11,4% dos estabelecimentos de AF realizaram operações de crédito no período de referência (outubro de 2016 a setembro de 2017), um valor muito baixo que revela a necessidade de ampliar a capilaridade do financiamento. A maioria dos financiamentos foi destinada a investimentos (67%), com custeio representando 42% e comercialização apenas 2,6%.

O Pronaf B, que atende agricultores com renda até R\$ 50 mil/ano, números ainda menores, com apenas 7,7% dos estabelecimentos realizando operações de crédito. As receitas dos agricultores familiares provinham principalmente da produção (95,1%), e suas principais despesas incluíam a compra de rações e suplementos, combustíveis, adubos e corretivos, além da aquisição de animais (IBGE, 2019a). Esses dados indicam que, apesar de existir uma política de crédito, sua implementação ainda precisa ser significativamente aprimorada para atender efetivamente os agricultores familiares de Sergipe, além de bem gerenciada, quando acessada.

2.2 Reprodução Social da Agricultura Familiar

A reprodução social na agricultura familiar, segundo Almeida (1986), refere-se ao processo pelo qual as famílias rurais se mantêm e perpetuam ao longo do tempo, tanto na

reprodução cotidiana (curto prazo) e reprodução geracional (longo prazo). No ciclo cotidiano, isso ocorre através do trabalho, recursos naturais e consumo para atender às necessidades da família e repor os insumos; já no ciclo geracional, envolve eventos como nascimento, casamento, morte e herança para garantir a continuidade da família, esse processo é influenciado por pressões macroeconômicas e políticas, com famílias adotando estratégias de curto e longo prazo para se adaptarem à sociedade capitalista (Almeida, 1986).

Bourdieu (1994) propõe uma visão da reprodução social que se distancia do determinismo externo aos agentes sociais, pois ele enfatiza o estudo das estratégias utilizadas pelas diferentes categorias sociais para reproduzir suas posições no espaço social, baseadas em disposições geradas pela socialização. Essas estratégias abrangem diversos domínios, como fecundidade, educação, matrimônio, economia e simbolismo, e são implementadas de acordo com os mecanismos objetivados de reprodução social, como os mercados econômico, escolar e matrimonial, entre outros, destacando a interconexão e a articulação dessas estratégias ao longo do tempo e em diferentes contextos sociais (Bourdieu, 1994).

A autora Rosa Luxemburg, com sua visão marxistas, define a reprodução como a continuidade da produção de bens para consumo ao longo do tempo. Para ela, esse processo envolve a articulação entre tecnologia, matéria-prima e trabalho, além das formas sociais de produção, que incluem a organização social e as relações entre os seres humanos e a natureza (Luxemburg, 2003).

Chayanov (1974) e Schneider (2003) examinam as condições de continuidade ou reprodução da unidade produtiva familiar, considerando o trabalho dos membros da família e como os recursos naturais são utilizados, também analisam como esses aspectos garantem a sobrevivência da unidade produtiva tanto a curto prazo quanto ao longo de várias gerações. Junto a isso, investigam a capacidade das famílias de manter certas condições de vida, especialmente na agricultura familiar, por meio de estratégias específicas.

Diferente do empresário capitalista, o produtor familiar não pode simplesmente contratar sua força de trabalho no mercado, pois precisa levar em conta questões como as oportunidades de emprego e renda fora da agricultura para os membros da família, além de considerações sobre herança e linhagem (Cardon, 2004). Isso gera práticas sociais que envolvem não só o futuro individual dos membros da família, mas também

da família como um todo e de seu patrimônio (Franklin, 1969; Cardon, 2004; Brumer e Anjos, 2008).

Uma característica crucial da agricultura familiar é que as novas gerações não apenas aprendem um ofício, mas também assumem a gestão de um patrimônio que inclui terras e outros ativos fixos (Mello *et al.* 2003). Segundo Gasson e Errington (1993), a formação de novas gerações de agricultores é um processo que envolve três partes: (1) sucessão profissional, que consiste na transição da gerência do negócio e da capacidade de utilizar o patrimônio para a próxima geração; (2) transferência legal da propriedade da terra e dos ativos existentes; (3) aposentadoria, que ocorre quando há uma redução no trabalho e, principalmente, no poder da geração atual sobre os ativos que compõem a unidade produtiva.

Nas análises das estratégias de reprodução na agricultura familiar, é importante considerar as condições econômicas (capital) dos processos sucessórios, incluindo o tamanho das propriedades (terra) e as oportunidades de inserção nos mercados agrícolas (trabalho) (Wanderley, 2009). Essas condições influenciam as estratégias econômicas adotadas pelos agricultores familiares, como integração a agroindústrias, pluriatividade, busca por sistemas de produção alternativos e comércio direto em feiras, às vezes associado à produção ecológica (Champagne, 1986; Abramovay *et al.*, 1998).

Para entender o processo de reprodução da agricultura familiar, é necessário observar que os processos produtivos e reprodutivos são simultâneos e que a reprodução abrange aspectos materiais, produtivos, sociais, culturais e ideológicos (Perondi; Ribeiro, 2000). A família é central para compreender a reprodução da agricultura familiar, precisa colocar a família como objeto central, com herança e sucessão sendo parte das estratégias para ajustar a população rural.

Segundo Chayanov (1981), a reprodução baseia-se no equilíbrio entre produção e consumo, variando conforme a quantidade de trabalho e o tamanho da família, que muda ao longo do tempo, pois a família começa com um casal trabalhador, cresce com crianças que consomem sem trabalhar e, à medida que os filhos crescem, eles participam progressivamente das atividades produtivas até formarem suas próprias famílias.

Para Chayanov (1981), os camponeses conseguem se ajustar ao grau ótimo de autoexploração do trabalho familiar quando possuem liberdade em relação à terra e aos meios de produção. No entanto, Boserup (1987) argumenta que a terra disponível para os camponeses quase sempre é limitada e a taxa de exploração é progressiva, isso leva a um

crescente esforço individual para obter meios de produção, o que impede considerar a reprodução apenas com base nos fatores internos da família.

Villwock (2015), aborda sobre os delimitadores do cálculo da autoexploração da agricultura familiar, que reconhecem o valor nas relações sociais que as famílias estabelecem para sua reprodução, influenciadas pelas dinâmicas entre dominantes e dominados em um processo de transformação social, onde os agricultores se protegem intensificando o trabalho, reduzindo o consumo e dispersando a família para obter rendas não agrícolas. Assim, a renda decrescente pode ser causa da redução da família, que utiliza estratégias como migração precoce e maximização do trabalho para se autoproduzir frente a restrições incontornáveis (Villwock, 2015).

Os estudos de Bourdieu (2006), Champagne (1986) e Carneiro (1998) indicam uma desvalorização cultural da agricultura familiar em diferentes contextos sociais, afetando a permanência de jovens nessa atividade, refletindo em mudanças nas estratégias matrimoniais, antes voltadas para a manutenção do patrimônio fundiário, e na desvalorização simbólica da agricultura como opção profissional, especialmente em ambientes de homogeneização cultural e aumento da escolarização.

Perondi (1999) observa que os problemas de sucessão são comuns e não resolvidos apenas por um bom planejamento, pois originam-se da exclusão social dos pequenos agricultores descapitalizados desde o período colonial. Geralmente, a partilha da terra é resolvida por acordo familiar, com a maioria do patrimônio indo para um único sucessor, apesar de todos os filhos serem herdeiros, apenas um se torna o sucessor, recebendo a casa dos pais

Para alguns jovens, a agricultura pode representar uma alternativa diante do desemprego, mas é vista negativamente devido às condições penosas e aos rendimentos baixos. Essa percepção varia de acordo com o sexo, com os jovens homens enfatizando aspectos econômicos e as mulheres jovens preocupadas com as condições de vida (Cardon, 2004; Brumer e Anjos, 2008).

Cáceres (1995) e Kiyota (1999) argumentam que a reprodução social da agricultura familiar envolve uma dinâmica interna e um movimento influenciado por relações externas ao grupo doméstico, onde os movimentos buscam manter e transmitir

o patrimônio e o capital social³ de uma geração para outra, renovando a sociedade e seus membros.

Assim, as categorias de agricultores e pecuaristas familiares são reconhecidas por sua relevância socioeconômica e cultural, sendo que esses grupos desempenham um papel fundamental na produção de alimentos, na geração de empregos rurais e na preservação de tradições locais (Wanderley, 2003). Sua reprodução socioeconômica envolve a gestão dos negócios e das propriedades, com foco na organização dos recursos técnicos e humanos. Os recursos técnicos incluem terras, equipamentos, insumos e investimentos, enquanto os recursos humanos se referem à mão de obra familiar, composta por pais e filhos, responsável por transformar esses recursos em renda para sustentar a família (Matte *et al.* 2019).

Dessa forma, salienta-se que o Pronaf é um dos programas que desempenha um papel crucial na reprodução social da agricultura familiar ao fornecer apoio financeiro, especialmente por meio do crédito rural. Esse suporte é fundamental para que os agricultores familiares possam continuar suas atividades. Além disso, o programa, por ser nacional, alcança uma ampla gama de municípios brasileiros, o que aumenta sua importância. O Pronaf também é reconhecido por fortalecer a agricultura familiar como estratégia de desenvolvimento rural e por contribuir para a redução da pobreza nas áreas rurais, onde essa forma de produção é predominante (Mattei, 2006).

Mattei (2015) destaca a necessidade de desenvolver técnicas de gestão específicas para a agricultura familiar, levando em conta suas particularidades e os desafios competitivos globais que enfrentam, apesar de operarem localmente, esses agricultores estão inseridos em um contexto de competição global. Portanto, é crucial que tenham acesso a ferramentas de apoio à decisão adaptadas à sua realidade, considerando sua cultura organizacional e suas limitações educacionais e ambientais, essas ferramentas são fundamentais para garantir a competitividade sustentada de seus empreendimentos (Batalha, Buainain e Souza Filho, 2005).

Ao planejar a gestão da propriedade rural, é essencial considerar sua vocação, alinhando-a com a qualidade de vida desejadas pelo produtor. Isso requer conhecimento em planejamento, custos e comercialização, além de compatibilidade com a terra,

³ Putnam (1996) define capital social como características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que aumentam a eficiência da sociedade ao facilitar ações coordenadas, sendo reprodutivo, permitindo alcançar objetivos que seriam inacessíveis sem ele.

recursos disponíveis (capital) e como mão de obra (trabalho) (Uecker, Uecker e Braun, 2005). O gestor rural, segundo o conceito de agricultura familiar, é aquele responsável pela tomada de decisões na produção agrícola, ele decide o que produzir, em que quantidade e de que forma. Além disso, é sua responsabilidade avaliar se as práticas adequadas estão sendo aplicadas e analisar os resultados obtidos (Crepaldi, 2012).

A gestão rural é complexa devido à necessidade de adaptação às demandas externas, como as da agroindústria e do mercado. No entanto, muitas propriedades rurais não têm implementado práticas de gestão, especialmente os pequenos produtores, que recebem pouca ou nenhuma assistência contábil e de resultados (Diniz e Scarpeli, 2001).

Villwock (2015), ao analisar as condições de reprodução socioeconômica dos agricultores familiares, percebeu-se que desde a Revolução Industrial, os agricultores se tornaram exclusivamente agrícolas, retirando grande parte das atividades artesanais do campo e se restringindo ao espaço agrícola. Entretanto, a busca por outros rendimentos não foi esquecida, os agricultores familiares passaram a utilizar atividades não agrícolas como um mecanismo para viabilizar o equilíbrio econômico, isto é, as atividades não agrícolas passaram a fazer parte das estratégias de reprodução social da agricultura familiar (Villwock, 2015).

Em ofício, o Pronaf desempenha um papel crucial nesse contexto, oferecendo crédito e apoio para fortalecer tanto as atividades agrícolas quanto as não agrícolas, promovendo a sustentabilidade das famílias rurais. Entretanto, esse crédito nem sempre é acessado, sendo mais voltado, como citado no capítulo anterior, a commodities agrícolas.

A reprodução social na agricultura familiar envolve muito mais do que a simples continuidade da atividade econômica. Trata-se também da manutenção das práticas, valores e estruturas sociais que garantem a sobrevivência dos grupos familiares no meio rural, aumentando a resiliência frente a crises (Perondi; Schneider, 2012). Almeida (2004) salienta que a convivência comunitária entre as famílias e o uso comum de espaços e recursos são fundamentais, esses laços contribuem para a resiliência e cooperação entre as famílias, fatores essenciais para a sustentabilidade da vida rural.

No entanto, Matte, Spanevello e Andreatta (2015) observam que vários fatores dificultam a permanência das novas gerações nas propriedades rurais. Problemas como a dificuldade de matrimônio, o acesso limitado à educação, a redução populacional e a falta de autonomia dentro das propriedades, muitas vezes geridas pela geração anterior,

são obstáculos significativos. As novas gerações têm demandas próprias, relacionadas a renda, gestão, organização e produtividade, que podem ser difíceis de alcançar em propriedades com poucos recursos (Matte *et al.*, 2019). Os recursos do Pronaf se bem utilizados fortaleceria a capacidade dos jovens de administrar a propriedade com mais autonomia e visão de longo prazo, mitigando o risco de abandono do meio rural (Marin, 2020).

No que se refere à sucessão familiar, as propriedades com mais capital têm mais chance de atrair os filhos para continuarem na agricultura (Silvestro *et al.*, 2001). Nesse contexto, o Pronaf pode influenciar positivamente ao fornecer investimentos para aumentar a produtividade e a rentabilidade da terra, facilitando a gestão eficiente e potencializando a geração de renda. Contudo, sem uma gestão adequada dos recursos e assistência técnica eficaz, os investimentos podem não gerar o impacto esperado, limitando o papel do Pronaf na reprodução social e no fortalecimento das estruturas familiares rurais.

Para muitos jovens, a decisão de permanecer na atividade agrícola está atrelada a valores como o gosto pela agricultura ou pecuária, a possibilidade de viver junto à família, o contato com a natureza e a liberdade de não depender de um patrão (Brumer e Spanevello, 2008). Esses fatores são fundamentais para a reprodução social da agricultura familiar, mas, sem condições adequadas, essa continuidade fica ameaçada.

2.3. Políticas Públicas e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

A partir da década de 1950, o governo brasileiro implementou uma estratégia de industrialização voltada para a substituição de importações, buscando reduzir a defasagem econômica do país (Furtado, 2020). Contudo, na década de 1960, essa estratégia começou a dar sinais de esgotamento, revelando dificuldades no abastecimento alimentar interno, aumento da inflação e limitações na capacidade de importação. Paralelamente, cresceram as críticas ao caráter dependente e excludente desse modelo de industrialização, que, ao invés de fortalecer o mercado interno, foi direcionado principalmente para abastecer o mercado internacional (Graziano da Silva, 1982; Castro, 1984; Delgado, 2010).

Diante dessa crise, acadêmicos, políticos e movimentos sociais como as Ligas Camponesas, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

(CONTAG), passaram a exigir uma série de reformas estruturais, incluindo a reforma agrária, com o objetivo de fortalecer o mercado interno (Schneider, 2007). Por outro lado, as elites agrárias, acadêmicos ligados a economistas da Universidade de São Paulo e militares que assumiram o governo federal, defenderam uma abordagem oposta, focado na modernização tecnológica da agricultura (Grisa, 2012). Essa divergência de perspectivas evidencia os debates e conflitos em torno das políticas econômicas e sociais no país durante esse período (Delgado, 2005).

Na década de 1960, o Brasil começou a modernizar sua agricultura com políticas públicas⁴, como o crédito rural, a garantia de preços mínimos, incentivo à exportação, assistência técnica e expansão da fronteira agrícola. Essas medidas aumentaram a produtividade e a competitividade do setor, integrando-o à economia nacional e promovendo o crescimento econômico (Grisa e Schneider, 2014). No entanto, essa modernização trouxe uma série de impactos para o meio rural, onde houve o aumento da produção, mas, ao mesmo tempo, incentivaram uma estrutura rural concentradora e excludente. Focadas em ganhos de produtividade e expansão de mercados, elas deram origem a uma dinâmica social e ambiental problemática (Aquino; Schneider, 2015).

Já em 1980, com o debate da constituinte em 1988, incrementaram-se a redemocratização as demandas dos representantes da agricultura familiar, que foram consideradas e incluídas na construção da Lei Agrícola (Santos, 2011). Essa lei reconheceu a diversidade dos agricultores brasileiros e propôs uma política agrícola diferenciada para os pequenos produtores (Santos, 2011; Delgado; Leite, 2011). No entanto, as conquistas obtidas foram limitadas em comparação com as reivindicações desses atores, pois os interesses e o poder da agricultura patronal predominaram na formulação das políticas públicas. Como resultado, a Lei Agrícola refletiu principalmente os interesses dos grandes produtores, deixando de lado em grande parte as demandas e necessidades dos agricultores familiares (Picolotto, 2011; Santos, 2011).

Até o início dos anos 1990, não havia políticas públicas de financiamento voltadas especificamente para a agricultura familiar no Brasil, e o próprio conceito de "agricultura familiar" era inexistente. Um estudo pioneiro da FAO e do Incra em 1994 trouxe visibilidade e definiu com clareza esse segmento, destacando sua importância

⁴ Política pública é um conjunto de ações definidas pelo governo, influenciado pela disputa entre grupos e instituições que representam diferentes interesses, cada grupo busca direcionar essas políticas conforme seu modelo de desenvolvimento ideal, o que molda as prioridades governamentais em áreas como o desenvolvimento rural, por exemplo (Fernandes, 2015).

socioeconômica (Aquino; Schneider, 2015). Assim, compreende-se que até a década de 1990, não havia políticas públicas abrangentes para atender às necessidades específicas dos agricultores familiares, e eles eram tratados de forma instrumental e imprecisa pela burocracia estatal brasileira (Mattei, 2006).

Isto é, as políticas públicas durante a modernização da agricultura no Brasil (1960-1990 – em média) priorizaram os setores mais capitalizados e voltados para as commodities de exportação, negligenciando os agricultores familiares, resultando em impactos negativos para esses agricultores, que ficaram sem acesso aos benefícios da política agrícola, como crédito rural, preços mínimos e seguro de produção (Gomes *et al.* 2015).

A partir dos anos 1990, a agricultura familiar no Brasil foi oficialmente reconhecida como uma categoria social e política, uma demanda que vinha sendo levantada há anos (FAO/INCRA, 1994; Veiga, 1991, Abramovay, 1992; Lamarche, 1993-1197). Historicamente, os pequenos agricultores foram marginalizados pelas políticas estatais, o que os deixou mais vulneráveis diante das estratégias de desenvolvimento adotadas pelo país (Sabourin, 2014). No entanto, a Constituição de 1988 marcou um ponto de virada, abrindo novos espaços de participação social e reconhecendo direitos para essa categoria (Grisa e Schneider, 2014).

Em 1994, em resposta às demandas dos pequenos agricultores, instituiu-se o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), operando principalmente com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Bianchini, 2010). Embora o programa tenha apresentado resultados modestos em termos de recursos disponibilizados aos agricultores, sua relevância reside na transição que encaminhou uma política pública específica para os agricultores familiares (Schneider; Mattei; Cazella, 2021). Através dessas mobilizações, os agricultores familiares passaram a exigir políticas específicas que atendessem às suas necessidades e também buscaram participar ativamente da elaboração dessas políticas, sendo que essa postura proativa reflete a busca por maior reconhecimento e apoio por parte do Estado e da sociedade em geral (Grisa e Schneider, 2014; Delgado, 2010).

Antes disso, os agricultores familiares eram classificados sob as normas do Manual de Crédito Rural como "mini e pequenos produtores", o que os colocavam em competição por recursos com os grandes proprietários de terra, que historicamente eram os principais beneficiários do crédito destinado à agricultura. A criação do PROVAP

marcou um passo importante na diferenciação das políticas públicas de apoio agrícola por categorias de produtores rurais, liberando as necessidades específicas dos agricultores familiares e buscando atender às suas demandas de forma mais eficaz (Medeiros; Albano, 2021). Assim, já em 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o PROVAP passou por uma reformulação em sua concepção e em sua área de atuação, essas mudanças deram origem no Pronaf em 1996, que foi formalizado através do decreto Presidencial nº 1.946, datado de 28 de julho de 1996 (Brasil, 1996).

A partir desse ano, o Pronaf se tornou a principal política pública do Governo Federal para apoiar os agricultores familiares. Inicialmente em 1996, apenas as ações relacionadas ao crédito de custeio foram rompidas, a ampliação do programa para incluir áreas como investimentos, infraestrutura, serviços municipais, capacitação e pesquisa ocorreu somente a partir de 1997, quando o Pronaf foi expandido e passou a operar em todo o território nacional (Mattei, 2005; Grisa, 2012; Mattei, 2015).

No final do século XX, houveram outras tentativas de beneficiamento dos agricultores familiares por meio de diversos programas de crédito fundiário que foram implementados na América Latina e África com o apoio técnico e financeiro do Banco Mundial (Grisa; Porto, 2015). O Brasil destaca-se nesse contexto, sendo considerado a iniciativa mais abrangente em termos de número de famílias beneficiadas e volume de recursos investidos (Sauer, 2010). Esse quadro ocorre, ainda que de forma primária, pelas políticas de ordenamento fundiário existentes. Para Gomes *et al.* (2015), existem três principais ações que podem ser destacadas: a mais antiga é a reforma agrária, desapropriando áreas improdutivas para assentamentos; as outras duas políticas mais recentes são a regularização fundiária⁵, que prioriza agricultores familiares sem título de propriedade; e o crédito fundiário⁶, que financia a aquisição de terras por agricultores sem-terra ou com áreas insuficientes.

Com o Pronaf, por exemplo, houve o aumento de empregos e estabilização de ocupações, mas a política seguiu reforçando o modelo convencional: no Nordeste, manteve uma agricultura pouco diversificada, e no Sul, promoveu a intensificação do uso de insumos químicos para produção de grãos e commodities, como milho e soja, agravando a degradação ambiental (Magalhães; Abramovay, 2006; Gazolla; Schneider, 2013). Dessa forma, o Pronaf e outras políticas de modernização ampliaram a produção,

⁵ Conduzida pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) e Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária da Amazônia Legal (Serfal).

⁶ Conduzida pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA).

mas intensificaram problemas como a dependência de insumos, especialização excessiva e danos ao meio ambiente, ao mesmo tempo em que limitaram mudanças significativas no desenvolvimento social do campo (Schneider, 2003).

Outro fator que contribuiu para a criação de políticas agrícolas para o fortalecimento da agricultura familiar foi a mudança paradigmática nos estudos rurais, que destacou a permanência e a importância da agricultura familiar nos países desenvolvidos com os estudos de Lamarche (1999), Abramovay (1992) e Veiga (1991) (Grisa e Schneider, 2014). Anteriormente, essa forma de agricultura era muitas vezes vista como obsoleta ou em declínio, especialmente em comparação com os modelos de produção agrícola industrializados, no entanto, uma nova compreensão emerge nos estudos rurais, apoiando a resiliência e a contribuição significativa da agricultura familiar para a segurança alimentar, a preservação ambiental, a coesão social econômica local (Schneider, 2003).

A criação do Pronaf marca um importante ponto de virada, representando a legitimação pelo Estado de uma nova categoria social: os agricultores familiares. Anteriormente, essa categoria era praticamente marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola, muitas vezes sendo designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência (Mattei, 2006).

Com o Pronaf, o Estado reconhece e regulamenta oficialmente a importância e a especificidade dos agricultores, proporcionando-lhes acesso a recursos financeiros, assistência técnica e outros benefícios que visam fortalecer sua atividade agrícola e melhorar suas condições de vida. Essa iniciativa representa um marco na promoção da agricultura familiar e na redução das desigualdades no campo (Fagundes; Borges, 2016).

O Pronaf é visto como uma ferramenta governamental que aumenta as oportunidades de investimento para os agricultores familiares, permitindo que eles realizem seus projetos produtivos, gerem renda e melhorem suas condições de vida nas áreas rurais (Delgado, 2012). No entanto, é importante reconhecer que, apesar de ser uma novidade à época, o desenvolvimento do Pronaf tem sido caracterizado por avanços e ambiguidades (Aquino; Schneider, 2015).

Estabelecido como o principal instrumento do governo para enfrentar o alto custo e a escassez de crédito enfrentados pelos produtores rurais, o Pronaf, inicialmente, focava apenas no financiamento de atividades agropecuárias realizadas por agricultores

familiares. Desta forma, os produtores com os menores níveis de renda, conhecidos como "periféricos", não foram incluídos inicialmente como público-alvo do programa (Carneiro, 2000; Corrêa; Ortega, 2002).

O programa tem como metas a promoção da diversificação das atividades agrícolas nas propriedades familiares, o estímulo ao empreendedorismo por meio do processamento e agroindustrialização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, bem como a adaptação às demandas do mercado e a adoção de práticas conservacionistas para garantir uma produção economicamente viável e socialmente sustentável (Grisa; Schneider, 2014).

Desde sua criação em 1996, o Pronaf concentrou-se no financiamento de poucas culturas e no crédito de custeio agrícola, promovendo especialização em determinadas regiões e limitando seu alcance a áreas mais desenvolvidas (Fossá, 2021). No entanto, a partir de 2003, o programa passou por importantes mudanças operacionais, especialmente durante os governos do PT (Lula e Dilma), com o objetivo de ampliar seu público e diversificar as atividades financiadas.

Entre 2000 e 2014, houve uma expansão territorial significativa, com a introdução de linhas de crédito voltadas para contextos específicos, como o Pronaf Semiárido, Pronaf Floresta, Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, entre outros, visando atender melhor a diversidade da agricultura familiar em diferentes regiões do país. O público-alvo também se ampliou para incluir assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e outros grupos tradicionalmente excluídos, fortalecendo a capilaridade do Pronaf em regiões mais vulneráveis (Aquino; Schneider, 2015).

Essa expansão territorial e operacional, voltada para incluir áreas e grupos historicamente marginalizados, abriu caminho para o aumento dos investimentos, contudo, mesmo com essa presença mais abrangente, o Pronaf ainda enfrenta desafios. No Nordeste, o programa continua a financiar atividades agrícolas vulneráveis às secas, sem um esforço paralelo em tecnologias adaptadas ao semiárido (Duque; Costa, 2002). Em Sergipe, as operações de crédito muitas vezes permanecem concentradas em atividades tradicionais, reforçando a dependência de poucos cultivos e expondo os agricultores a riscos climáticos e econômicos.

Portanto, embora as mudanças entre 2000 e 2014 tenha ampliado o alcance do Pronaf, o programa ainda enfrenta limitações para promover uma transformação sustentável e resiliente no Nordeste e em Sergipe, onde os agricultores familiares

continuam vulneráveis a uma economia agrícola pouco diversificada. Os financiamentos do Pronaf oferecem taxas de juros mais baixas que as do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), variando de 1,5% a 5,0% ao ano, conforme o tipo de crédito. Para acessar o Pronaf, é preciso atender a alguns requisitos, como: residir na propriedade ou próximo dela; ter pelo menos 50% da renda familiar oriunda da exploração agropecuária ou não agropecuária; não possuir mais de quatro módulos fiscais; o trabalho familiar deve ser predominante; a renda bruta anual não pode exceder R\$ 500 mil; e o agricultor deve ser proprietário, posseiro ou arrendatário (BNDES, 2023).

Os bens e serviços financiados pelo Pronaf são: construções, obras de irrigação e drenagem, reflorestamento, formação de lavouras, eletrificação e telefonia rural, aquisição de máquinas e equipamentos, instalações, reforma de máquinas e equipamentos, orientação técnica, correção e recuperação do solo, veículos novos, entre outros serviços. Também há subprogramas que geram financiamentos mais específicos, como o Pronaf Agroindústria, Mulher, ABC+ Agroecologia, ABC+ Bioeconomia, Mais alimentos, Pronaf Jovem, entre outros (BNDES, 2023).

Estudos recentes sobre o Pronaf mostram que o programa manteve ciclos viciosos de seletividade, direcionamento e distribuição dos recursos, similares aos observados após a criação do SNCR em 1965 (Delgado, 2012). Estudos de Scapin e Troian (2023) identificaram que as culturas de soja e milho foram as mais beneficiadas entre 2010 e 2019, com a soja recebendo o maior volume de recursos, Toledo e Zonin (2021) destacaram a ampliação da concentração produtiva em *commodities* como milho, soja e café. Já autores como, Grisa, Buchweitz e Wesz Junior (2014), Búrigo *et al.* (2021), Melo *et al.* (2024) também constataram o direcionamento dos recursos de custeio principalmente para grãos, especialmente soja, milho, trigo e café.

Desta forma, o acesso ao crédito para agricultores familiares pode fortalecer suas atividades produtivas, possibilitando a expansão da produção e melhorando suas interações com o mercado e outros agentes, como destacado por Rambo (2014). No entanto, críticos como Schneider, Cazella e Mattei (2021) apontam que o Pronaf tem privilegiado agricultores inseridos em grandes cadeias produtivas, deixando de apoiar adequadamente aqueles em situação de maior vulnerabilidade econômica e social. Isso resulta em menos suporte para modos alternativos de agricultura, incluindo agricultores que atuam em mercados informais ou focam na produção para autoconsumo, o que impacta negativamente a segurança alimentar e nutricional da população.

Entre 2013 e 2023, as operações de crédito Pronaf Custeio totalizaram 3.665.721 contratos no Brasil, apesar da magnitude dos números, houve uma redução no número de contratos anuais ao longo desse período, seguindo a tendência geral da política de crédito rural brasileira, que começou a diminuir especialmente a partir de 2012 (Baccarin, Oliveira, 2021; Fossá, Matte, Mattei, 2022). Essa redução pode ser atribuída a fatores como endividamento com outras linhas de crédito, crises climáticas e incertezas quanto ao retorno do investimento (Fossá *et al.*, 2024b).

Por outro lado, os recursos financeiros destinados ao Pronaf Custeio apresentaram um movimento oposto, de R\$ 10,8 bilhões em 2013, esses recursos aumentaram para R\$ 17,7 bilhões em 2023, representando um crescimento de 63,4%, o que reflete os crescentes custos de produção e a maior necessidade de financiamento para viabilizar as atividades produtivas dos agricultores familiares (Fossá *et al.*, 2024b; Botelho; Suela, 2023).

No estudo realizado por Souza *et al.* (2011), demonstrou que a maioria dos estabelecimentos familiares no Brasil, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, não obtiveram financiamento em 2006, com percentuais superiores a 80% e 90%, respectivamente. No entanto, na região Sul, o maior percentual de agricultores familiares conseguiu acesso ao crédito. Ainda assim, mais de 60,0% dos agricultores familiares sulistas não obtiveram financiamento naquele ano (Souza *et al.*, 2011).

Entre os motivos para não acessar o crédito, cerca de metade dos agricultores em todo o país afirmaram não precisar desse recurso, sendo que nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, essa justificativa é apontada por entre 50% e 70% dos agricultores que não buscaram crédito. O receio de contrair dívidas e a burocracia envolvida são outros motivos comuns mencionados pelos agricultores, especialmente no Nordeste, onde o medo da dívida é destacado por cerca de 20% dos agricultores como o principal motivo para não tomarem empréstimos (Souza *et al.*, 2011).

O Pronaf distribuiu significativos R\$ 23,9 bilhões em crédito para a região Nordeste entre 2017 e 2022, divididos em R\$ 5,4 bilhões para custeio e R\$ 18,5 bilhões para investimento. Durante esse período, foram realizados 392 mil contratos de custeio e 4 milhões de investimento na região, destacando-se como a mais representativa em termos de números de contratos no país (BACEN, 2022b).

Já em 2017, os agricultores familiares do Nordeste utilizaram aproximadamente R\$ 2,9 bilhões em crédito, o que representou 13,6% do total distribuído para o restante

do país. O Pronaf investimento foi particularmente relevante, com R\$ 3,6 bilhões distribuídos em 2021, sendo R\$ 1,1 bilhões destinados ao custeio. No ano seguinte, em 2022, os recursos para investimento totalizaram cerca de R\$ 1,8 bilhões a mais que os de custeio, com 566 mil contratos realizados pelo Pronaf investimento e 75 mil pelo Pronaf custeio (BACEN, 2022b).

Botelho e Suela (2023), relataram que os estados que mais se destacaram no financiamento pela linha de custeio foram Bahia (26,1%), Sergipe (15,6%) e Maranhão (15,4%). Na linha de investimento, os estados mais beneficiados foram Bahia (28,8%), Ceará (13,3%) e Maranhão (12,3%). A partir de 2018, Sergipe aumentou consideravelmente seus financiamentos, passando de R\$74,8 milhões em 2017 para R\$250 milhões em 2022 na linha de custeio, e de R\$80,8 milhões para R\$117 milhões na linha de investimento para os mesmos anos.

Esses recursos foram direcionados principalmente para atividades agrícolas e pecuárias, com destaque para a pecuária, que recebeu a maior parte dos investimentos. Apesar de ser um dos estados com menor área territorial no Nordeste, Sergipe ocupa uma posição destacada entre os estados com maior proporção de área ocupada pela agricultura familiar no Brasil, ficando atrás apenas de estados como Ceará e Pernambuco (IBGE, 2017).

Em comparação, a região Sul se destacou como a maior beneficiária de créditos do Pronaf em 2022. Entre 2017 e 2022, a região totalizou aproximadamente R\$85,8 bilhões em financiamentos distribuídos, sendo aproximadamente 70% destinados a atividades de custeio e 30% a atividades de investimento, nesse mesmo período, foram realizados aproximadamente 2 milhões de contratos com o Pronaf na linha de custeio e 478 mil contratos na linha de investimento na região Sul (Botelho; Suela, 2023).

Por fim, a distribuição do Pronaf mostra uma distinção clara: o Sul recebe maiores volumes de crédito devido às melhores condições socioeconômicas dos produtores, enquanto o Nordeste registra o maior número de contratos, refletindo a maior quantidade de agricultores familiares na região, assim, o número de contratos realizados com o Pronaf não está diretamente ligado à situação socioeconômica dos agricultores, mas sim à quantidade de unidades familiares presentes no território (Aquino; Schneider, 2015; Suela *et al.*, 2022).

No tocante ao Estado de Sergipe, o estudo de Carvalho e Costa (2021) expõe que o Pronaf, apesar de ainda enfrentar desafios, como a limitação de acesso a categorias de

menor renda, tem impulsionado a diversificação produtiva, permitindo que agricultores familiares incorporem técnicas modernas e adaptem suas produções às demandas de mercado. No entanto, para melhorar sua eficácia, é essencial manter atualizados os dados de impacto econômico e aprimorar a assistência técnica e a especialização profissional para atender as necessidades locais.

O Pronaf, desde sua criação em 1996, tem sido crucial para apoiar os agricultores familiares, especialmente nas regiões com vulnerabilidade socioeconômica como o Nordeste. Mas, os dados destacam que há uma necessidade urgente de aprimorar a execução de políticas públicas destinadas aos agricultores familiares nas regiões de vulneráveis socioeconômicas, onde têm sua produção agrícola direcionada principalmente para produtos essenciais da cesta básica dos brasileiros, o que ressalta a importância de políticas que garantam apoio adequado para o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar dessas áreas. Isso inclui melhorias na infraestrutura, acesso a tecnologias agrícolas, assistência técnica e financiamento adequado para assegurar a produtividade e o bem-estar dos agricultores familiares (Schneider; Cazella; Mattei, 2021; Botelho; Suela, 2023).

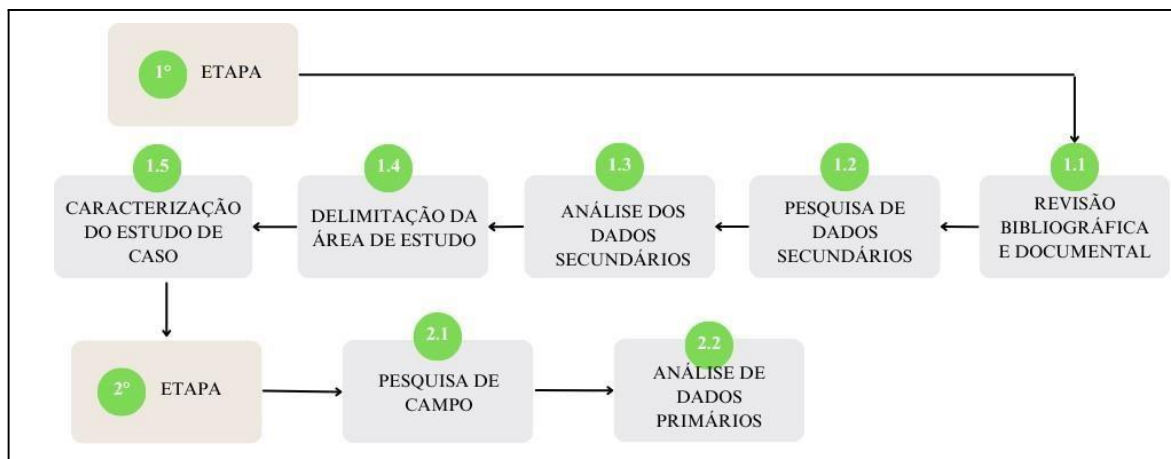
2. METODOLOGIA

Nesta pesquisa foi utilizado o método científico dialético, pois essa corrente se preocupa com problemas como o modo de produção econômico, a formação socioeconômica, as transformações e contradições na sociedade, a diferença entre a essência e a aparência dos fenômenos, uma visão mais completa (totalidade) dos fenômenos, a necessidade de um bom conhecimento de história e política e o desenvolvimento de uma consciência crítica (Camargo, 2004). O método de análise foi essencial para a investigação científica, pois orientou como a pesquisa deveria ser conduzida e contribuiu para interpretar melhor a realidade a partir de um ponto de vista específico. Esse método definiu as etapas da pesquisa e a base teórica utilizada para o desenvolvimento do trabalho científico (Melo, 2010).

De acordo com Zago (2013), o método dialético busca compreender a realidade de forma mais profunda e crítica, superando aparências superficiais. Ele explica que a pseudoconcreticidade é a visão superficial da realidade, ou seja, aquilo que parece óbvio no dia a dia, mas que, na verdade, não revela as verdadeiras causas e conexões. Ou seja, ao utilizar esse método, foi possível romper com a visão superficial ao se compreender que a sociedade é moldada pelas condições de produção (trabalho e produção de riqueza) e de reprodução da vida (garantia da sobrevivência), possibilitando interpretar a realidade de maneira mais organizada e completa, superando a visão fragmentada geralmente presente nas experiências cotidianas (Zago, 2013).

A abordagem utilizada foi quanti-qualitativa, uma vez que o recorte espacial e a análise estatística foram mensurados quantitativamente por meio de dados secundários, ao passo que foi realizada a análise de conteúdo dos dados primários, que foram qualitativos e obtidos por meio de roteiro de entrevista. Dessa forma, o caminho metodológico da pesquisa (Figura 2) foi composto pelas seguintes etapas metodológicas: 1ª etapa (realizada durante a elaboração do projeto): revisão bibliográfica e documental, pesquisa e análise de dados secundários, e caracterização da área pesquisada; 2ª etapa (posteriormente executada): pesquisa de levantamento e análise dos dados primários.

Figura 2 - Fluxograma das etapas metodológicas da pesquisa.



Fonte: elaborada pela autora (2026).

A metodologia adotada nesta pesquisa combinou abordagens teóricas e práticas que permitiram uma análise profunda e crítica do fenômeno estudado. O uso do método dialético, aliado à abordagem quanti-qualitativa, possibilitou investigar tanto as dimensões objetivas quanto subjetivas da realidade, ampliando a compreensão do Pronaf na reprodução social dos agricultores familiares.

3.1 Revisão Bibliográfica e Documental

Para este estudo, foram realizadas revisão bibliográfica e documental. A revisão bibliográfica, conforme definido por Marconi e Lakatos (2004) e Batista e Kumada (2021), consistiu na busca de informações em fontes bibliográficas, como livros, teses, dissertações, artigos e outras publicações relacionadas direta ou indiretamente aos temas do estudo (Pronaf e reprodução social), utilizando plataformas como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Scopus, Web of Science, Scielo e o portal de periódicos da CAPES.

A pesquisa documental, por sua vez, buscou séries estatísticas históricas locais, relatórios de instituições rurais, notícias de jornais locais e outras fontes que ajudaram a compreender o contexto das realidades estudadas (Luvezute *et al.*, 2015). Dito isso, salienta-se que uma revisão bibliográfica foi realizada para embasar teoricamente a pesquisa, incluindo estudos sobre reprodução social em outras localidades, os quais foram retomados nas análises para apoiar a discussão dos dados encontrados. Paralelamente, foi conduzida uma análise de dados secundários e documentos, com o objetivo de verificar os tipos de Pronaf, número de acessos, quantidade de recursos e

distribuição geográfica. Essa abordagem visou fornecer uma compreensão diversificada e contextualizada das realidades investigadas no projeto (Garcia, 2016).

3.2 Pesquisa e Análise de Dados Secundários

Como etapa inicial da metodologia, realizou-se um levantamento e análise de dados secundários provenientes de sites oficiais, bancos de dados públicos e séries históricas. O recorte temporal compreendeu o período de 2013 a 2024, definido em função da disponibilidade e da consistência das informações na Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (BACEN), cujos registros passam a ser sistematizados a partir de 2013. O limite final em 2024 deu-se à necessidade de dispor de dados consolidados e fechados para subsidiar, ainda em 2025, a etapa de definição do município que foi selecionado como área de estudo da pesquisa de campo. Essas informações foram fundamentais para atender ao objetivo de mapear a distribuição do acesso aos recursos do Pronaf no estado de Sergipe ao longo do período analisado, conforme apresentado no primeiro capítulo da dissertação. A partir desse levantamento, identificaram-se os municípios mais expressivos em volume de contratos e valores financiados em cada uma das três mesorregiões do estado, o Sertão, o Agreste e o Leste. Com base nos dados do BACEN, foram selecionados os municípios de Carira, Tobias Barreto e Itabaianinha, por se destacarem, no intervalo considerado, tanto pelo número de operações contratadas quanto pelo montante de crédito acessado.

Esses dados foram exportados para o software Excel 2021, onde foram organizados e tabulados. Para garantir a comparabilidade ao longo do tempo, os valores foram corrigidos monetariamente e deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), com base no ano de 2024. O processamento dos dados foi realizado utilizando os softwares Excel e R, o que permitiu a elaboração de estatísticas descritivas detalhadas e análise de correlação.

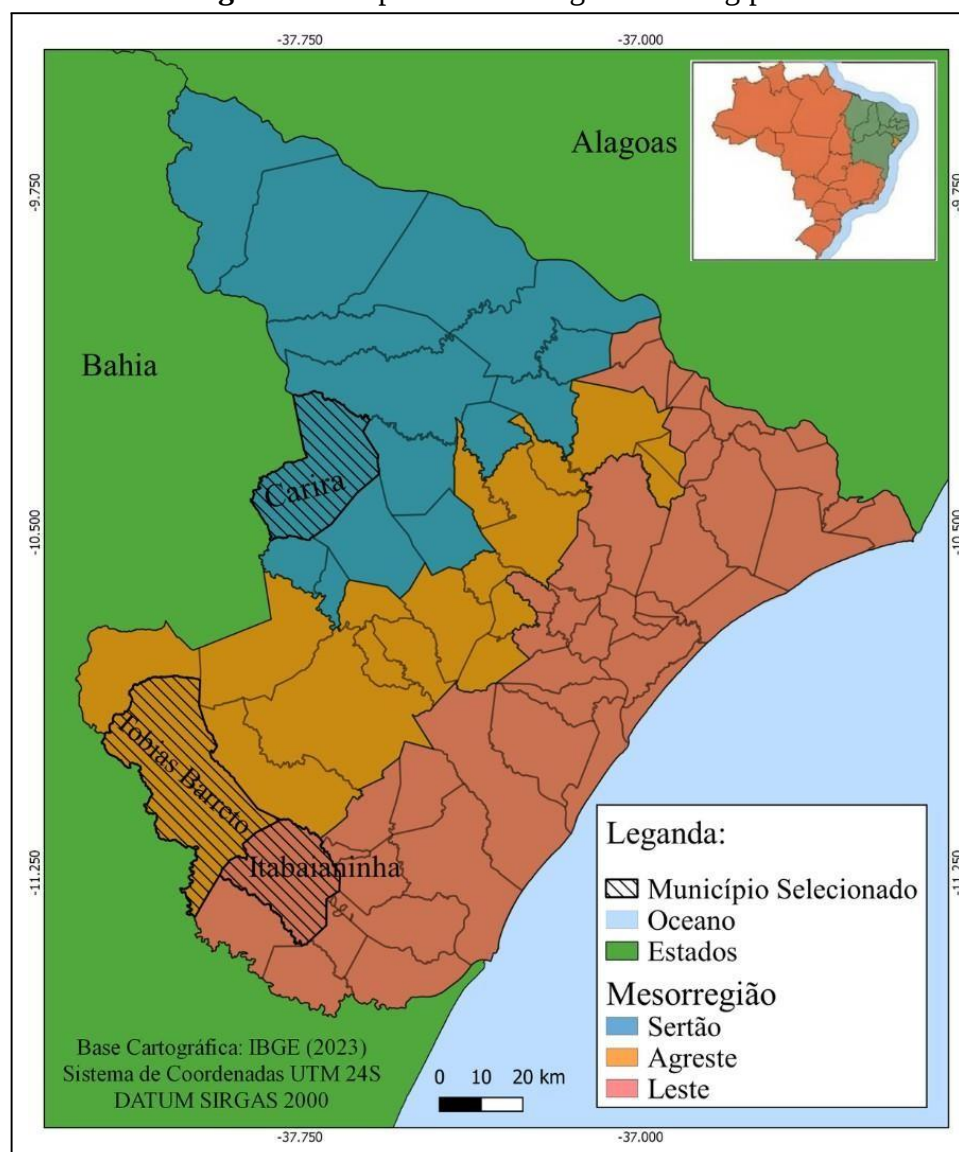
3.3 Caracterização da Área do Estudo

A partir dos resultados obtidos na análise dos dados secundários, procedeu-se à etapa de caracterização da área do estudo. Inicialmente foram identificados os municípios mais relevantes em cada mesorregião do estado de Sergipe, considerando o acesso ao Pronaf. Essa identificação serviu de base para a escolha final do município de Itabaianinha, onde foi realizado o estudo de caso e as entrevistas de campo.

É válido salientar que esses casos podem ter algo em comum ou não, mas são escolhidos porque se acredita que estudar esse grupo ajudará a entender melhor o fenômeno em geral ou a criar teorias que expliquem outros casos parecidos (Stake, 2000). Nesse contexto, a análise de processos se alinha à metodologia qualitativa, à sua abordagem subjetiva possibilita investigar o processo, compreendendo o "como" e o "porquê" dos fenômenos (Lavarda; Balbastre, 2009).

É importante informar que o estado de Sergipe está definido em três mesorregiões conforme o IBGE: Leste Sergipano, Agreste Sergipano e Sertão Sergipano (Figura 3). O Leste Sergipano, que abrange a faixa costeira e áreas próximas, é caracterizado pela maior densidade populacional, atividades industriais, comerciais e de serviços, além de produção agrícola significativa de cana-de-açúcar, coco-da-baía e frutas. O Agreste Sergipano, situado entre o Litoral e o Sertão, destaca-se pela distribuição equilibrada de terras, predominância de pequenas propriedades rurais e diversidade de atividades econômicas, incluindo cultivos de frutas, hortaliças e pecuária. O Sertão Sergipano, localizado no oeste do estado, possui clima semiárido, grandes propriedades e é marcado pela pecuária de corte e leiteira. A região tem baixa densidade demográfica e é cenário de movimentos sociais que promovem assentamentos rurais. Estas mesorregiões são subdivididas em treze microrregiões geográficas (IBGE, 2000).

Figura 3 – Mapa das mesorregiões de Sergipe.



Fonte: Elaboração da autora (2024), com base no IBGE (2023).

A seleção do caso foi realizada com base na análise de dados secundários fornecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Inicialmente foram identificados os municípios de Sergipe que apresentaram o maior número de contratos e o maior montante de crédito do Pronaf em cada mesorregião, sendo: (1) Carira, localizado no Sertão, registrou 16.362 contratos de custeio e investimento entre 2013 e 2024, totalizando R\$ 401.938.661,47; (2) Tobias Barreto, no Agreste, que apresentou 18.868 contratos no mesmo período, com um montante de R\$ 148.956.587,16; e (3) Itabaianinha, no Leste, que contabilizou 29.410 contratos, somando R\$ 191.087.782,74. Esses municípios representam estabelecimentos familiares com acesso expressivo ao

Pronaf e foram inicialmente definidos como objetos centrais do estudo devido à sua relevância no contexto da política de crédito rural em Sergipe.

A partir dos resultados do primeiro capítulo, onde foi analisada a distribuição dos recursos do Pronaf em Sergipe entre os anos 2013 e 2024, foi selecionado o município de Itabaianinha para a realização das entrevistas de campo. A escolha foi motivada pelo fato de o município apresentar o maior número de contratos, com valores relativamente equilibrados entre as modalidades de custeio e investimento, como por exemplo, o ano de 2024 teve 1150 contratos de custeio e 1846 contratos de investimento. Esse equilíbrio é relevante, já que o estudo considera ambas as linhas de crédito de forma integrada. Além disso, a tendência de crescimento mais equilibrada nos contratos e valores de Itabaianinha favorece a identificação de agricultores que acessaram o Pronaf de maneira mais regular, o que é fundamental para atender ao critério de inclusão definido para a seleção dos entrevistados.

Outro fator decisivo para a escolha de Itabaianinha foi a existência de uma rede de contatos previamente constituída e mais consolidada com informantes-chave no município, construída ao longo da trajetória acadêmica e profissional. Essa aproximação se deu, sobretudo, nas redes sociais locais, estreitadas por vínculos com famílias residentes no município. Ademais, a experiência de estágio em uma consultoria que presta atendimento a produtores rurais de Itabaianinha ampliou o acesso a atores estratégicos e ao conhecimento do contexto local. Soma-se a isso a presença de relações pessoais indiretas, por meio de conhecidos que mantêm vínculos com um número expressivo de moradores do município, o que reforçou a capilaridade da rede. Em contraste, tais conexões não se configuram de forma equivalente nos municípios de Carira e Tobias Barreto, o que limitou as possibilidades de acesso ao campo nessas localidades.

Como parte da etapa de campo exploratório da pesquisa, realizou-se um primeiro contato institucional com a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO) e com a empresa GTerra Consultoria⁷, com o objetivo de conhecer a dinâmica local da agricultura familiar e obter informações preliminares sobre os agricultores do município de Itabaianinha que acessam o Pronaf. Essas instituições

⁷ Empresa de consultoria agropecuária e ambiental, constituída como sociedade limitada (LTDA), com atuação nos estados de Sergipe, Alagoas e Bahia, que autorizou formalmente a menção de seu nome nesta dissertação.

atuaram como informantes-chave, fornecendo dados relevantes e indicando contatos de alguns produtores rurais beneficiários do programa. A partir desse levantamento inicial, iniciou-se o contato direto com os agricultores, majoritariamente por meio do aplicativo WhatsApp, o que possibilitou o agendamento das visitas e o início da aplicação dos procedimentos metodológicos previstos na pesquisa.

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, o município de Itabaianinha, localizado no leste do estado de Sergipe, possui uma população de 40.678 habitantes, dos quais 51% são mulheres e 49% homens, em relação à escolaridade, 78,2% da população é alfabetizada, enquanto 21,8% não possui alfabetização. Quanto à distribuição espacial, 59,3% dos habitantes residem na área urbana e 40,7% na área rural, no que se refere à infraestrutura domiciliar, 53,6% dos domicílios estão conectados à rede de esgoto e 69,8% são abastecidos pela rede geral de água. Ademais, aproximadamente 89,9% das vias do município são pavimentadas e 99% da área conta com iluminação pública (IBGE, 2023). A cidade conta com muitas olarias e indústria têxtil, sendo conhecida por “Capital da Moda e Cidade Cerâmica” (Figura 4).

Figura 4 - Entrada/Saída de Itabaianinha/SE.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025. Acervo pessoal.

3.4 Pesquisa de Levantamento

Como já explicado no tópico acima, com base nos resultados do primeiro capítulo da dissertação e nas informações dos informantes-chave, o município de Itabaianinha foi definido como área de pesquisa para pesquisa de levantamento.

A pesquisa de campo foi realizada no mês de setembro de 2025, em cinco povoados distintos do município de Itabaianinha, sendo eles: Alto, Terra Vermelha, Mumbaça, Campinhos e Jardim, de modo a garantir diversidade territorial e produtiva entre os estabelecimentos rurais familiares entrevistados. O contato com os participantes ocorreu a partir da identificação dos primeiros agricultores familiares que atendiam aos critérios estabelecidos e, a partir deles, foram realizadas novas indicações conforme a técnica *snowball* (bola de neve), conforme Bockorni e Gomes (2021).

Os critérios de inclusão definidos foram: ser agricultor(a) familiar e responsável pelo estabelecimento; ter acessado regularmente o Pronaf Custeio ou Investimento por pelo menos três anos, com o último contrato firmado há dois anos ou mais; e possuir o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) ativo. Como critérios de exclusão, não foram incluídos menores de 18 anos, nem indivíduos que apresentassem sinais de embriaguez ou uso de substâncias que alterassem o estado de consciência, assegurando a confiabilidade das informações prestadas.

A amostragem utilizada foi intencional, com caráter não probabilístico, permitindo selecionar sujeitos que se adequassem aos objetivos qualitativos do estudo. Buscou-se contemplar uma variedade de perfis entre os agricultores, considerando modalidade de crédito acessada, tipo de atividade produtiva, linha do Pronaf, gênero, faixa etária e demais fatores relevantes, evitando tendências e garantindo representatividade do fenômeno estudado. O número final de entrevistados não foi previamente definido, sendo estabelecido durante o trabalho de campo à medida que as indicações se esgotavam e as informações se repetiam entre os entrevistados, conforme o princípio da técnica de *snowball*. Ao todo, foram entrevistadas 24 famílias, das quais uma foi excluída por não atender integralmente aos critérios de inclusão, dessa forma, a amostra final compreendeu 23 estabelecimentos rurais familiares, totalizando 95 pessoas, cujas informações foram analisadas.

A partir desse percurso metodológico, a unidade de análise da pesquisa foi definida como a unidade de produção familiar, também denominada, ao longo do trabalho, como

estabelecimento rural familiar, sendo ambos os termos tratados como sinônimos. Conforme Villwock (2015) e (2018) a unidade de produção familiar caracteriza-se pela articulação entre família, trabalho e produção. Com base nessa definição, foi possível levantar informações detalhadas sobre o perfil socioeconômico das famílias, a organização produtiva das unidades de produção familiar, a estrutura de trabalho e renda, bem como compreender de que modo o acesso ao Pronaf contribui para a reprodução social dos agricultores familiares.

Para o levantamento dos dados quanti-qualitativos primários da pesquisa, foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturado direcionado aos agricultores familiares responsáveis pelos estabelecimentos (Apêndice I). Salienta-se que toda pesquisa envolvendo seres humanos deve ser aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) antes de seu início, conforme a Resolução 466/2012 (CNS, 2012). Buscando atender aos princípios éticos em pesquisas com seres humanos, o estudo foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, via Plataforma Brasil, sob o número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE): 75935323.0.0000.5546. Além disso, ressalta-se que o sigilo foi mantido, garantindo que nenhuma informação que identifique os agricultores foi revelada, assegurando assim a privacidade e a confidencialidade dos participantes, a partir do Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos (Anexo I) e Termo de Compromisso e Confidencialidade (Anexo II).

A aplicação do roteiro de entrevistas foi orientada pelos princípios da pesquisa qualitativa, conforme as diretrizes propostas por Pope e Mays (2005). Os autores destacam a importância da clareza quanto aos objetivos da entrevista, da formulação de perguntas abertas e flexíveis, capazes de explorar em profundidade os temas de interesse, bem como do uso de feedback verbal e não verbal adequado, de modo a favorecer a comunicação e a construção de um ambiente de confiança entre pesquisador e entrevistados. Ademais, o processo de documentação das entrevistas envolveu o uso de diferentes tipos de registros, incluindo anotações realizadas durante e após as entrevistas e gravações em áudio, com consentimento prévio dos participantes, visando garantir maior precisão na transcrição e na análise dos dados (Pope; Mays, 2005).

3.5 Análise de dados primários

As informações e dados coletados no campo de pesquisa foram tratados e analisados de duas formas, para viabilizar essas análises, todas as entrevistas realizadas em campo foram integralmente transcritas após o trabalho de campo, em processo conduzido com atenção e rigor, garantindo a fidedignidade das informações presentes nos áudios.

A primeira etapa analítica correspondeu aos dados quanti-qualitativos coletados nas questões iniciais do roteiro de entrevista, voltadas à caracterização das famílias entrevistadas. A análise iniciou-se pela caracterização socioeconômica das famílias, considerando variáveis como faixa etária, escolaridade e tempo de trabalho, com base em 95 pessoas pertencentes a 23 unidades de produção familiar. Já os aspectos relacionados ao capital e à produção foram analisados em nível de estabelecimento rural familiar, totalizando 23 estabelecimentos.

Esses dados foram processados nos softwares Excel e R, por meio de estatísticas descritivas, com valores absolutos e relativos, médias, frequências e análise de distribuição. Também foram aplicadas técnicas como análise em mosaico, cálculo de porcentagens, correlação de Pearson, linhas de tendência e coeficiente de determinação (R^2), para visualização da relação entre variáveis categóricas, evidenciando proporções e associações entre categorias, bem como observar o crescimento, a redução ou estabilidade entre as categorias analisadas.

Após a organização inicial dos dados, passou-se ao momento mais complexo e decisivo para assegurar a qualidade e a profundidade da pesquisa: a fase de redução, categorização e interpretação do material empírico, que marcou o início efetivo da análise de conteúdo. Conforme Vergara (2015), a análise de conteúdo constitui uma técnica de tratamento de dados brutos capaz de identificar, classificar e organizar, por categorias, o que é dito sobre determinado tema. Seguindo essa perspectiva, a análise desenvolvida na pesquisa foi orientada pelos três momentos cronológicos propostos por Bardin (2016): a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, com ênfase na interpretação, aliados a um processo sistemático de categorização.

Assim, a segunda etapa envolveu a análise qualitativa das respostas às questões abertas por meio de uma abordagem integrativa que articulou a análise de conteúdo à análise lexical automatizada. Para isso, empregou-se o software IRAMUTEQ, seguindo

a metodologia descrita por Santos *et al.* (2020). O corpus textual das entrevistas foi organizado em Unidade de Contexto Inicial (UCI), Segmentos de Texto (ST) e clusters produzidos pela Análise de Similitude, cuja representação gráfica por meio dos clusters evidenciou classes temáticas, proximidades semânticas e padrões de repetição nas falas (Santana, 2024; Sousa *et al.*, 2020).

A análise lexical mostrou-se especialmente produtiva por considerar a frequência e a coocorrência de palavras, distinguindo termos de conteúdo de elementos puramente sintáticos, o que possibilitou identificar temas recorrentes, sentidos latentes e regularidades discursivas passíveis de não emergirem apenas da leitura manual (Nascimento; Menandro, 2006). A partir das classes identificadas pelo IRAMUTEQ, procedeu-se à interpretação qualitativa fundamentada na análise de conteúdo de Bardin, que permitiu compreender o significado, o contexto e os sentidos atribuídos pelos entrevistados aos temas presentes na entrevista. Dessa forma, a integração entre análise lexical e análise de conteúdo conferiu maior robustez metodológica à pesquisa, ao combinar rigor estatístico e profundidade interpretativa.

E Assim, conforme a lógica metodológica de Bardin (2016), a análise de conteúdo foi desenvolvida em três etapas. A primeira, denominada pré-análise, consistiu na organização do material empírico e na definição dos eixos analíticos. No contexto desta pesquisa, as perguntas do roteiro de entrevistas foram agrupadas em duas dimensões temporais: curto prazo e longo prazo. A dimensão de curto prazo abrangeu questões relacionadas à produção, trabalho e renda, enquanto a dimensão de longo prazo contemplou temas como sucessão rural, patrimônio e perspectivas futuras. Para cada pergunta foi gerado um gráfico de similitude, permitindo a análise específica das associações lexicais em cada temática investigada.

A segunda etapa, referente à exploração do material, envolveu a codificação, o tratamento do corpus textual e a identificação das unidades de registro, etapa na qual a análise de similitude se insere de forma mais direta como instrumento de apoio à categorização. Por meio dos gráficos de similitude, foi possível identificar padrões recorrentes de associação entre palavras, contribuindo para a consolidação das categorias empíricas.

Por fim, na etapa de tratamento dos resultados e interpretação, a análise de similitude desempenhou papel fundamental ao funcionar como validador empírico das categorias construídas e ao evidenciar a estrutura relacional do discurso dos agricultores,

indo além da simples frequência de termos. Os conjuntos de palavras agrupados em clusters (formas coloridas) permitiram refinar e sustentar as categorias analíticas propostas por Bardin, ao revelar associações semânticas recorrentes e relações entre diferentes dimensões do discurso, fortalecendo a interpretação dos resultados à luz dos objetivos da pesquisa.

3. DISTRIBUIÇÃO DO ACESSO AOS RECURSOS DO PRONAF EM SERGIPE ENTRE OS ANOS DE 2013 E 2024

4.1 Análise no Brasil e Nordeste

O desenvolvimento rural brasileiro é marcado pela coexistência de diferentes categorias produtivas, desde grandes produtores patronais até pequenos agricultores familiares e trabalhadores rurais, o que exige políticas públicas e programas inclusivos capazes de atender às necessidades específicas de cada grupo, especialmente os mais vulneráveis (Fossá; Villwock; Matte, 2024). No entanto, desafios como mudanças climáticas, instabilidade de mercado e dificuldades no acesso ao crédito rural afetam a agropecuária, ampliando os riscos e dificultando a reprodução social da vida no campo (Botelho; Suela, 2023).

Nesse contexto, a integração entre crédito rural, políticas públicas e organização social torna-se essencial para superar as desigualdades econômicas e sociais no meio rural, promovendo um desenvolvimento mais justo e sustentável. Considerando a relevância do Pronaf como uma política pública voltada para a agricultura familiar, este capítulo tem como objetivo analisar a distribuição dos recursos e contratos do programa em Sergipe, no período de 2013 a 2024, investigando se a alocação reflete o padrão nacional de "tríplice seletividade" (que favorece determinadas regiões, culturas e perfis produtivos) e seus impactos no desenvolvimento rural local (Graziano da Silva, 1982; Fossá *et al.*, 2024).

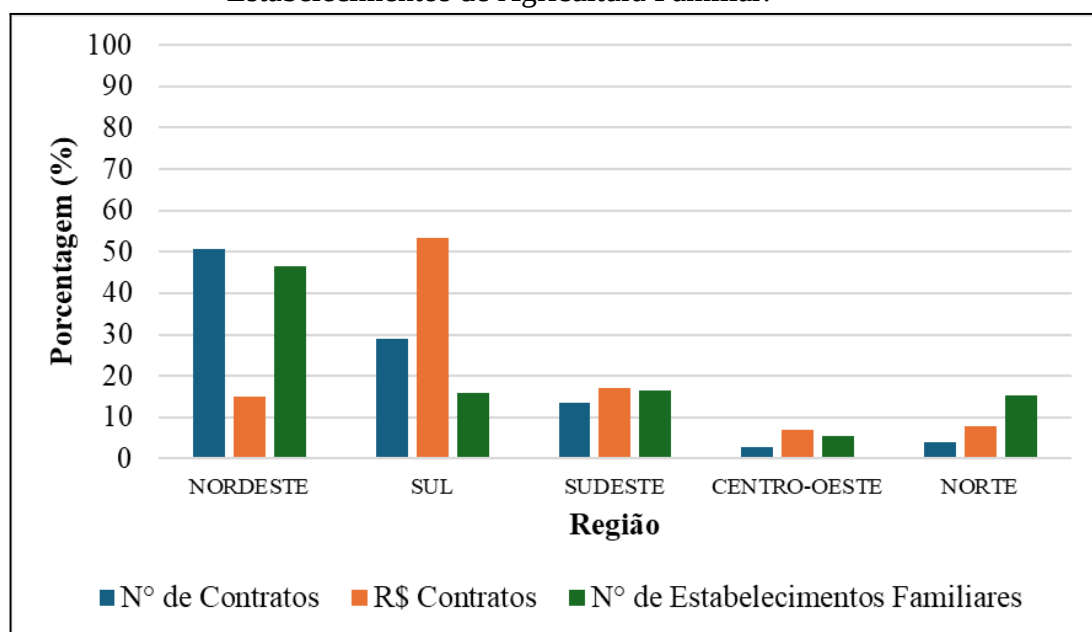
O Plano Safra 2023/2024 do governo federal alocou R\$ 71,6 bilhões para a agricultura familiar, enquanto a agricultura empresarial recebeu uma quantia significativamente maior, de R\$364,2 bilhões (MAPA, 2024), ou seja, 5 vezes mais que a AF. Esses números refletem a diferença no volume de recursos destinados aos dois segmentos, ao passo que segundo o Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, a agricultura familiar é responsável por 76,8% dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, mas ocupa apenas 23% da área total dedicada à agropecuária, evidenciando não somente a concentração dos recursos, mas de terras nas mãos de grandes produtores (IBGE, 2019).

Frente a esse contexto, o texto se aprofundará na questão da distribuição dos recursos e contratos do Pronaf em Sergipe no período de 2013 a 2024. O Pronaf tem apresentado um padrão de acesso desigual, desviando-se de seus objetivos iniciais, como o fortalecimento da segurança alimentar e o amplo apoio à agricultura familiar (Grisa;

Porto, 2022). Com base nisso, o estudo propõe apresentar como essa política pública é distribuída em Sergipe, investigando se a distribuição dos recursos no estado reflete o padrão de "tríplice seletividade" observado em nível nacional, que privilegia determinadas regiões, culturas e perfis de produtores.

Por meio da análise dos dados da pesquisa, compreende-se que em 2024 o Pronaf distribuiu mais de R\$ 61,2 bilhões em crédito rural, contemplando mais de 1,6 milhão de contratos realizados em todo o país. Também se observou uma discrepância significativa entre o número de estabelecimentos de agricultura familiar, a quantidade de contratos do Pronaf e o valor financeiro desses contratos por região do Brasil (Figura 5).

Figura 5 - Distribuição Regional de Contratos e Recursos do Pronaf em relação aos Estabelecimentos de Agricultura Familiar.



Fonte: Elaborado pela autora com base no IBGE (2019) e BACEN (2025).

A região Nordeste concentra 46,6% dos estabelecimentos de agricultura familiar do país, o que destaca sua importância no contexto da agricultura familiar brasileira (IBGE, 2019), contudo, essa relevância não é acompanhada pela distribuição proporcional dos recursos do Pronaf, uma vez que o Nordeste representa cerca de 50,7% dos contratos firmados, mas apenas 15,1% do montante total investido. Tal fato pode ser explicado por Mattei (2014) quando ele aponta a baixa participação dos grupos A e A/C, compostos por agricultores menos capitalizados, evidenciando a concentração histórica de recursos do Pronaf na região Sul.

Com o passar dos anos, o programa passou por ajustes que ampliaram os limites de enquadramento e crédito, incluindo agricultores de maior renda, especialmente em áreas de agricultura modernizada. Essa reformulação, no entanto, desviou-se do propósito inicial de atender agricultores mais vulneráveis, predominantemente no Nordeste, que continuam em desvantagem devido à falta de assistência técnica, escassez de agentes financeiros capacitados e medo de endividamento (Baccarin; Oliveira 2021; Agápto, 2015).

Paralelamente, o desinteresse dos bancos em operar créditos de baixo valor para pequenos produtores aumentou ainda mais a exclusão, aprofundando as desigualdades regionais, e assim o programa acaba por priorizar agricultores de maior renda, reforçando um modelo que favorece regiões e perfis mais estruturados, enquanto desampara os menores produtores e as áreas menos desenvolvidas, como o Nordeste (Bittencourt, 2003).

A região Sul, embora possua um menor número de estabelecimentos de agricultura familiar, concentra uma parcela significativa dos recursos do Pronaf, representando 28,8% dos contratos e 53,3% do valor total. Esse padrão evidencia uma valorização financeira mais elevada por contrato, alinhada a uma tendência histórica de direcionamento preferencial de recursos para regiões com maior capacidade produtiva e melhor infraestrutura. Essa lógica, descrita por Graziano da Silva (1982) como "tríplice seletividade", favorece regiões mais desenvolvidas e perfis produtivos específicos, perpetuando desigualdades regionais no acesso ao crédito rural, um cenário que ainda persiste.

A situação privilegiada do Sul pode ser atribuída também à forte organização de seus agricultores em associações e cooperativas, o que lhes conferiu maior influência sobre as instituições públicas, além de sua renda média mais elevada, que lhes garantiu um tratamento preferencial por parte dos bancos (Baccarin; Oliveira, 2021). Em 2006, 75,6% dos estabelecimentos familiares associados a cooperativas estavam no Sul, enquanto apenas 3,5% pertenciam ao Nordeste, destacando a disparidade na articulação e no acesso a recursos entre as duas regiões (IBGE, 2009).

A análise das demais regiões, como Sudeste, Norte e Centro-Oeste, reforça a seletividade do programa. O Sudeste e o Norte apresentam números semelhantes de contratos, embora o Norte tenha uma maior proporção de estabelecimentos familiares. Ainda assim, ambas as regiões possuem um valor financeiro inferior ao Sul, indicando

uma menor priorização dos recursos. O Centro-Oeste, com a menor participação em número de estabelecimentos familiares e contratos, também recebe a menor fatia dos recursos financeiros, refletindo uma menor integração da agricultura familiar ao Pronaf na região.

No Nordeste, a Bahia liderou o acesso ao Pronaf com mais de 245 mil contratos e R\$3 bilhões em recursos. Sergipe, por outro lado, ocupou a última posição em número de contratos (36.515) e a sétima em valores (R\$769,6 milhões), superando apenas Alagoas e Rio Grande do Norte. Esses dados revelam disparidades significativas na distribuição dos recursos do Pronaf, tanto em nível nacional (como mencionados anteriormente), quanto a níveis regionais e estaduais (Brasil, 2025).

Entre 2013 e 2024, o Brasil contabilizou um total de 18.068.018 contratos do Pronaf, enquanto o Nordeste captou 9.409.269, representando 52,1% do total nacional (BACEN, 2025). Este percentual reflete a importância do Nordeste, que abriga o maior número de estabelecimentos (46,6%) de agricultura familiar no país, segundo o IBGE (2019).

A Tabela 1 evidencia diferenças marcantes na evolução do número de contratos e do montante financiado pelo Pronaf entre o Brasil e o Nordeste no período de 2013 a 2024. Em âmbito nacional, observa-se uma redução de 14,6% no número de contratos, com uma queda mais acentuada a partir de 2015, esse declínio coincide com o início de uma severa crise econômica no Brasil, caracterizada por instabilidade política e a adoção de políticas fiscais restritivas (Mattei, 2018).

Tabela 1 - Evolução do número de contratos e montante do Pronaf no Brasil em comparação com o Nordeste no período de 2013 a 2024.

Ano	Nº de Contratos			Montante		
	Brasil	Nordeste	%	Brasil	Nordeste	%
2013	1.988.192	923.872	46	35.756.577.937	5.498.329.743	15
2014	1.817.932	806.764	44	41.636.487.253	5.975.453.927	14
2015	1.697.296	848.772	50	32.742.595.497	4.798.040.768	15
2016	1.113.271	520.331	47	23.476.439.660	2.690.933.630	11
2017	1.544.254	821.857	53	31.333.558.010	4.773.226.704	15
2018	1.471.169	784.464	53	32.383.435.607	5.206.773.700	16
2019	1.356.140	719.409	53	32.894.722.860	5.058.679.994	15
2020	1.433.308	771.082	54	36.394.845.603	5.544.881.693	15
2021	1.440.435	751.244	52	43.544.383.958	5.972.294.232	14
2022	1.401.790	695.700	50	50.601.851.761	6.333.346.376	13
2023	1.105.543	820.240	74	57.557.559.451	9.067.477.166	16
2024	1.698.688	945.534	56	61.130.336.305	11.507.507.112	19
Total	18.068.018	9.409.269	-	479.452.793.902	72.426.945.044	-
Total (%)	-	52,07	-	-	15,10	-
Variação (2013/2024)	-14,6%	2,3%	-	41,5%	52,2%	-

Fonte: Elaborado pelos autores com base no BACEN (2025).

Como resultado, o Pronaf teve seu desempenho comprometido, especialmente nos anos de 2015, 2016 e 2017, quando os contratos atingiram seus menores valores. No entanto, essa retração no número de contratos ocorreu paralelamente a um aumento de 41,5% no volume total financiado no Brasil, indicando uma concentração dos recursos em operações de maior valor. Esse fenômeno pode ser explicado pela priorização de produtores mais capitalizados e culturas de maior rendimento, como soja, milho, trigo e café (Fossá *et al.*, 2024; Melo *et al.*, 2024).

No Nordeste, o comportamento foi distinto. Após uma queda inicial até 2016, a região apresentou uma recuperação gradual, culminando em um aumento de 2,3% no número de contratos entre 2013 e 2024. Esse padrão sugere que o Pronaf permaneceu relevante na região, com um possível esforço direcionado à ampliação do crédito rural para agricultores familiares, reforçando sua importância estratégica.

Em relação ao montante financiado, o Nordeste também apresentou um crescimento expressivo, com um aumento de 52,2%, superando a média nacional, no entanto, apesar desse avanço, a disparidade na distribuição de recursos permanece

evidente: dos R\$ 479,4 bilhões movimentados pelo Pronaf no período analisado, apenas 15,1% foram destinados ao Nordeste (BACEN, 2025). Essa disparidade é preocupante, considerando que a região concentra mais da metade dos contratos do Pronaf, mas recebe uma parcela significativamente menor dos recursos financeiros. Esse desequilíbrio evidencia as desigualdades estruturais no acesso ao crédito rural, onde produtores e regiões com maior grau de capitalização têm acesso privilegiado aos recursos.

Esse desempenho do Pronaf pode ser explicado por dois aspectos interrelacionados: a concentração dos recursos em poucas culturas, especialmente commodities como soja, milho, trigo e café; e a distribuição desigual dos recursos entre as regiões do país. Essa concentração reflete um padrão histórico vinculado ao sistema bancário e ao perfil produtivo brasileiro, que favorece áreas e agricultores mais integrados aos mercados e com maior capacidade produtiva (Fossá *et al.*, 2024).

Em conjunto, Mattei (2005) e Baccarin e Oliveira (2021) apontam um forte desequilíbrio regional, com maior beneficiamento à região Sul em razão à pressão das agroindústrias, maior organização dos agricultores familiares e melhor integração produtiva na região. A região Nordeste destaca-se como a área com o maior número de agricultores familiares no Brasil e, conseqüentemente, apresenta maior demanda por financiamento agrícola, no entanto, a distribuição do crédito do Pronaf reflete as disparidades nacionais e regionais. Enquanto o Nordeste possui o maior número de contratos devido à alta concentração de unidades familiares, a região Sul, com agricultores mais capitalizados, absorve maiores volumes de financiamento, reforçando diferenças socioeconômicas entre as regiões (Silveira; Montenegro; Pereira, 2023).

Entre 2013 e 2024, o Pronaf destinou aproximadamente R\$72,4 bilhões ao Nordeste, sendo R\$17,5 bilhões para custeio e R\$54,8 bilhões para investimento, totalizando 856.114 contratos de custeio e 8,5 milhões de contratos de investimento. Esses dados evidenciam tanto a relevância do Pronaf para o Nordeste quanto a persistência de desigualdades na distribuição dos recursos, uma vez que a maior parte dos recursos do programa continua concentrada em regiões mais desenvolvidas, como o Sul, que possui menor número de estabelecimentos familiares, mas concentra um volume expressivo do montante financeiro disponibilizado.

Além disso, a discrepância entre os valores destinados ao custeio e ao investimento no Nordeste reflete a prioridade dada a ações estruturantes e de longo prazo, ainda que a quantidade de contratos de investimento seja significativamente superior

(Delgado, 2012). Essa distribuição desigual reforça as limitações enfrentadas pelos agricultores familiares nordestinos, que, muitas vezes, encontram dificuldades no acesso ao crédito devido a fatores como baixa organização em cooperativas, menor infraestrutura produtiva e assistência técnica insuficiente (Aquino; Alves; Vidal, 2020).

Ao analisar as médias anuais dos recursos, dispondo um ranking de valores médios anuais do montante por número de contratos do Pronaf no Nordeste (Tabela 2) evidencia-se disparidades significativas na distribuição dos recursos entre os estados. Alagoas lidera com o maior valor médio por contrato (R\$9.143,35), seguido por Sergipe (R\$8.059,85). Esses dois estados destacam-se pelo maior valor médio, indicando um direcionamento proporcionalmente mais elevado dos recursos por contrato.

Por outro lado, estados como Pernambuco e Paraíba apresentam os menores valores médios por contrato, R\$4.544,10 e R\$4.082,63, respectivamente. Esses números refletem um menor aporte financeiro médio por contrato, sugerindo uma possível limitação no financiamento individual para agricultores familiares nesses estados. A Bahia, apesar de liderar em volume total de montante (R\$1,66 bilhão) e número de contratos (245.728), apresenta um valor médio por contrato mais baixo (R\$6.767,96). Isso indica que, embora o estado concentre o maior volume de recursos, eles são distribuídos em uma maior quantidade de contratos, o que reduz o valor médio destinado a cada um.

Tabela 2 - Valores Médios do Montante por Número de Contratos de Pronaf no Nordeste (2013-2024)

Posição	UF	Σ Montante (2013-2024)	Σ Contratos (2013-2024)	Média (R\$)
1°	SE	R\$ 4.300.183.699,76	379.743	R\$ 11.323,93
2°	MA	R\$ 9.680.639.110,87	985.781	R\$ 9.820,27
3°	AL	R\$ 4.519.322.266,54	483.785	R\$ 9.341,59
4°	PE	R\$ 9.134.857.125,70	1.109.429	R\$ 8.233,84
5°	BA	R\$ 19.956.929.274,55	2.577.903	R\$ 7.741,54
6°	CE	R\$ 9.195.329.439,84	1.327.989	R\$ 6.924,25
7°	RN	R\$ 3.531.666.335,91	543.682	R\$ 6.495,83
8°	PB	R\$ 5.166.063.952,35	818.071	R\$ 6.314,93
9°	PI	R\$ 6.941.953.838,07	1.182.886	R\$ 5.868,66

Elaborado pelos autores com base no BACEN (2025).

Essa variação nos valores médios pode estar relacionada às diferenças nas características socioeconômicas e estruturais da agricultura familiar entre os estados, como o nível de capitalização, o tamanho das propriedades e o tipo de produção financiada. Alagoas e Sergipe, por exemplo, podem estar direcionando os recursos para atividades que requerem maiores aportes financeiros por contrato, por fazerem parte da região do SEALBA (região formada por um conjunto contínuo de municípios de Sergipe, Alagoas e nordeste da Bahia), identificada pela Embrapa Tabuleiros Costeiros como uma nova fronteira agrícola de alto potencial ainda subaproveitada (Procópio, Santiago & Carvalho, 2017). O SEALBA apresenta condições favoráveis para se tornar um polo estratégico no agronegócio brasileiro, principalmente com o foco na produção de milho grão.

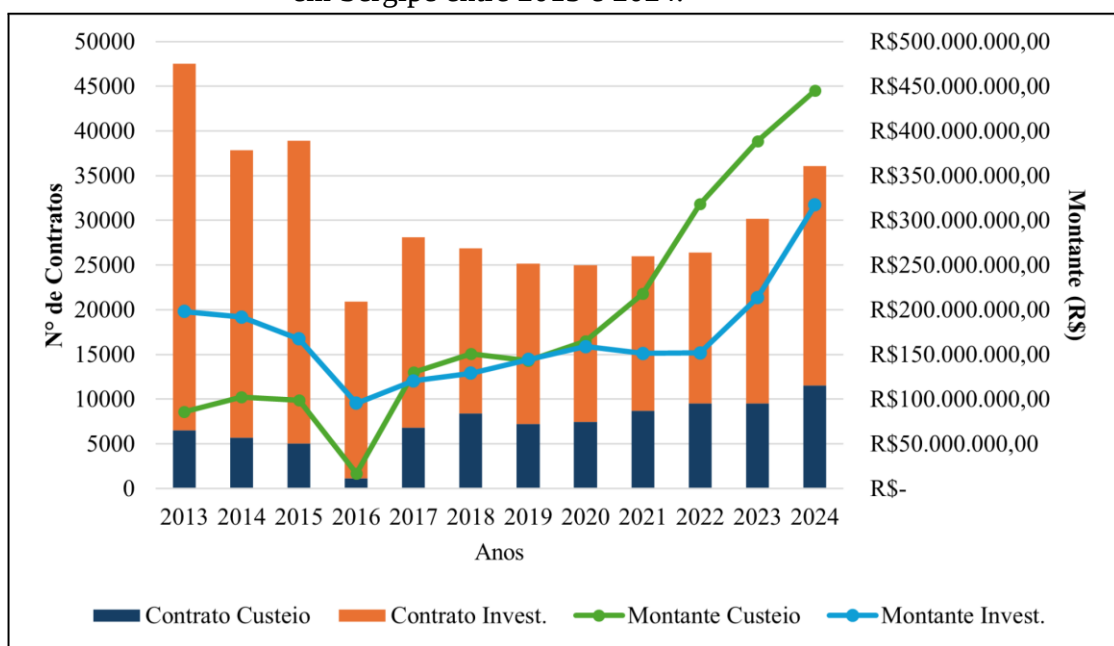
Segundo Suela *et al.* (2025), investimentos adequados nas forças produtivas da região podem transformá-la em um dos principais polos de produção de grãos do país, contribuindo significativamente para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste. Atualmente, a região SEALBA é predominantemente de estabelecimentos de agricultura

familiar, que possuem como principais culturas cultivadas na região o milho, o feijão e a mandioca.

4.2 Análise em Sergipe

A partir de 2017, em Sergipe aumentou-se significativamente o financiamento via Pronaf para atividades de custeio, com os montantes subindo de R\$130,3 milhões naquele ano para R\$445,2 milhões em 2024. Já o Pronaf Investimento passou de R\$120,6 milhões em 2017 para R\$317,3 milhões em 2024 (BACEN, 2025). A Figura 6 evidencia a relação entre o número de contratos e os montantes financeiros destinados ao Pronaf em Sergipe no período de 2013 a 2024, em que os contratos de investimento dominaram em quantidade ao longo de todo o período, representando entre 64,0% e 94,0% do total, enquanto os de custeio variaram entre 6,0% e 36,0%.

Figura 6 – Número de Contratos e Montante do Pronaf Custeio e Investimento em Sergipe entre 2013 e 2024.



Fonte: elaborado pela autora (2025) com base nos dados do BACEN (2025).

Apesar disso, os montantes destinados ao investimento apresentaram um crescimento mais moderado em relação ao custeio. Em 2013, os valores de investimento superavam amplamente os de custeio (85% contra 15%), mas, a partir de 2017, observou-se um equilíbrio mais evidente entre as duas modalidades. Esse equilíbrio pode ser atribuído ao aumento na produção de culturas agrícolas no estado, especialmente o milho grão, impulsionado pela expansão da região do SEALBA. A crescente produção de

milho grão na região é significativa, saltando de 331,4 mil toneladas em 2012 para 1,35 milhões de toneladas em 2022 (IBGE, 2022). Dentro do SEALBA, Sergipe destacou-se como o maior contribuinte para essa produção de milho, representando, em média, 61% do total produzido durante o período analisado. A Bahia contribuiu com 35%, enquanto Alagoas respondeu por apenas 4% (IBGE, 2022).

Em 2022, os valores destinados ao custeio atingiram seu pico, representando 67% do total financiado, refletindo a priorização de culturas de ciclo curto, como o milho grão, e a maior intensificação da produção agrícola na região.

Visto isso, salienta-se que a partir de 2017, houve uma mudança expressiva no panorama de financiamento. O custeio começou a ganhar maior relevância, com um aumento gradual nos montantes destinados a esta modalidade, mesmo permanecendo com um número menor de contratos em relação ao investimento. Esse movimento demonstra uma alteração nas prioridades de financiamento, com maior foco em atender às necessidades operacionais de curto prazo das atividades agrícolas e pecuárias, também estando relacionada à transição da agricultura familiar para um modelo mais orientado à produção de *commodities*, impulsionado pela adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde (Guanziroli, 2001). No entanto, essa abordagem tecnicista vai de encontro ao objetivo inicial do Pronaf, que busca promover a diversificação produtiva e a sustentabilidade da agricultura familiar. Em 2024, os contratos de custeio ainda representavam uma parcela menor do total, mas os valores superaram os destinados ao investimento, evidenciando um crescimento substancial da demanda por capital de giro. Ao final do período analisado, em 2024, o montante total financiado pelo Pronaf em Sergipe alcançou R\$762,6 milhões, sendo 58,0% destinados ao custeio e 42,0% ao investimento.

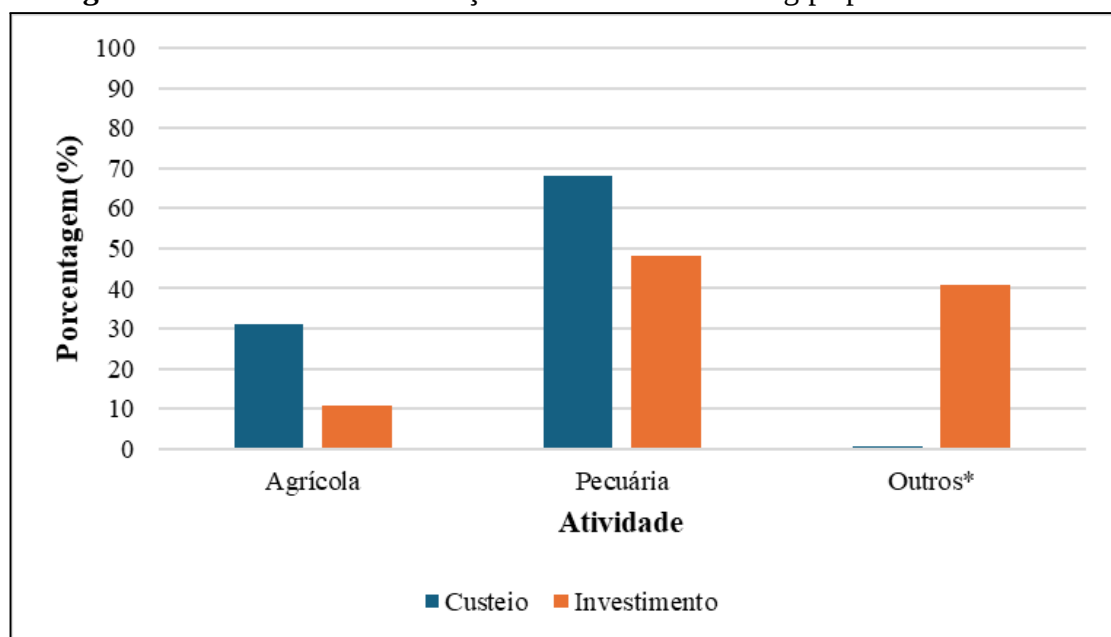
Quanto à destinação dos contratos em Sergipe, cerca de 31,1% dos recursos de custeio foram voltados às atividades agrícolas e 68,1% à pecuária, enquanto no Pronaf Investimento, 10,9% foram aplicados na agricultura e 48,2% na pecuária, outros investimentos estiveram voltados para aquisição de maquinário, benfeitorias e agroindústria (Figura 7).

Essa distribuição reflete a tendência histórica do crédito rural no Brasil, visto que o crédito de custeio, ao ser institucionalizado, teve como principal objetivo a manutenção das safras anuais, sem abordar questões estruturais do sistema produtivo da agricultura familiar (Carvalho; Costa, 2021). No entanto, mudanças nas metodologias contratuais,

como a implementação do Agroamigo e a ampliação das modalidades do Pronaf, facilitaram o acesso ao crédito e permitiram que os recursos fossem destinados não apenas ao custeio, mas também a investimentos em infraestrutura agropecuária (Mattei, 2014).

Essas mudanças simplificaram o acesso ao crédito ao diversificarem as linhas de financiamento, beneficiando agricultores em regiões menos favorecidas. Isso permitiu maior inserção tecnológica nas práticas agropecuárias, especialmente em Sergipe, onde houve aumento de quase 30% no uso de tração mecânica após o acesso ao Pronaf, tanto em assentamentos quanto em pequenos estabelecimentos voltados ao mercado (Mattei, 2005; Carvalho; Costa, 2021).

Figura 7 - Percentual da destinação dos contratos em Sergipe por atividade.



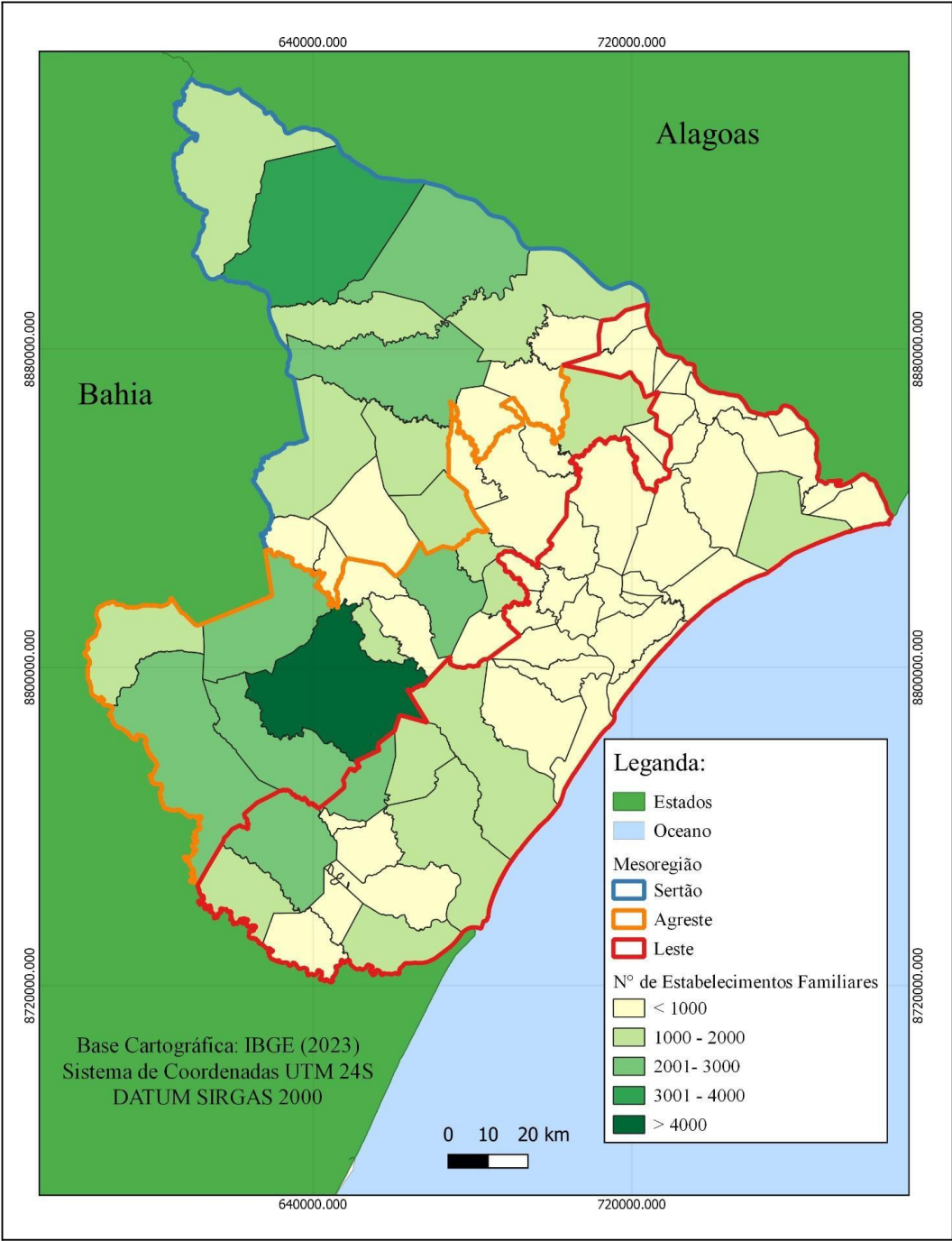
Fonte: elaborado pela autora (2025) com base nos dados do BACEN (2025).

(*) Maquinários, benfeitorias, irrigação, agroindústria.

Em relação a distribuição de estabelecimentos de agricultura familiar, de acordo com o censo agropecuário de 2017 do IBGE (Figura 8), Sergipe conta com 72.060 agricultores familiares cadastrados, onde há uma concentração significativa nas regiões do Agreste e Sertão, conhecidas por sua forte vocação agropecuária. O município de Lagarto lidera com 4.742 agricultores familiares, seguido por Poço Redondo (3.798) e Simão Dias (2.983), enquanto municípios como Amparo de São Francisco (23) e Santana do São Francisco (47) apresentam os menores números, possivelmente devido às limitações geográficas e a predominância de atividades não agrícolas. Esse predomínio reflete o

intenso processo de minifundização das propriedades, especialmente no Agreste, resultante da subdivisão de terras entre membros da família ao longo do tempo, geralmente por herança (Carvalho; Costa, 2021).

Figura 8 - Mapa da População de Agricultores Familiares em Sergipe 2019.



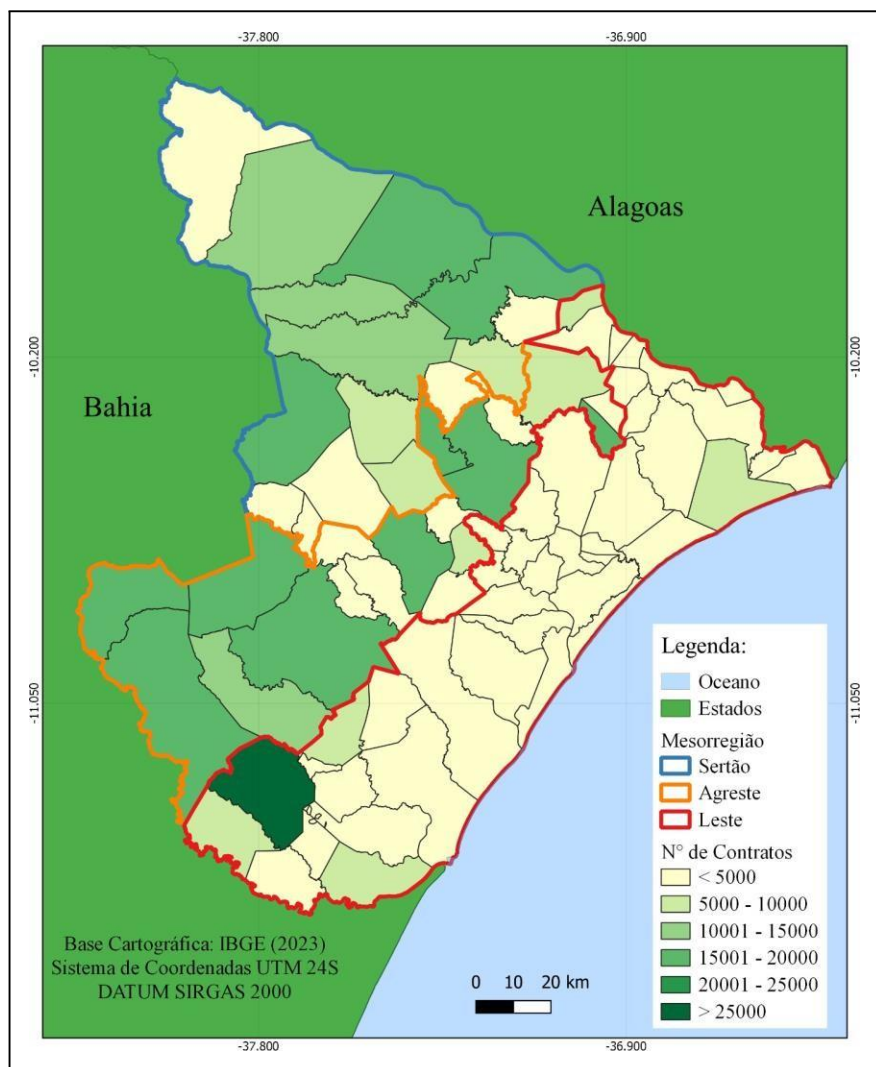
Fonte: elaborado pela autora (2025) com base no censo agropecuário de 2017.

Apesar dessa predominância, a agricultura familiar em Sergipe enfrenta desafios relacionados ao acesso a políticas públicas, como o Pronaf. Em termos de área, os

estabelecimentos familiares ocupam 711.488 hectares (48% da área total estadual), com uma área média de apenas 7,87 hectares por unidade, evidenciando as limitações estruturais dessa categoria (IBGE, 2019).

Quando analisamos os municípios que mais acessam o Pronaf em Sergipe, a distribuição territorial dos contratos revela uma dinâmica distinta da esperada (Figura 9). Municípios como Itabaianinha, Tobias Barreto e Carira lideram o ranking de acesso ao crédito, apesar de não serem necessariamente aqueles com maior número de estabelecimentos agrícolas, e essa discrepância pode ser explicada por diversos fatores, como maior organização dos agricultores, melhor acesso a informações sobre crédito, disponibilidade de assistência técnica e articulação com instituições financeiras.

Figura 9 - Mapa da Distribuição de Contratos por Município em Sergipe, entre 2013-2024.



Fonte: elaborado pela autora (2025) com base nos dados do BACEN (2025).

Para compreender melhor esse cenário, é essencial considerar as características regionais do estado. No Agreste sergipano, municípios como Lagarto, Simão Dias e Itabaiana apresentam uma forte presença de pastagens e criação de bovinos, enquanto a agricultura se destaca pela diversificação de cultivos, incluindo laranja, maracujá, abacaxi, abóbora, milho, feijão e mandioca. Já no Sertão sergipano, onde as condições semiáridas impõem desafios à produção agrícola, municípios como Poço Redondo e Nossa Senhora da Glória têm na pecuária a principal atividade econômica. No Leste do estado, destaca-se o polo citrícola, com Itabaianinha e Boquim compondo a chamada "frente de expansão" da citricultura (Silva, 2015) e compõe também o litoral com fortes atividades pesqueiras.

A discrepância no acesso ao Pronaf também evidencia a influência de fatores estruturais e sociais na obtenção do crédito, como por exemplo, acesso a ATER e mercados, e nível de escolaridade e grau de organização dos agricultores (Mesquita, 2021). Municípios como Itabaianinha e Tobias Barreto, apesar de não possuírem o maior número de estabelecimentos agrícolas, apresentam alta adesão ao programa, sugerindo que elementos como rede de suporte institucional e conhecimento sobre as linhas de financiamento favorecem esse acesso. Em contrapartida, municípios com grande concentração de agricultores, como Poço Redondo e Itabaiana, possuem menor representatividade no Pronaf, o que aponta para a necessidade de investigar os desafios que dificultam a inclusão desses produtores no programa.

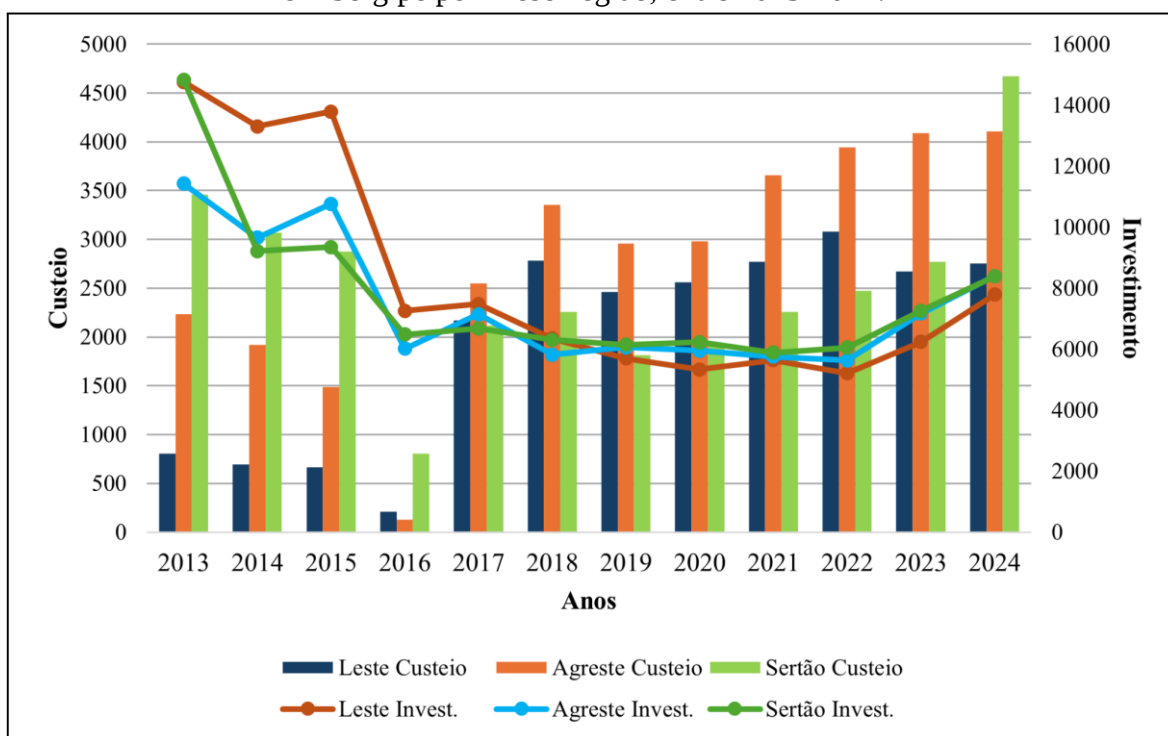
4.3 Análise por mesorregião de Sergipe

A análise da evolução do número de contratos do Pronaf em Sergipe por mesorregião, conforme ilustrado na Figura 10, revela uma dinâmica interessante e marcada por mudanças ao longo do tempo, refletindo também os processos de reconversão produtiva no estado (Guanziroli, 2001). Na modalidade de custeio, o Sertão liderou inicialmente, entre 2013 e 2015, seguido pelo Agreste e pelo Leste, no entanto, a partir de 2016⁸, observou-se uma queda significativa nos contratos de custeio no Sertão, o que coincidiu com a expansão da produção de milho grão nas regiões do Agreste e Leste. Esse fenômeno está diretamente relacionado ao processo de reconversão produtiva no

⁸ Em todos os gráficos de contratos e montantes (2013–2024) observa-se queda em 2016, essa redução pode estar relacionada às instabilidades político-institucionais após o impeachment de 2015, com possíveis impactos na execução e nos registros dos dados. Além disso, o período coincidiu com o agravamento da seca no Sertão Nordestino.

estado, em que a cultura do milho se consolidou como uma nova alternativa, especialmente no Agreste e no Leste, que passaram a dominar as contratações do Pronaf custeio (Guanziroli, 2001).

Figura 10 - Evolução do número de contratos do Pronaf Custeio e Investimento em Sergipe por Mesorregião, entre 2013-2024.



Fonte: elaborado pela autora (2025) com base nos dados do BACEN (2025).

Além disso, durante o mesmo período, a produção de algodão e feijão, que eram bastante expressivas no Sertão sergipano, sofreu uma diminuição, impactando diretamente o volume de contratos no Sertão, onde essas culturas eram predominantes (Oliveira, 2019). Por outro lado, o Leste se manteve estável e passou a liderar os contratos de custeio a partir de 2016, refletindo sua adaptação às novas realidades produtivas.

No entanto, em 2024, o Sertão retomou a liderança, impulsionado pelo aumento no número de municípios produtores de milho, que se beneficiaram da adaptação de novos híbridos ao ambiente semiárido da região. Esse fenômeno reflete uma mudança nas dinâmicas de produção agrícola no Sertão, que passou a se alinhar mais com as exigências e características da cultura do milho grão. Essa tendência se reflete nas contratações do Pronaf, uma vez que, quando o milho não é destinado apenas à produção de grãos, ele é aproveitado na forma de rolão ou silagem, garantindo sua utilização na pecuária e diversificando as possibilidades de uso da cultura (Oliveira, 2019). Assim, a variação no número de contratos ao longo do tempo sugere que fatores externos, como mudanças nas

políticas públicas, acesso ao crédito e desafios econômicos regionais, desempenham papel crucial na reconfiguração das atividades produtivas e no desempenho das mesorregiões do estado no acesso a recursos voltados para as necessidades operacionais.

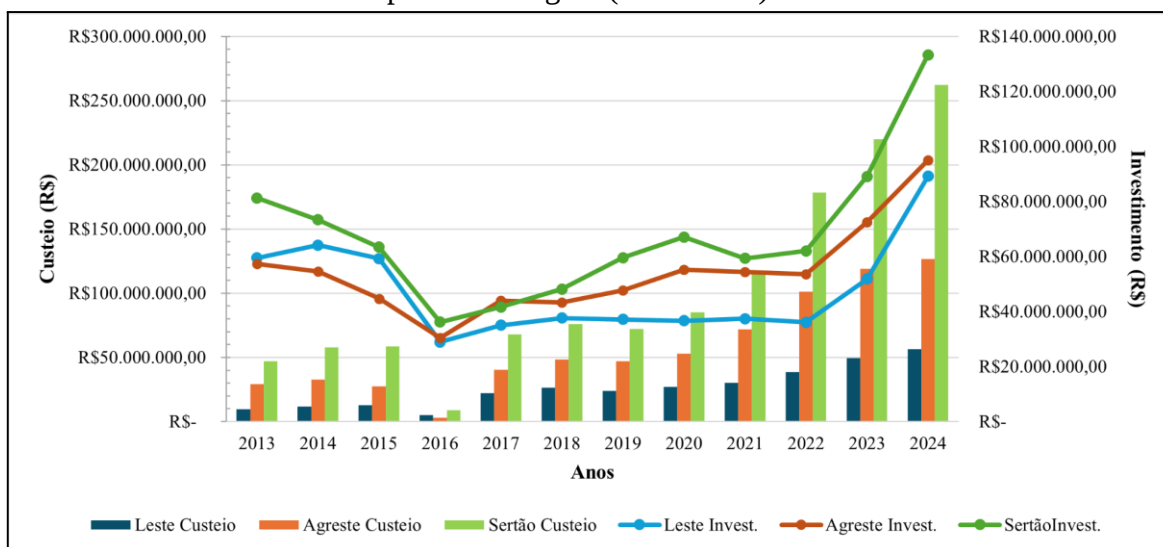
A priorização do milho como principal cultura nas propriedades familiares de Sergipe também influencia essa dinâmica. O milho é visto pelos agricultores como uma cultura confiável, de fácil comercialização e viabilidade econômica, além de oferecer vantagens como colheita mecanizada e uso para silagem na alimentação do gado (Santana, 2024).

Na modalidade de investimento, a trajetória de liderança também sofreu alterações. Após uma queda generalizada nos contratos em 2016, observou-se um equilíbrio na distribuição dos recursos entre as mesorregiões. Até 2022, o Agreste liderava essa modalidade, mas o Sertão assumiu a dianteira em 2023 e 2024. Esse novo cenário pode ser atribuído ao foco do Sertão em investimentos voltados para a pecuária leiteira, especialmente na compra de material genético e investimentos nos currais conta da adaptação e exigência sanitária dos laticínios da região, o que consolidou a região como o principal destino dos recursos de investimento. O predomínio do Sertão nessa modalidade reflete a importância da pecuária na economia local, que exige um volume significativo de recursos para a infraestrutura e a adoção de tecnologias de longo prazo, essenciais para a modernização e a sustentabilidade do setor.

No entanto, a dependência de uma monocultura gera vulnerabilidades, pois os agricultores ficam sujeitos às oscilações de mercado e às exigências tecnológicas dessa prática, conforme destacado por Araújo (2018). Além disso, as dificuldades burocráticas enfrentadas por agricultores familiares ao apresentar projetos “não convencionais” para financiamento, conforme apontado por Grisa, Junior e Buchweitz (2014), representam um obstáculo adicional.

E assim, nasce a necessidade de investigar o valor de crédito desses contratos, tanto para investimento quanto para custeio, em que a Figura 11 apresenta o montante de recursos financeiros do Pronaf distribuídos por mesorregião em Sergipe, separados entre as modalidades de custeio e investimento, no período de 2013 a 2024. A análise das tendências revela padrões distintos na alocação de recursos ao longo do tempo, com oscilações marcantes entre as mesorregiões.

Figura 11 - Evolução do valor de crédito do Pronaf Custeio e Investimento em Sergipe por Mesorregião (2013-2024).



Fonte: elaborado pela autora (2025) com base nos dados do BACEN (2025).

Na modalidade de custeio, observa-se que o Sertão liderou durante todo período, com montantes superiores a R\$150 milhões, seguido pelo Agreste e pelo Leste. Contudo, a partir de 2016, houve uma redução nos valores destinados ao Sertão, com redistribuição mais equilibrada entre as três regiões até 2020. A partir de 2021, o Sertão retoma a liderança com uma elevação expressiva no volume de recursos.

Na modalidade de investimento, houve maior equilíbrio entre as mesorregiões após 2016, mas o Sertão destacou-se nos anos mais recentes, especialmente em 2024, quando os montantes destinados à região alcançaram valores acima de R\$140 milhões. Essa tendência reflete um crescimento acelerado dos recursos alocados ao Sertão, enquanto o Agreste e o Leste apresentam aumentos mais modestos. A recuperação recente do Sertão, impulsionada pelo fortalecimento da pecuária leiteira e da produção de milho, revela um fenômeno cada vez mais evidente: o avanço do processo de commoditização não apenas na agricultura, mas também na pecuária.

Tradicionalmente, a commoditização esteve mais associada à produção agrícola, especialmente de grãos como soja e milho, que são cultivados em larga escala para abastecer mercados nacionais e internacionais (Conterato; Bráz; Rodrigues, 2021; Santos, 2019). No entanto, a pecuária, particularmente a leiteira, também tem se inserido nesse processo, tornando-se cada vez mais dependente de insumos industriais, tecnologias padronizadas e cadeias produtivas voltadas para a maximização da eficiência, em busca de melhor infraestrutura, genética animal, ração balanceada e tecnologias de manejo.

Além disso, a commoditização da pecuária no Sertão pode trazer impactos significativos para os agricultores familiares. Se, por um lado, a modernização pode aumentar a produtividade e melhorar a renda dos produtores, por outro, ela pode gerar maior dependência de insumos externos, reduzir a autonomia dos pecuaristas e reforçar processos de exclusão de pequenos produtores que não conseguem acompanhar as exigências do mercado (Conterato; Bráz; Rodrigues, 2021).

Outro fator relevante a ser abordado é que enquanto os recursos de custeio ultrapassam os R\$250 milhões em alguns períodos, os valores de investimento não chegam a R\$140 milhões, mesmo nos anos de maior destinação. Essa discrepância reflete a priorização histórica do custeio dentro do Pronaf, que tem como objetivo principal o financiamento das despesas de produção no curto prazo, como aquisição de insumos, sementes, defensivos e outros recursos necessários para o ciclo produtivo, sendo assim, o custeio se torna considerado essencial para a manutenção imediata das atividades agrícolas, especialmente em regiões onde a agricultura familiar enfrenta desafios para garantir a continuidade da produção, como o Sertão, que sofre com fatores climáticos (Brito, 2017).

Desta forma, a modalidade de investimento, embora tenha um papel crucial no fortalecimento da infraestrutura e na modernização das propriedades rurais, recebe um volume consideravelmente menor de recursos. Esse cenário pode ser explicado por fatores como maior burocracia para acessar créditos de investimento, exigências mais rigorosas para aprovação de projetos e o receio dos agricultores de assumir compromissos financeiros de longo prazo em um ambiente econômico incerto (Silva; Aquino, 2017).

Além disso, investimentos tendem a demandar maior planejamento e assistência técnica, mas, as entidades públicas responsáveis por oferecer assistência técnica e extensão rural (ATER) desempenham um papel limitado, funcionando de forma esporádica, ou seja, sem prestar um acompanhamento regular e contínuo aos agricultores (Minari *et al.*, 2013). E, esse fato, acaba por comprometer a sustentabilidade social, econômica e ambiental dos agricultores familiares (Lima *et al.*, 2023).

4.4 Análise por Município

Depois da análise das mesorregiões, parte-se para os municípios do estudo, Carira (Sertão), Tobias Barreto (Agreste) e Itabaianinha (Leste), que foram selecionados por serem os mais representativos em número de contratos e montante de crédito do

Pronaf em suas respectivas mesorregiões, e possuem territórios de distintos padrões de desenvolvimento rural, com dinâmicas produtivas moldadas por fatores históricos, econômicos e políticos que impactam diretamente a reprodução social da agricultura familiar.

Carira se destaca pelo crescimento expressivo da cultura do milho, impulsionado pela reconfiguração do desenvolvimento capitalista no campo e sua integração ao SEALBA. Em uma década, a produção municipal saltou de 6.000 para 237.660 toneladas, consolidando o município como o maior produtor estadual (Lacerda, 2011; CONAB, 2020). Esse crescimento foi sustentado por políticas públicas de incentivo à modernização agrícola, promovendo a ampla adoção de sementes transgênicas, o que aumentou a dependência de insumos químicos e mecanização das lavouras. Tais fatores reforçam a integração ao agronegócio e a dependência do crédito rural (Silva, 2015).

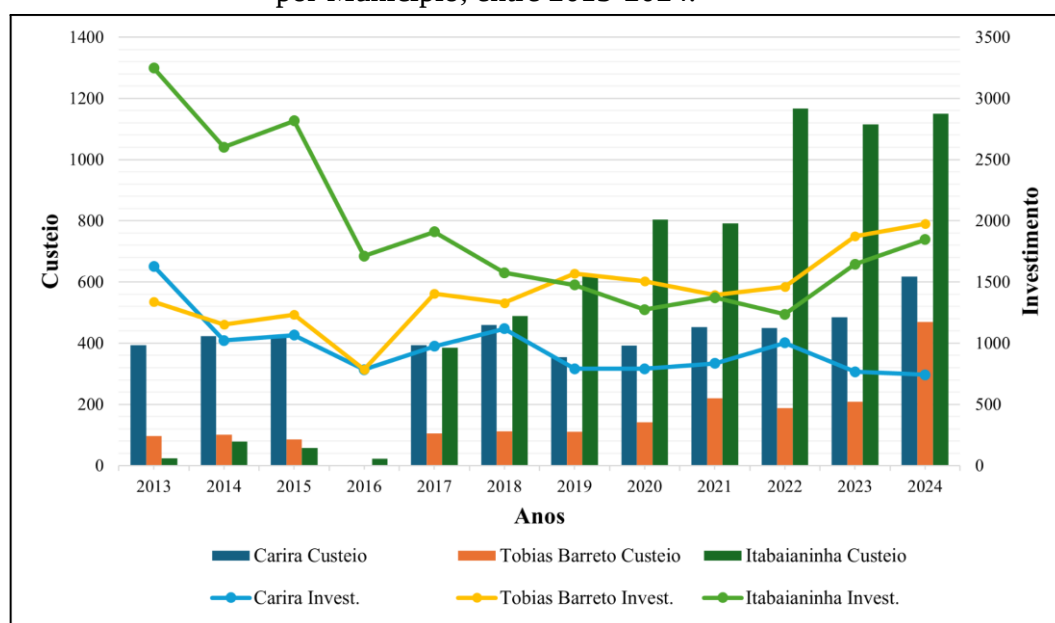
Em Tobias Barreto, a estrutura produtiva foi historicamente marcada pela pecuária e pelo cultivo do algodão. Pequenos produtores estabeleceram redes de cooperação e concorrência, criando um setor dinâmico que, embora sem uma agricultura comercial de alimentos consolidada, impulsionou a expansão de atividades industriais (Sousa, 2014). Em Itabaianinha, a citricultura se consolidou como um dos principais vetores econômicos, ocupando 10,4% da área total de pomares do estado (EMBRAPA, 2015). No entanto, observa-se uma migração crescente para outras atividades produtivas, como a pecuária e o cultivo de milho e cana-de-açúcar, em resposta aos desafios enfrentados pelos citricultores locais (Panta; Sobrinho, 2019).

A análise dos contratos do Pronaf nesses municípios revela diferenças significativas no acesso ao crédito, refletindo os distintos perfis produtivos e a evolução das políticas de financiamento ao longo dos anos (Figura 12). Itabaianinha e Carira se destacam pelo aumento no crédito de custeio, com Itabaianinha registrando um crescimento expressivo a partir de 2016, ultrapassando 1.000 contratos em 2024. Esse avanço sugere uma maior dependência dos agricultores do crédito para manter suas atividades, possivelmente impulsionada pelo fortalecimento da citricultura e de outras culturas de alto valor agregado na região. Tobias Barreto, por sua vez, apresenta um crescimento mais gradual e estável, indicando um padrão de uso do crédito mais consolidado.

A queda acentuada nos contratos em 2015, seguida de uma recuperação em 2016, evidencia o impacto direto das mudanças nas políticas de financiamento sobre o

acesso ao Pronaf, mesmo em escala municipal. Esse período coincide com ajustes macroeconômicos e reformulações nas condições de crédito rural, que podem ter dificultado a obtenção dos recursos, afetando tanto custeio quanto investimento. A retomada posterior sugere que os agricultores conseguiram se adaptar às novas regras ou que houve melhorias na oferta de crédito.

Figura 12 - Evolução do número de contratos do Pronaf Custeio e Investimento por Município, entre 2013-2024.



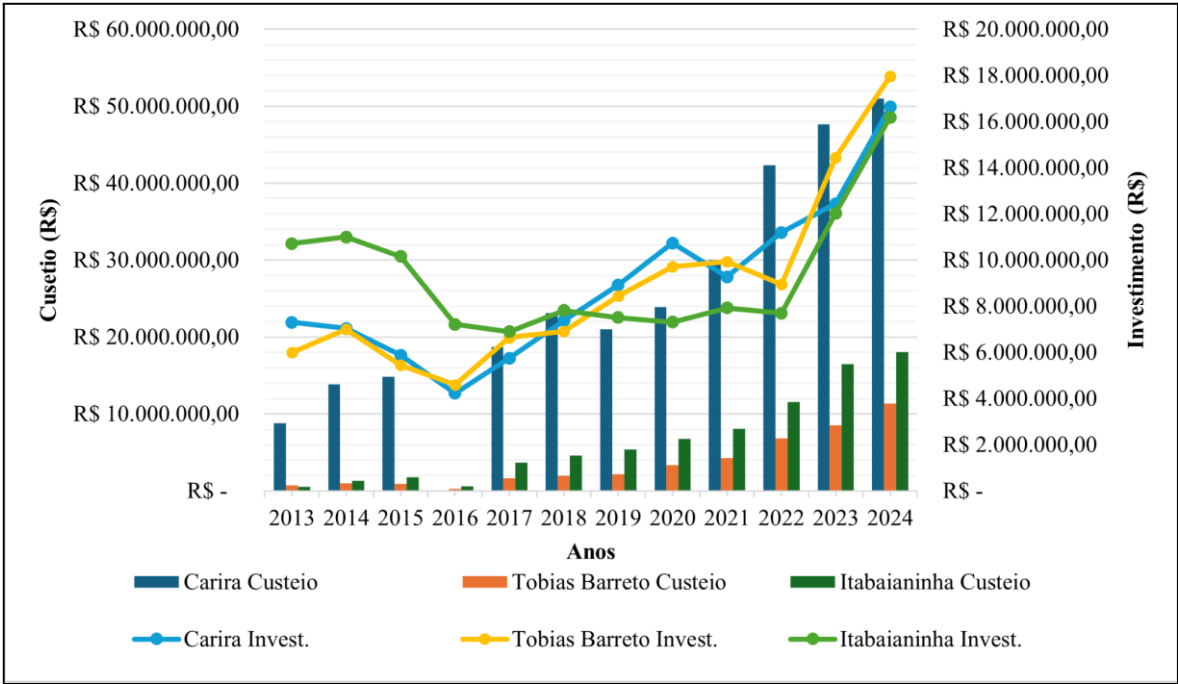
Fonte: elaborado pela autora (2025) com base nos dados do BACEN (2025).

Além disso, os dados apontam diferenças na demanda pelo crédito de investimento. Tobias Barreto passou a liderar os contratos dessa modalidade, superando Itabaianinha a partir de 2017, esse crescimento pode estar relacionado à destinação dos recursos para aquisição de maquinário, infraestrutura e expansão da produção pecuária, características predominantes no município. Em contrapartida, Carira apresenta os menores números de crédito para investimento e um declínio progressivo ao longo dos anos, o que pode estar atrelado ao aumento dos contratos de custeio voltados à produção de milho, sugerindo uma priorização do crédito para a manutenção das lavouras em detrimento de investimentos estruturais.

Ao analisar o valor dos contratos (Figura 13), os dados revelam uma distribuição desigual dos recursos entre custeio e investimento, com uma clara priorização do crédito destinado à manutenção das atividades produtivas em detrimento de investimentos estruturais. Carira, por exemplo, concentra o maior volume de recursos para custeio,

atingindo cerca de R\$ 51 milhões em 2024. Esse crescimento expressivo, particularmente a partir de 2017, pode ser explicado pelo aumento da produção de milho grão e pela intensificação da pecuária, que exigem altos custos com insumos, alimentação animal e manutenção das lavouras. No entanto, o volume destinado ao crédito de investimento na região é consideravelmente menor, totalizando apenas R\$ 16,6 milhões em 2024, o que sugere que os financiadores têm priorizado o custeio, negligenciando as modernizações estruturais que poderiam melhorar a eficiência produtiva a longo prazo.

Figura 13 - Evolução do valor de crédito do Pronaf Custeio e Investimento por Município, entre 2013-2024.



Fonte: elaborado pela autora (2025) com base nos dados do BACEN (2025).

Itabaianinha, por sua vez, apresenta um crescimento mais moderado e contínuo no crédito de custeio, com um aumento significativo a partir de 2020, o que pode estar relacionado à expansão da citricultura e outras atividades agrícolas que demandam financiamento para insumos e manutenção das lavouras. No crédito de investimento, o município enfrentou uma queda acentuada entre 2014 e 2017, devido a mudanças nas políticas de financiamento naquele período. Contudo, a recuperação a partir de 2021, com um total de R\$ 16,1 milhões em 2024, possivelmente indica que tanto os órgãos de financiamento quanto os produtores têm retomado a confiança na realização de investimentos de longo prazo.

Já Tobias Barreto, apesar de registrar os menores volumes de crédito para custeio, se destaca pelo maior valor em contratos de investimento, totalizando R\$ 17,9 milhões em 2024. Isso sugere um perfil produtivo voltado para modernizações e melhorias estruturais, com ênfase na expansão da pecuária e no desenvolvimento da agroindústria, o que reflete uma estratégia diferenciada dos produtores que buscam aumentar a eficiência produtiva e melhorar a competitividade no mercado.

De forma geral, os dados indicam que o crédito de investimento ainda representa apenas uma fração do crédito para custeio, com a maior cifra de investimento em Tobias Barreto correspondendo a apenas um terço do valor máximo de custeio registrado em Carira. Essa disparidade reflete um alto grau de dependência do crédito para manutenção das atividades produtivas e um ritmo mais lento na adaptação a investimentos estruturais, o que pode limitar a capacidade de modernização das propriedades e comprometer o potencial de aumento de produtividade a longo prazo na agricultura familiar e, em consequência, a reprodução social.

5. CARACTERIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS FAMILIARES DE ITABAIANINHA (SE) A PARTIR DOS FATORES DE PRODUÇÃO

O presente capítulo tem como objetivo caracterizar os estabelecimentos rurais familiares entrevistados, enfocando em aspectos socioeconômicos familiares e o trabalho por elas desenvolvido, bem como o capital e a produção dos respectivos estabelecimentos. Adicionalmente, são apresentadas informações relativas ao acesso ao Pronaf e à assistência técnica recebida por esses agricultores.

A organização da análise contempla, inicialmente, a caracterização socioeconômica das famílias, considerando variáveis como faixa etária, escolaridade e tempo de trabalho de todos os seus membros, sendo a análise realizada com base em 95 pessoas, pertencentes as 23 unidades de produção familiar entrevistadas. No que se refere ao capital e à produção, a análise foi realizada por estabelecimento rural familiar, correspondendo a 23 estabelecimentos. Já o acesso ao Pronaf foi examinado por indivíduo, uma vez que mais de um integrante da mesma família pode acessar o programa. Por sua vez, a assistência técnica foi analisada em nível de estabelecimento, considerando que os serviços de ATER são prestados à unidade produtiva.

Dessa forma, o capítulo encontra-se estruturado em três seções: a primeira aborda a caracterização das famílias e do trabalho; a segunda trata do capital e da produção dos estabelecimentos; e a terceira analisa o acesso ao Pronaf e a assistência técnica.

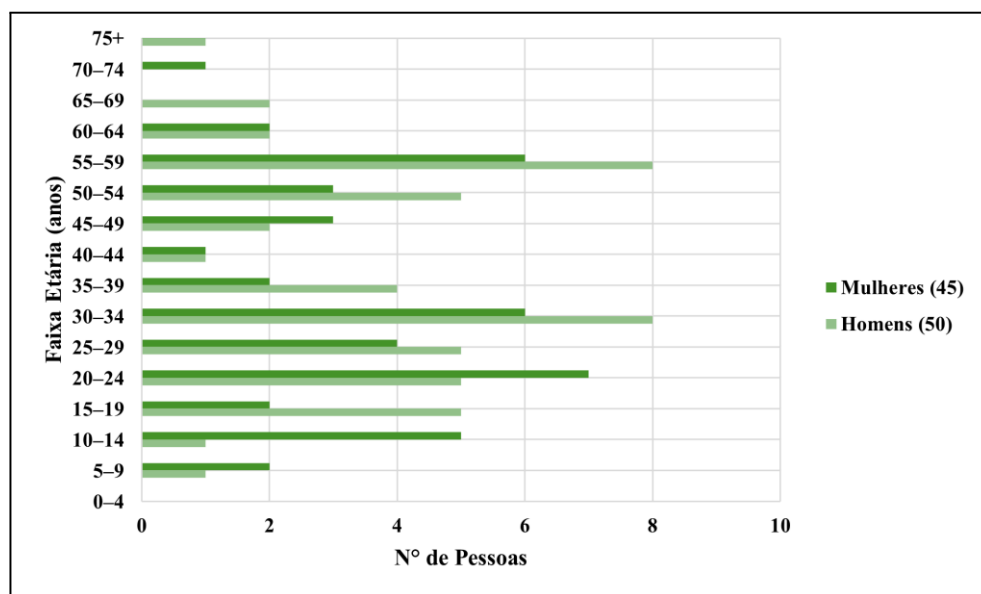
5.1 Caracterização da Família e do Trabalho

De início, a análise da estrutura etária dos membros das famílias entrevistadas constitui um elemento central para a compreensão da organização do trabalho e da dinâmica produtiva nos estabelecimentos da agricultura familiar. A distribuição por faixas etárias, associada à diferenciação por sexo, permitiu identificar o perfil demográfico dessas famílias, evidenciando a disponibilidade de força de trabalho, a coexistência de diferentes gerações e possíveis implicações para a sucessão rural e a permanência das atividades no campo. Nesse sentido, a Figura 14, a seguir, apresenta a composição etária das 95 pessoas pertencentes às 23 famílias analisadas, desagregada entre homens e mulheres.

Pôde-se observar uma maior concentração de pessoas nas faixas etárias economicamente ativas, especialmente entre 20 e 39 anos, com destaque para os grupos de 20–24, 25–29 e 30–34 anos. Essas faixas concentram tanto homens quanto mulheres, indicando a presença significativa de força de trabalho em idade produtiva nos estabelecimentos analisados, o que é um fator relevante para a dinâmica do trabalho agrícola familiar.

Nota-se também uma participação expressiva de jovens e adolescentes nas faixas de 10–14 e 15–19 anos, o que sugere a coexistência de gerações no interior das famílias rurais com potencial continuidade das atividades produtivas. Contudo, a presença desses grupos etários também levanta questões relacionadas à permanência no campo, sucessão rural e acesso à educação, uma vez que, embora políticas públicas, como a aposentadoria rural, tenham ampliado as condições de permanência da população idosa no meio rural, a reprodução socioeconômica das unidades produtivas permanece limitada para a juventude rural (Bourdieu, 2006; Froehlich *et al.*, 2011).

Figura 14 - Perfil Etário e Distribuição por Sexo das Famílias Rurais Entrevistadas em Itabaianinha (SE).



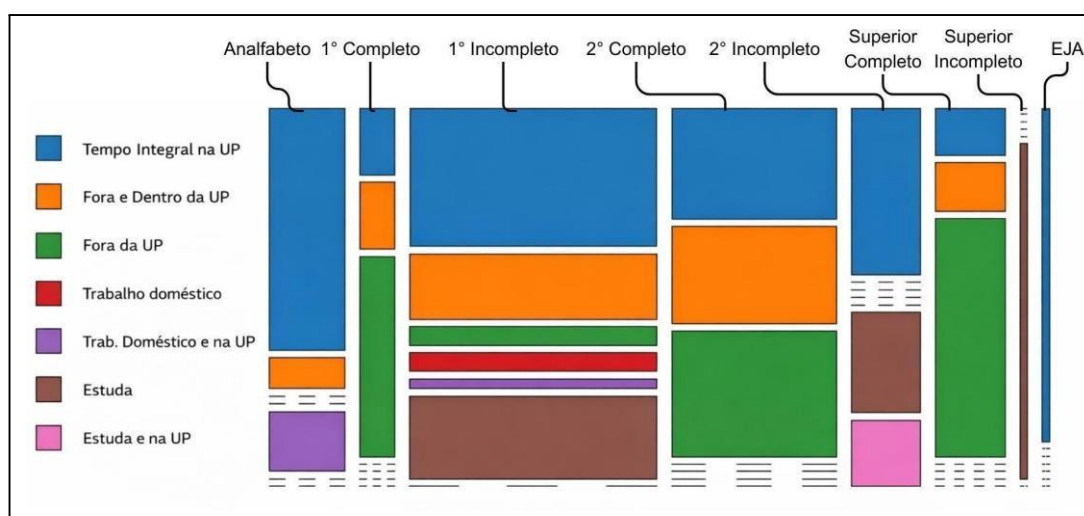
Fonte: elaborado pela autora (2025).

Nas faixas etárias mais elevadas, acima de 50 anos, observa-se uma redução gradual do número de pessoas, embora ainda haja presença significativa entre 55–59 anos, sobretudo entre os homens, as faixas acima de 65 anos apresentam baixa

representatividade, indicando um contingente reduzido de idosos, especialmente nas idades mais avançadas (70 anos ou mais). Em termos de sexo, o gráfico revela uma distribuição relativamente equilibrada entre homens (50) e mulheres (45) ao longo das faixas etárias. De forma geral, a estrutura etária evidenciada pelo gráfico caracteriza-se como predominantemente adulta e jovem-adulta, com baixa proporção de idosos, o que reforça o papel central do trabalho familiar na condução das atividades produtivas e fornece subsídios importantes para a análise do acesso ao Pronaf e da assistência técnica no contexto dessas famílias.

Em continuidade à análise da estrutura etária, buscou-se aprofundar a compreensão da organização do trabalho nos estabelecimentos por meio da relação entre escolaridade e formas de inserção produtiva. Para isso, utilizou-se o gráfico mosaico, recurso analítico adequado à análise de variáveis categóricas, por permitir a visualização simultânea da distribuição e da composição dos dados (Hartigan; Kleiner, 2015). Nesse tipo de gráfico, a área de cada retângulo foi proporcional à frequência relativa da combinação entre as categorias analisadas: a largura das colunas representou a participação de cada nível de escolaridade no conjunto dos entrevistados, enquanto a altura dos segmentos internos indicou a distribuição das diferentes situações de trabalho (Figura 15). Assim, quanto maior o retângulo, maior foi o peso relativo daquela combinação específica entre escolaridade e forma de inserção no trabalho.

Figura 15- Relação entre nível de escolaridade e tempo de trabalho das pessoas que compõem as unidades de produção familiar.



Fonte: elaborado pela autora (2025).

Observou-se que a maior largura do gráfico se concentrou no nível de ensino fundamental incompleto, evidenciando que essa foi a condição educacional predominante entre os membros das famílias entrevistadas. Dentro dessa categoria, destacaram-se grandes retângulos associados ao trabalho em tempo integral na UP e à combinação de atividades dentro e fora da UP⁹, indicando que indivíduos com baixa escolaridade permaneceram fortemente vinculados à unidade produtiva familiar. Ainda nesse nível, a presença de retângulos significativos relacionados ao estudo (em marrom) revelou que parte expressiva desse grupo foi composta por crianças e adolescentes, que ainda se encontravam em processo de escolarização. As demais cores do gráfico, por sua vez, referiram-se predominantemente à população adulta, já inserida de forma direta nas atividades produtivas ou no mercado de trabalho.

Entre os indivíduos analfabetos, o gráfico apresentou uma coluna mais estreita, porém marcada por um grande retângulo azul, correspondente ao trabalho em tempo integral na UP, indicando forte dependência da agricultura familiar como principal meio de reprodução social, associada a baixos níveis de escolarização e reduzidas alternativas de inserção no mercado de trabalho externo, conforme apontado por Pereira e Castro (2019) e Ney e Hoffmann (2009). A presença de pequenos “espaços vazios” em algumas combinações, representados pela ausência de retângulos em determinadas categorias, indicou que não houve ocorrência empírica dessas combinações na amostra, como, por exemplo, indivíduos analfabetos trabalhando exclusivamente fora da UP ou pessoas que estudam presentes em níveis de ensino completo.

À medida que o nível de escolaridade se elevou, especialmente entre aqueles com ensino fundamental completo e ensino médio incompleto, observou-se uma diversificação das estratégias de trabalho, expressa pelo surgimento de retângulos mais distribuídos entre as categorias “fora e dentro da UP” e “fora da UP”. Esses retângulos, embora menores do que os observados no nível de ensino fundamental incompleto, indicaram que a escolarização ampliou as possibilidades de inserção ocupacional, ainda que sem romper completamente com a unidade produtiva familiar, configurando situações típicas de pluriatividade no meio rural, conforme discutido por Graziano da Silva e Del Grossi (1997), Schneider (2003) e Sakamoto, Nascimento e Maia (2016).

⁹ Trabalho no bar, na mercearia, em órgãos públicos, na fábrica de costura ou cerâmica, em redes de ensino, em hospitais.

Soma-se a esse contexto a escolarização que é frequentemente orientada por um viés urbano, que reforça a percepção da cidade como espaço de maiores oportunidades sociais e econômicas (Froehlich *et al.*, 2011). Esse processo ocorre de forma seletiva, destacando as mulheres jovens como o principal grupo a empreender o êxodo rural, fenômeno associado aos níveis mais elevados de escolaridade em comparação aos rapazes e ao incentivo das próprias famílias para a inserção na vida urbana, percebida como ambiente com maiores possibilidades de emprego para as mulheres (Froehlich; Pietrzacka, 2004). Ademais, a persistente ausência de políticas públicas específicas voltadas à juventude rural, aliada à precariedade dos serviços ofertados pelos pequenos municípios, contribui para a continuidade desse movimento migratório. Dessa forma, o êxodo rural juvenil mantém-se como um fenômeno recorrente e pouco enfrentado pelas administrações públicas, com implicações diretas para a sustentabilidade social e produtiva da agricultura familiar (Eutrópio; Medeiros; Luz, 2014).

Nos níveis mais elevados de escolaridade, destacou-se o caso do ensino superior completo, representado por um único indivíduo na amostra. O retângulo correspondente indicou inserção em tempo integral na UP, evidenciando uma trajetória distinta da tendência geral de afastamento da agricultura associada à escolarização. Esse caso trata-se de um agricultor que, após a conclusão do curso superior em Agronomia, optou por permanecer no meio rural e assumir a gestão da propriedade familiar, demonstrando que a elevação do capital educacional pode, em contextos específicos, fortalecer a permanência qualificada no campo.

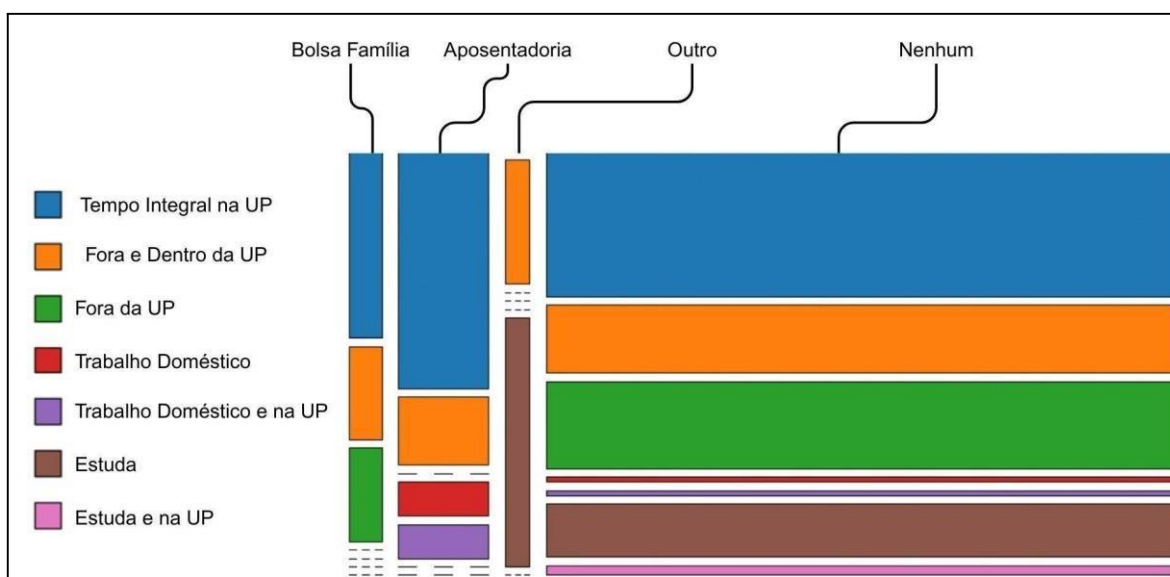
Por fim, a presença da Educação de Jovens e Adultos (EJA) apareceu associada a um indivíduo que trabalha em tempo integral na UP, evidenciando uma estratégia de elevação da escolaridade sem rompimento com a atividade agrícola. De modo geral, o gráfico mosaico revelou que a escolaridade exerceu papel central na definição das estratégias de trabalho e na reprodução socioeconômica das famílias rurais, ao mesmo tempo em que explicitou tensões entre permanência no campo, qualificação educacional e inserção em atividades externas à agricultura familiar.

Em resumo, o gráfico mosaico evidencia uma relação direta entre o nível de escolaridade e a forma de inserção no trabalho dos integrantes das unidades de produção familiar. Observa-se que os menores níveis de escolaridade concentram maior participação no trabalho em tempo integral na unidade produtiva, bem como em atividades domésticas, enquanto os níveis intermediários apresentam maior diversificação

das ocupações, combinando trabalho dentro e fora da unidade. Nos níveis mais elevados de escolaridade, destaca-se o aumento da inserção em atividades externas à unidade de produção e a presença mais expressiva de indivíduos dedicados exclusivamente aos estudos, indicando uma tendência de afastamento progressivo das atividades produtivas familiares à medida que se eleva o nível de escolarização.

Utilizando a mesma lógica analítica do gráfico anterior, agora associada ao acesso a benefícios públicos, como o Bolsa Família, a aposentadoria rural, outros auxílios (a exemplo do auxílio para PCD), o gráfico mosaico apresenta a relação entre benefícios sociais e as formas de inserção no trabalho dos membros das famílias entrevistadas (Figura 16). Essa abordagem permite compreender como as transferências sociais se articulam às estratégias de reprodução socioeconômica nos estabelecimentos rurais. Assim como na figura 15, a área de cada retângulo é proporcional à frequência relativa das combinações entre as categorias analisadas: a largura das colunas representa a participação de cada tipo de benefício no conjunto dos entrevistados, enquanto a altura dos segmentos internos indica a distribuição das diferentes situações de trabalho.

Figura 16 - Relação entre auxílios/benefícios e tipo de tempo de trabalho das pessoas que compõem as unidades de produção familiar.



Fonte: elaborado pela autora (2025).

A coluna mais larga correspondeu à categoria “Nenhum”, evidenciando que a maior parte dos indivíduos das famílias não acessam benefícios sociais ou previdenciários. No interior dessa categoria, destacaram-se grandes retângulos associados

ao trabalho em tempo integral na UP, à inserção fora da UP e à combinação de atividades dentro e fora da UP, indicando que esses indivíduos dependem majoritariamente do trabalho agrícola e não agrícola como principal fonte de renda, como abordado o trabalho de Ney e Hoffmann (2009). A expressiva área desses retângulos reforçou a centralidade do trabalho familiar e da pluriatividade como estratégias fundamentais de sustentação econômica.

A categoria Aposentadoria apresentou a segunda maior largura, refletindo a relevância desse benefício no contexto das famílias analisadas. No interior dessa coluna, predominou o retângulo referente ao trabalho em tempo integral na UP, indicando que, mesmo aposentados, muitos indivíduos continuaram exercendo papel ativo nas atividades produtivas da propriedade. Observou-se também a presença de combinações associadas ao trabalho dentro e fora da UP e ao trabalho doméstico, evidenciando que a aposentadoria atuou menos como substituição do trabalho e mais como complemento estável da renda familiar. Nesse sentido, a previdência rural confirmou-se como um importante mecanismo de proteção social e uma espécie de seguro contra a pobreza no meio rural (Castilho e Silva *et al.*, 2017).

Conforme destacado por Grisa e Schneider (2014), a partir de 1997, as políticas voltadas à agricultura familiar passaram a incorporar ações de caráter assistencial e social. A coluna referente ao Bolsa Família apresentou largura reduzida, indicando menor participação relativa desse benefício entre os entrevistados. Ainda assim, observou-se predominância do trabalho em tempo integral na UP, associada a baixos níveis de escolaridade, sobretudo entre indivíduos analfabetos ou com ensino incompleto. Essa condição limita as possibilidades de inserção no mercado de trabalho urbano, que, quando ocorre, tende a se dar em ocupações informais e de baixa remuneração. Ao mesmo tempo, no contexto rural, esses beneficiários geralmente dispõem de áreas na propriedade destinadas ao cultivo para autoconsumo e, em alguns casos, à comercialização direta, atividades que contribuem para o acesso aos alimentos e para a geração complementar de renda (Castilho e Silva *et al.*, 2017). Observou-se também a presença de inserção fora da UP, sugerindo que o programa atua como complemento de renda, sem afastar seus beneficiários das atividades produtivas.

A categoria “Outro”, que englobou beneficiários de auxílios destinados a pessoas com deficiência (PCD), apresentou largura reduzida e composição heterogênea. Os espaços vazios observados em algumas combinações, caracterizados pela ausência de

retângulos em determinados cruzamentos entre tipo de benefício e situação de trabalho, indicaram que essas combinações não ocorreram empiricamente na amostra analisada.

De modo geral, o gráfico evidenciou que o acesso a benefícios sociais e previdenciários não eliminou a centralidade do trabalho na agricultura familiar, mas se articulou a ele como estratégia complementar de reprodução socioeconômica. A aposentadoria e os programas de transferência de renda desempenharam papel relevante na composição da renda das famílias, contribuindo para a permanência no meio rural, ao mesmo tempo em que coexistiram com diferentes formas de inserção produtiva, tanto dentro quanto fora da unidade produtiva. Conforme argumentam Perondi e Schneider (2012), o fortalecimento da agricultura familiar reside justamente na construção de estratégias diversificadas de trabalho e renda, capazes de ampliar a resiliência frente a crises e situações de vulnerabilidade do campo.

5.2 Capital e Produção

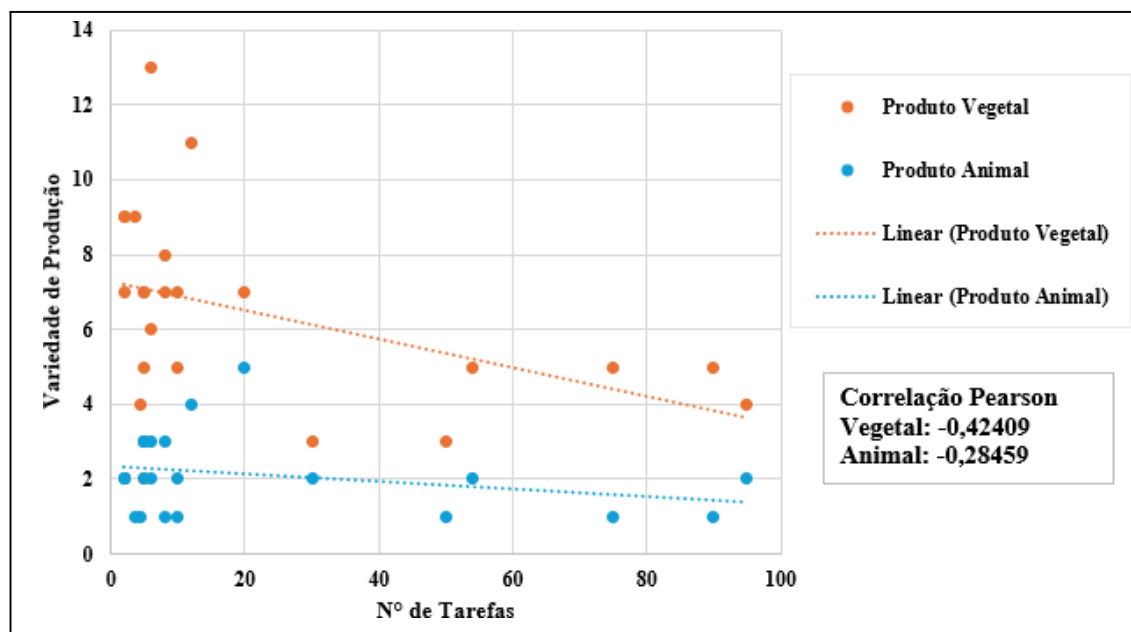
A caracterização da unidade produtiva familiar constitui uma etapa central para a análise das estratégias de reprodução socioeconômica da agricultura familiar. A área do estabelecimento, medida em tarefa¹⁰, configura-se como um dos principais condicionantes estruturais da produção, influenciando as possibilidades de uso do solo, o tipo de sistema produtivo adotado e o grau de diversificação das atividades. A análise conjunta da extensão da terra e da variedade de produtos produzidos permite compreender de que forma as famílias organizam o uso do espaço produtivo, especialmente em articulação com o acesso ao crédito do Pronaf.

Para aprofundar estatisticamente a compreensão das relações entre esses dois fatores, utilizou-se a correlação de Pearson, medida estatística que avalia o grau e a direção da associação linear entre duas variáveis quantitativas, sendo adequada à análise de relações lineares. O coeficiente de correlação varia entre -1 e +1, em que valores negativos indicam uma relação inversa entre as variáveis (Figueiredo Filho; Silva Júnior, 2009).

¹⁰ Unidade de medida agrária não convencional usada para pequenas áreas, sendo equivalente a 4.356 m² (Vizolli; Mendes, 2016).

Figura 17 apresenta a relação entre o número de tarefas do estabelecimento e a variedade de produtos vegetais e animais produzidos nos 23 estabelecimentos analisados. Observa-se que a área mínima identificada foi de 2 tarefas e a máxima de 95 tarefas, evidenciando uma estrutura fundiária marcada pela predominância de pequenas propriedades, em sua maioria próprias, com área inferior a quatro módulos fiscais, o que, no contexto local, corresponde a aproximadamente 30 hectares. Trata-se, portanto, de estabelecimentos rurais familiares caracterizados pelo reduzido porte fundiário. No que se refere à diversidade produtiva, a produção vegetal variou de um mínimo de 2 a um máximo de 13 produtos, enquanto, na produção animal, a variação foi de 1 a 5 produtos. Para ambas as categorias produtivas, verifica-se uma tendência linear levemente negativa, indicando que o aumento da área do estabelecimento não está necessariamente associado a uma maior diversidade produtiva.

Figura 17 - Relação entre Número de Tarefas e a Diversificação da Produção Vegetal e Animal.



Fonte: elaborado pela autora (2025).

No caso da produção vegetal, o coeficiente de correlação de Pearson foi de -0,424, caracterizando uma correlação negativa de intensidade moderada. Esse resultado sugere que estabelecimentos com maior área tendem, em média, a apresentar menor diversidade de produtos vegetais, possivelmente em função da adoção de sistemas

produtivos mais especializados ou da concentração da produção em poucas culturas. No gráfico subsequente, serão discutidos de forma mais detalhada os tipos de produções predominantes nesses estabelecimentos.

Já para a produção animal, a correlação observada foi de -0,285, caracterizando uma correlação negativa fraca, esse resultado sugere que a área do estabelecimento exerce influência limitada sobre a diversidade de atividades pecuárias, o que se reflete em uma maior dispersão dos pontos no gráfico. Observa-se, nesse caso, a coexistência de estabelecimentos com diferentes tamanhos de área apresentando níveis semelhantes de diversidade animal, indicando que outros fatores, além da extensão da terra, desempenham papel mais relevante na definição dessas estratégias produtivas.

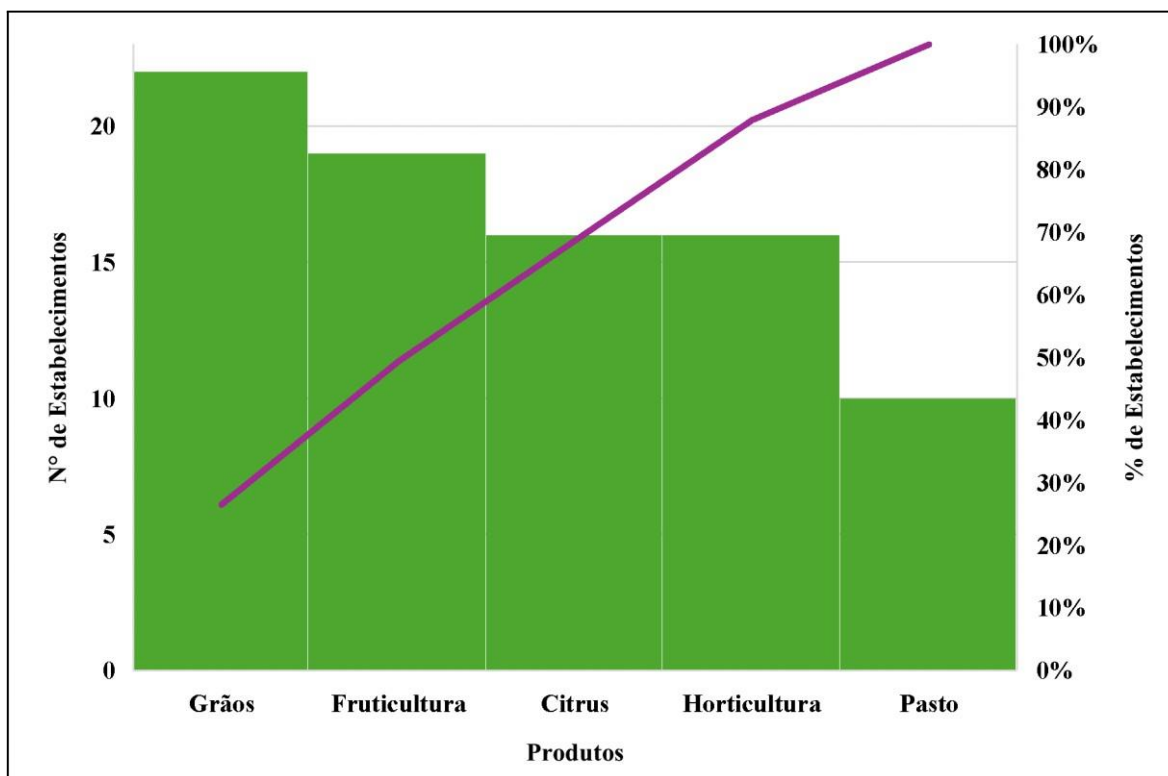
De modo geral, a dispersão dos dados, especialmente a presença de estabelecimentos de pequenas áreas com elevada diversidade produtiva, reforça a interpretação de que a diversificação não depende exclusivamente do tamanho da propriedade, estando fortemente relacionada a estratégias de uso intensivo do espaço, à organização do trabalho familiar e às decisões produtivas adotadas pelas famílias rurais. Essa lógica se insere em um contexto no qual a atividade agrícola envolve riscos elevados, superiores aos observados em setores como a indústria, o que evidencia a importância de políticas públicas voltadas à mitigação desses riscos (Feitosa; Ferreira, 2024). Nesse sentido, a diversificação de atividades agrícolas e pecuárias nas pequenas propriedades configura-se como uma estratégia racional de redução de vulnerabilidades e de busca por maior estabilidade econômica (Schneider, 2003).

Entretanto, embora o Pronaf tenha sido concebido com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e promover seu desenvolvimento sustentável, seu desenho institucional e as formas predominantes de operacionalização do crédito nem sempre favorecem a valorização dos mercados locais nem o fortalecimento de sistemas agroalimentares mais curtos e territorializados. Tal limitação pode restringir o estímulo à diversificação produtiva, especialmente entre os estabelecimentos que, mesmo dispondo de menor área, demonstram potencial para estratégias produtivas mais diversificadas.

Aprofundando a discussão sobre a diversificação produtiva, a Figura 18 apresenta, de forma mais detalhada, os principais grupos de produtos vegetais cultivados pelos estabelecimentos analisados. Para fins analíticos, a produção vegetal foi organizada em cinco grupos: grãos (milho, amendoim e feijão), fruticultura (abacate, acerola, amora, banana, coco, fruta-pão, jabuticaba, jaca, mamão, manga, maracujá, melancia, pinha,

pitanga, siriguela e cana), citros (laranja, tangerina e limão), horticultura (abóbora, alface, batata, coentro, macaxeira e quiabo) e pastagem (variedades de capim e palma forrageira).

Figura 18 - Distribuição dos Estabelecimentos Rurais Familiares por Tipo de Produto Agrícola e Percentual Acumulado.



Fonte: elaborado pela autora (2025).

Observa-se que a produção de grãos é a mais difundida, estando presente em aproximadamente 22 estabelecimentos. Dentre esses, 86,9% produzem milho, 47,83% feijão e 21,74% amendoim. Os grãos desempenham papel central na subsistência das famílias rurais, por constituírem uma fonte de energia acessível, passível de consumo direto e com baixo nível de processamento, especialmente relevante no semiárido nordestino, onde compõem a base da alimentação cotidiana (Artuzo *et al.*, 2019).

A fruticultura aparece como o segundo grupo mais frequente, presente em cerca de 19 estabelecimentos, evidenciando elevado grau de diversificação interna. Destacam-se a acerola e o coco, ambos produzidos em 18,7% dos estabelecimentos, seguidos pela manga (14,5%) e pela banana (12,5%). A expressiva participação da fruticultura reforça sua importância tanto para a segurança alimentar das famílias quanto para a geração de renda complementar, sobretudo por meio da comercialização em circuitos curtos e

mercados locais. Além disso, a fruticultura encontra condições climáticas favoráveis ao seu desenvolvimento, como a constância de calor e insolação típicas dos trópicos, associadas à baixa umidade relativa do ar no semiárido. Esses fatores favorecem a adoção de sistemas irrigados, contribuem para a sanidade das plantas e possibilitam múltiplas colheitas ao longo do ano, ampliando o potencial produtivo da região (Lopes; Oliveira; Silva, 2009).

Na sequência, destacam-se a citricultura (Figura 19) e a horticultura, ambos presentes em aproximadamente 16 estabelecimentos. No caso dos citros, 100,0% produzem laranja, 31,5% tangerina e 25,0% limão. Já na horticultura, observa-se predominância da macaxeira, cultivada por 50,0% dos estabelecimentos desse grupo, seguida pelo coentro (20,0%) e pela abóbora (16,6%). Esses resultados evidenciam a adoção de sistemas produtivos diversificados, geralmente associados ao uso mais intensivo da terra e da mão de obra familiar. A horticultura, em particular, tende a se concentrar em áreas menores, com maior frequência de manejo e elevada flexibilidade produtiva, características típicas da agricultura familiar. Entretanto, essa forte dependência do trabalho humano, embora contribua para a geração de ocupação e renda, impõe desafios adicionais relacionados à produtividade e à competitividade do setor (Lima; Miranda, 2001).

Figura 19 - Pomares de Tangerina e Laranja em Itabaianinha/SE.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025. Acervo pessoal.

Por fim, a pastagem (Figura 20) apresenta menor frequência relativa, estando presente em cerca de 10 estabelecimentos, o que indica que, embora a pecuária esteja inserida no sistema produtivo local, ela assume um papel predominantemente complementar em relação às atividades agrícolas, pois trata-se de um insumo para as pecuárias de grande porte. A linha acumulada do gráfico evidencia que grãos, fruticultura e citricultura concentram a maior parte das ocorrências, atingindo conjuntamente cerca de 70% a 80% da participação acumulada, o que reforça o papel central dessas atividades na estrutura produtiva e nas estratégias de diversificação dos estabelecimentos analisados. Fato esse que pode ser explicado através de estudos sobre diversificação agrícola entre pequenos agricultores indicam que cultivos de grãos frequentemente compõem a base da

diversificação por serem produtos essenciais à segurança alimentar e à rotina produtiva familiar (Kemboi; Muendo; Kiprotich, 2020), já o papel dominante da citricultura, em muitos sistemas familiares se dá em razão de sua oportunidade de renda e inserção mercado (Chen *et al.*, 2023)

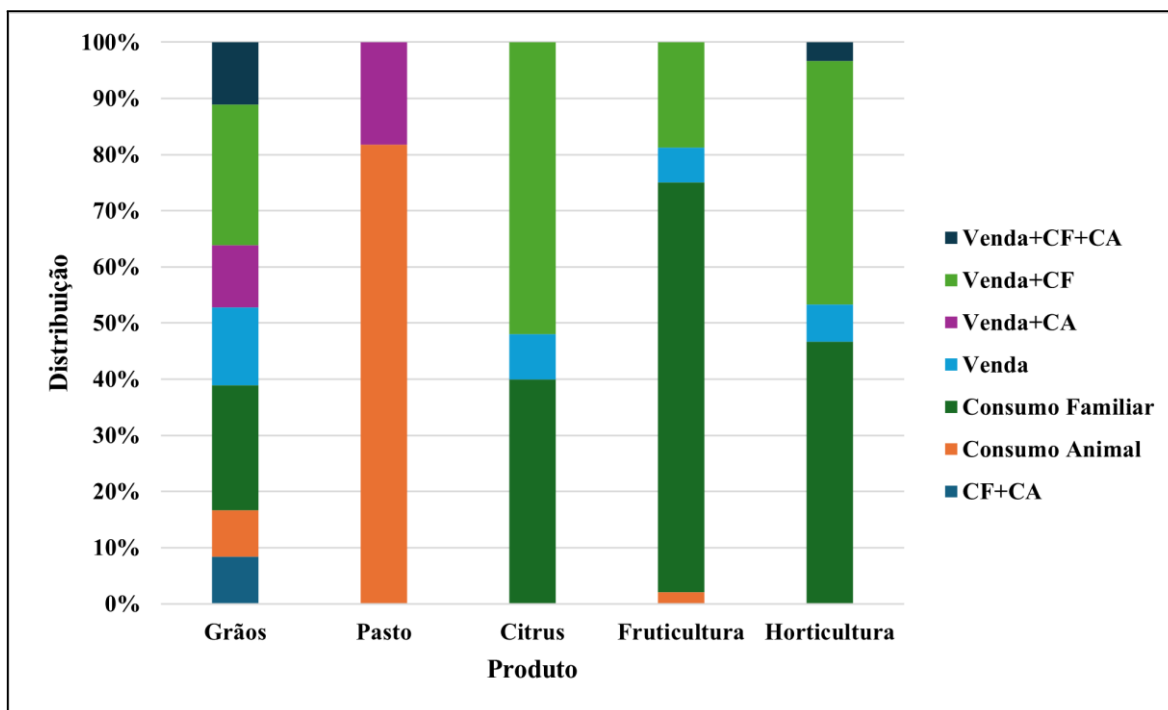
Figura 20 -Pastagem em Estabelecimentos Familiares em Itabaianinha/SE.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025. Acervo pessoal.

Em complemento, a Figura 21 aprofunda a discussão iniciada no gráfico anterior (Figura 18) ao evidenciar não apenas o que é produzido, mas de que forma essa produção é destinada e/ou utilizada pelas famílias nas unidades de produção. O presente gráfico revela as estratégias de destinação da produção, articulando consumo familiar, consumo animal e comercialização, de forma isolada ou combinada.

Figura 21 - Distribuição da Destinação da Produção nos Estabelecimentos Rurais Familiares por Tipo de Produto Agrícola.



Fonte: elaborado pela autora (2025).

No caso dos grãos, que se configuraram como o grupo mais difundido no gráfico anterior, observa-se uma distribuição diversificada das destinações. Predominam combinações entre consumo familiar (CF), venda e consumo animal (CA), tanto de forma isolada quanto associada. Essa multiplicidade confirma o papel central dos grãos na reprodução socioeconômica das famílias, atuando simultaneamente como base alimentar, insumo para a pecuária e fonte de renda monetária. Tal padrão é coerente com a literatura sobre a agricultura familiar no semiárido, na qual os grãos exercem papel estratégico na segurança alimentar e na redução de riscos produtivos e econômicos (Gazolla, 2004; Angelotti; Giongo, 2019; Silva; Soares, 2023). O feijão e o amendoim estão majoritariamente associados ao autoconsumo, com venda restrita ao excedente, expressando uma lógica camponesa, milho, por sua vez, apresenta usos diferenciados: a silagem é destinada à alimentação animal, funcionando como estratégia de segurança forrageira; o milho grão é voltado predominantemente à comercialização; e o milho verde combina autoconsumo e venda do excedente. Essa multifuncionalidade evidencia

escolhas produtivas racionais que articulam abastecimento alimentar, geração de renda e mitigação de vulnerabilidades climáticas e econômicas.

A categoria pasto, que no gráfico anterior apresentou menor frequência relativa entre os estabelecimentos, revela destinação predominantemente voltada ao consumo animal, com reduzida associação à venda. Esse resultado reforça o caráter complementar da pecuária, indicando que a produção de pastagem está essencialmente orientada à sustentação dos rebanhos, e não à geração direta de excedentes comercializáveis, o que é típico da lógica produtiva da agricultura familiar (Carvalho, 2005).

Os citros, que figuraram como um grupo relevante em número de estabelecimentos no gráfico anterior, apresentam destinação concentrada principalmente no consumo familiar, seguida por combinações com a venda. Cabe destacar que os estabelecimentos que comercializam laranja, em geral, possuem maior número de tarefas e estão vinculados a linhas do Pronaf com maior volume de recursos, enquanto unidades menores tendem a direcionar a produção prioritariamente ao autoconsumo. Em Sergipe, a produção citrícola concentra-se no sul do estado, que se configura como o principal polo do setor em função do elevado número de estabelecimentos e da presença das indústrias de processamento, especialmente de laranja, favorecendo a logística de escoamento (Alves; Moura, 2024). Nesse contexto, destaca-se o predomínio da agricultura familiar, que permanece como principal responsável pela maior parte dos estabelecimentos produtores de citros, e esse padrão sugere que, embora os citros contribuam para a diversificação produtiva, sua inserção mercantil é mais restrita, sendo fortemente associada ao consumo doméstico e, em menor escala, à comercialização local (Sombra *et al.*, 2016), em consonância com a lógica dos circuitos curtos e mercados territoriais.

No caso da fruticultura, observa-se clara predominância do consumo familiar, acompanhada por uma parcela significativa destinada à venda e, sobretudo, à combinação venda + consumo familiar. Esse arranjo evidencia o papel estratégico da fruticultura ao conciliar segurança alimentar e geração de renda complementar (Grisa, 2007; Ramos; Borges, 2021). Ressalta-se que essa diversidade de frutas ocorre, em geral, em pequenas quantidades por estabelecimento, muitas vezes com poucos pés por espécie, não alcançando sequer uma tarefa de área cultivada, o que reforça sua função prioritária no autoconsumo.

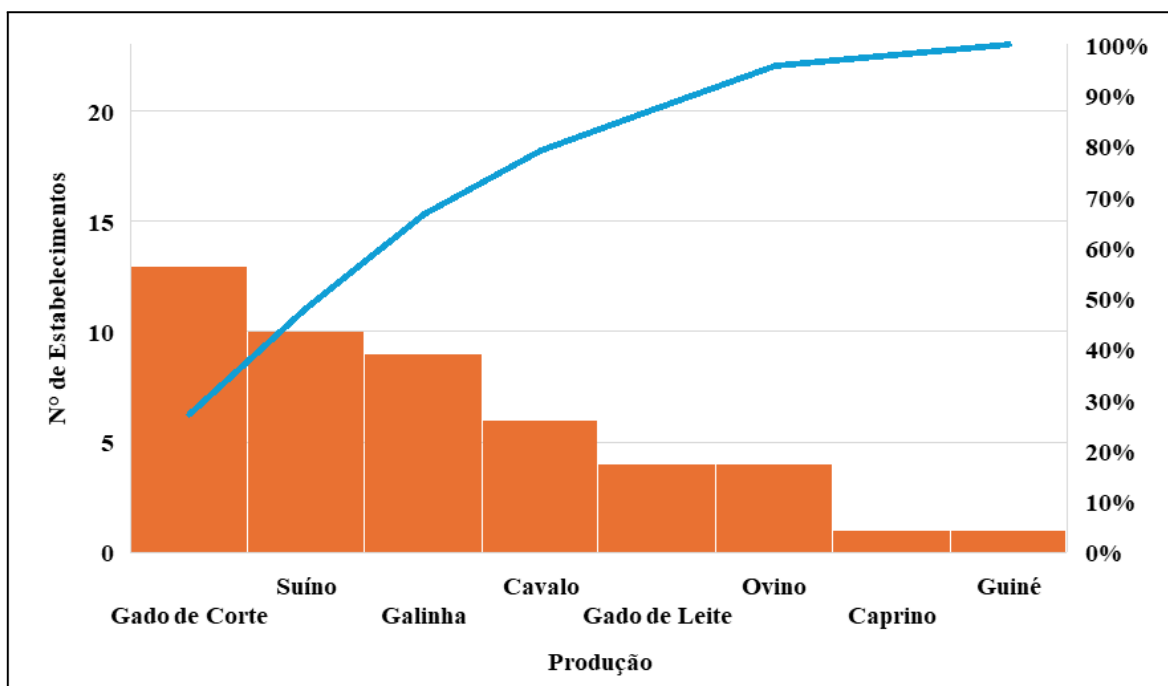
A horticultura, por sua vez, apresenta perfil ainda mais orientado à comercialização associada ao autoconsumo, com destaque para a elevada participação da

categoria venda + consumo familiar. Esse padrão indica maior regularidade produtiva e maior potencial de geração de renda, sobretudo por meio de mercados locais e circuitos curtos, sem romper com sua função alimentar. A presença residual de combinações mais complexas, como venda associada ao consumo familiar e animal, revela flexibilidade produtiva, sem descaracterizar a vocação mercantil da horticultura (Grigol *et al.*, 2022). Em articulação com o gráfico anterior, fruticultura e horticultura se consolidam como segmentos centrais na estratégia de diversificação produtiva das unidades familiares.

De forma geral, o gráfico reforça e complementa os achados do anterior ao demonstrar que a diversificação produtiva observada não se traduz automaticamente em especialização mercantil. Predomina, ao contrário, uma lógica de uso multifuncional da produção, na qual autoconsumo, consumo animal e venda coexistem como estratégias integradas de reprodução socioeconômica (Wanderley, 2003). Nesse contexto, o autoconsumo assume papel central na superação de vulnerabilidades, ao reduzir a dependência do mercado, amortecer oscilações de renda e garantir acesso regular a alimentos (Schneider, 2012; Dantas; Souza; Vale, 2024). Assim, a diversificação produtiva identificada nos estabelecimentos analisados revela-se menos orientada à maximização do excedente mercantil e mais voltada à redução de riscos, fortalecimento da segurança alimentar e estabilidade econômica, elementos fundamentais para a sustentabilidade da agricultura familiar no contexto estudado (Modenese; Sant’Ana, 2019; Schinaider *et al.*, 2022).

Trazendo a análise para o âmbito da pecuária, a Figura 22 apresenta a distribuição dos estabelecimentos segundo o tipo de produção pecuária, combinando barras, que expressam o número absoluto de estabelecimentos, e uma linha de percentual acumulado, permitindo identificar simultaneamente as atividades mais frequentes e o grau de concentração produtiva existente.

Figura 22 - Distribuição dos Estabelecimentos Rurais Familiares por Tipo de Produto Pecuário e Percentual Acumulado.



Fonte: elaborado pela autora (2025).

Observa-se que a pecuária local (Figura 23) apresenta diversidade de criações, com destaque para o gado de corte que está presente na maioria das unidades de produção familiar e se configura como a principal atividade pecuária entre os estabelecimento rurais familiares analisados. Notou-se que a maior parte dos agricultores adota predominantemente o sistema de recria, uma vez que muitos relataram a prática de adquirir o bezerro ou garrote e comercializar o novilho. Conforme definido por Marion e Segatti (2012), a recria corresponde à etapa intermediária do ciclo produtivo, na qual o bezerro desmamado é conduzido até a fase de novilho magro, processo que demanda, em média, cerca de um ano após a aquisição do animal, como dito pela entrevistada 17 “a gente compra o garrote para engordar, aí engorda, pronto, vendeu, aí paga o banco e compra outro garrote pra pôr no lugar”. Essa estratégia produtiva reduz o tempo de retorno financeiro, acelera a entrada de recursos no empreendimento e implica menores custos operacionais, impactando positivamente o faturamento dos estabelecimentos (Moura; Nicacio, 2022). Além disso, a comercialização desses animais constitui, em grande parte dos casos, a principal fonte de recursos utilizada pelos produtores para honrar os financiamentos do Pronaf e garantir a margem de lucro da atividade.

Figura 23 - Pecuária Presente nos Estabelecimentos Familiares em Itabaianinha/SE.



Fonte: Pesquisa de campo, 2024. Acervo pessoal.

Em seguida, destacam-se a criação de suínos e a avicultura, ambas com participação expressiva, embora inferior à do gado de corte. Em conjunto, essas três atividades concentram a maior parte dos estabelecimentos, como evidenciado pela rápida elevação da curva acumulada. A importância da suinocultura para a agricultura familiar relaciona-se, sobretudo, ao uso predominante de mão de obra familiar, à reduzida exigência de área de terra, ao autofinanciamento dos custos e investimentos e ao retorno financeiro relativamente rápido, necessário para pagar o financiamento e obter o lucro (Silva Neto; Matos; Rosa, 2023). As famílias que se dedicam a essa atividade tanto comercializam leitões quanto destinam os machos à terminação para abate, compondo diferentes estratégias de geração de renda. Contudo, conforme evidenciado por Villwock *et al.* (2024), a suinocultura no Brasil apresenta baixa participação tanto no número total de estabelecimentos quanto no universo da agricultura familiar. A predominância de pequenas propriedades, aliada ao limitado acesso a capital e tecnologia, configura-se como um dos principais entraves à expansão da atividade, inclusive em Sergipe.

A avicultura, por sua vez, destaca-se como uma atividade complementar relevante (39,1%), típica da agricultura familiar, geralmente associada ao autoconsumo e, em menor escala, à venda local. Trata-se de uma das atividades socioeconômicas mais difundidas no meio rural brasileiro (IBGE, 2022), sobretudo por sua adequação a pequenas propriedades e pela menor necessidade de investimentos financeiros iniciais (Machado *et al.*, 2017). Já a pecuária leiteira, embora presente em 17,3% dos estabelecimentos, indica a existência de sistemas produtivos mais diversificados, nos quais o leite desempenha papel importante tanto na geração de renda quanto no abastecimento alimentar das famílias. A menor adesão a essa atividade pode ser explicada pela maior exigência de cuidados diários e pela elevada demanda de mão de obra e tecnologias, uma vez que os maiores custos da produção leiteira estão associados justamente ao trabalho humano (Sabbag; Costa, 2015), tornando o gado de corte uma alternativa mais viável para os agricultores da amostra.

As demais criações, como os cavalos, ovinos, caprinos e guiné, apresentam baixa frequência relativa, situando-se na extremidade do gráfico. O cavalo, em especial, cumpre funções específicas, como apoio à lida com o gado, locomoção no interior do povoado e participação em práticas culturais locais, como a vaquejada¹¹. A reduzida participação das

¹¹ Manifestação cultural típica da região Nordeste, sendo considerada uma prática esportiva. Consiste

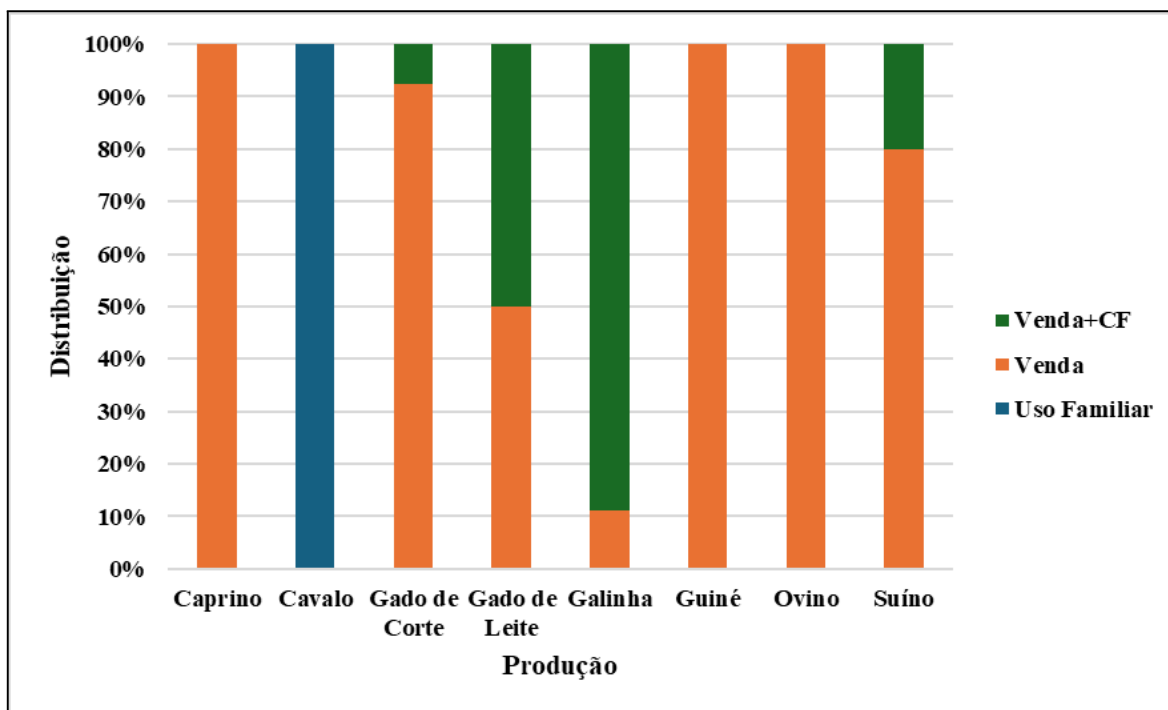
demais criações sugere que elas desempenham papel secundário ou complementar, estando associadas a estratégias de diversificação de baixo custo, consumo eventual, reserva de valor ou apoio às atividades produtivas principais.

A linha de percentual acumulado reforça esse padrão ao indicar que poucas atividades concentram a quase totalidade dos estabelecimentos, enquanto as demais contribuem marginalmente para o conjunto da produção pecuária. Assim, embora exista diversidade de criações, a pecuária local está estruturada fundamentalmente em torno do gado de corte, em sua maioria, da suinocultura e da avicultura, refletindo estratégias de reprodução socioeconômica baseadas na combinação entre geração de renda, segurança alimentar e adaptação às condições produtivas do território.

Ademais, com o intuito de aprofundar a compreensão da diversificação produtiva pecuária discutida anteriormente, a Figura 24 explicita a forma como a produção animal é destinada nos estabelecimentos analisados, articulando consumo familiar, uso familiar e comercialização, tanto de maneira isolada quanto combinada. Essa leitura permite compreender não apenas o perfil produtivo, mas, sobretudo, as estratégias econômicas e de reprodução social adotadas pelas famílias rurais.

na tentativa de dois vaqueiros, emparelhados e montados em cavalos distintos, derrubarem um boi ou um touro puxando-o pelo rabo nos exatos limites de uma área previamente demarcada (Gordilho; Figueiredo, 2016, p. 79).

Figura 24 - Distribuição da Destinação da Produção nos Estabelecimentos Rurais Familiares por Tipo de Produto Pecuário.



Fonte: elaborado pela autora (2025).

Observa-se que as criações de caprinos, gado de corte, guiné e ovinos apresentam destinação quase exclusivamente voltada à venda, evidenciando que essas atividades são conduzidas prioritariamente com finalidade econômica. Tal padrão reforça o entendimento de que a pecuária, em especial a de gado de corte, assume papel estratégico na geração de renda monetária e no cumprimento de compromissos financeiros, como o pagamento dos financiamentos do Pronaf, conforme já apontado por Calderan e Mazzonetto (2025) e que será detalhado a frente.

No caso específico do gado de corte, a predominância da venda, associada a uma parcela reduzida destinada à combinação venda + consumo familiar, dialoga diretamente com a lógica dos sistemas de recria. Nesses sistemas, a produção é planejada para a comercialização do animal em um intervalo relativamente curto, o que reduz o tempo de retorno financeiro e os custos produtivos, especialmente aqueles relacionados à alimentação, majoritariamente baseada no pastejo (Mera; Facco; Araldi, 2022). Ademais, conforme relatado pelos produtores, após o acesso ao Pronaf, observa-se a incorporação gradual de alimentação concentrada, visando à intensificação produtiva. Assim, o gráfico

confirma que o gado de corte não desempenha apenas uma função produtiva, mas também financeira, configurando-se como um dos principais vetores de liquidez das unidades familiares que financiam essa atividade por meio do Pronaf.

Em contraste, o gado de leite apresenta um padrão distinto de destinação, com distribuição equilibrada entre a venda e a combinação venda + consumo familiar. Esse resultado evidencia a dupla função da atividade, que, simultaneamente, gera renda por meio da comercialização do leite e contribui diretamente para a segurança alimentar das famílias (Alves *et al.*, 2025; Alves; Villwock, 2023).

De modo complementar, a avicultura, representada pela criação de galinhas, destaca-se pelo predomínio da categoria venda + consumo familiar. Esse comportamento reforça o caráter dessa atividade como altamente flexível, com ciclos produtivos curtos, baixos custos iniciais e forte integração ao cotidiano das famílias rurais. A articulação entre autoconsumo e comercialização possibilita atender, de forma simultânea, às necessidades alimentares e à geração de renda de curto prazo, funcionando como importante complemento às demais atividades desenvolvidas nos estabelecimentos (Pozzebon; Rambo; Gazolla, 2018).

A suinocultura apresenta padrão semelhante, com participação expressiva da categoria venda + consumo familiar, embora com predominância da venda. Esse resultado indica que a criação de porcos ocupa uma posição intermediária entre as atividades estritamente comerciais e aquelas mais voltadas ao autoconsumo, contribuindo tanto para a renda quanto para a diversificação da dieta familiar. Por sua vez, a criação de cavalos aparece exclusivamente destinada ao uso familiar, confirmando seu caráter funcional, associado ao trabalho no estabelecimento, ao transporte e ao apoio às demais atividades produtivas, especialmente aquelas ligadas à pecuária extensiva.

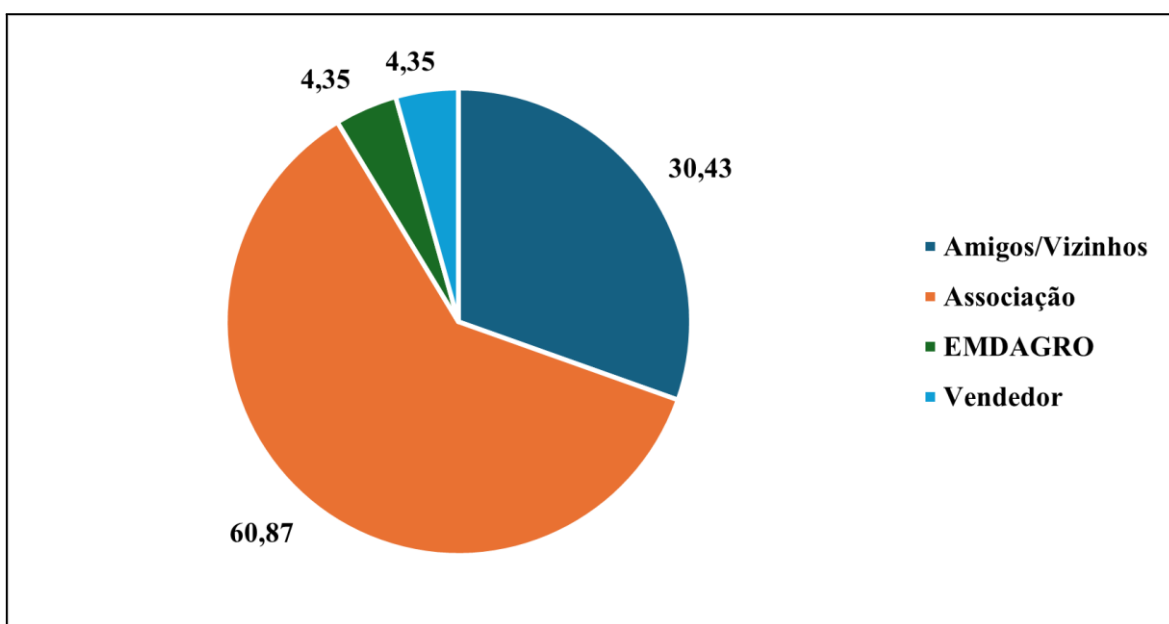
De forma geral, os dados evidenciam que a pecuária ocupa posição central na organização produtiva dos estabelecimentos, apresentando forte orientação ao mercado, sobretudo no caso do gado de corte, caprinos e ovinos. Paralelamente, observa-se que determinadas criações, como galinhas, porcos e gado de leite, desempenham funções complementares, ao integrar geração de renda e segurança alimentar. Essa combinação de estratégias produtivas confirma que a pecuária local não se estrutura de maneira homogênea, mas como um conjunto de atividades articuladas, capazes de reduzir riscos, garantir fluxo de caixa e sustentar economicamente a agricultura familiar na região analisada.

5.3 Dados do Pronaf

Para iniciar este tópico, apresenta-se as principais formas pelas quais os 23 entrevistados tomaram conhecimento do Pronaf, evidenciando o papel central das redes sociais locais e das organizações coletivas na difusão das informações sobre o programa. A análise demonstra que o acesso à informação ocorre, majoritariamente, por meio de relações de proximidade e de espaços organizativos já existentes no meio rural.

De acordo com a Figura 25, as associações¹² constituem o principal canal de acesso à informação sobre o Pronaf, sendo responsáveis por 60,87% das respostas. Esse resultado destaca a importância das organizações associativas como mediadoras entre as políticas públicas e os agricultores familiares, atuando não apenas na representação coletiva, mas também na disseminação de informações, na orientação para o acesso ao crédito e no apoio aos procedimentos burocráticos (Bittencourt; Abramovay, 2003).

Figura 25 - Principais canais de acesso às informações sobre o Pronaf utilizados pelos agricultores entrevistados.



Fonte: elaborado pela autora (2025).

¹² A investigação sobre as associações existentes em Itabaianinha não constituiu o foco deste estudo, o que aponta para a necessidade de aprofundamento em pesquisas futuras.

De forma simples, as associações rurais podem ser compreendidas como organizações formadas por pessoas da própria comunidade, sem fins lucrativos, criadas para atender interesses comuns e com estrutura flexível, o que permite a realização de diferentes atividades (Christoffoli, 2019). A centralidade das associações indica que a participação organizativa exerce influência direta sobre a capacidade dos agricultores de acessar políticas públicas como o Pronaf. Esse aspecto foi reforçado pelo relato da entrevista 18, presidente de associação no povoado de Campinhos, ao afirmar que, em Itabaianinha, a maioria dos povoados possui associação (Figura 26), o que pode contribuir para explicar o fato de o município apresentar o maior número de acessos ao Pronaf no estado, como dito pela Entrevistada 18 “Ói, aqui no município de Itabaianinha, eu acho que é em média de umas 50 a 60 associações. Mas assim, legalizada para o governo não tem nem 35”.

Figura 26 - Associações de diferentes povoados em Itabaianinha/SE.



Fonte: Pesquisa de campo, 2024. Acervo pessoal.

Em segundo lugar, as redes informais de sociabilidade, representadas por amigos e vizinhos, correspondem a 30,43% das respostas. Esse dado evidencia o papel das relações de proximidade e confiança na circulação das informações no meio rural, reforçando a relevância do capital social local na difusão do conhecimento sobre programas governamentais. Em contextos nos quais o acesso a canais institucionais formais é limitado, essas redes tornam-se fundamentais para reduzir assimetrias de informação. Conforme destacam Putnam (1997) e Woolcock (1998), o capital social engloba características das organizações sociais, como redes, normas e confiança, que

facilitam a cooperação entre os agentes. No âmbito da agricultura familiar, a presença desse capital social permite o compartilhamento de recursos, a redução de custos e o alcance de objetivos comuns, contribuindo para o desenvolvimento local tanto na dimensão econômica quanto social (Breda; Colares-Santos; Pereira, 2022).

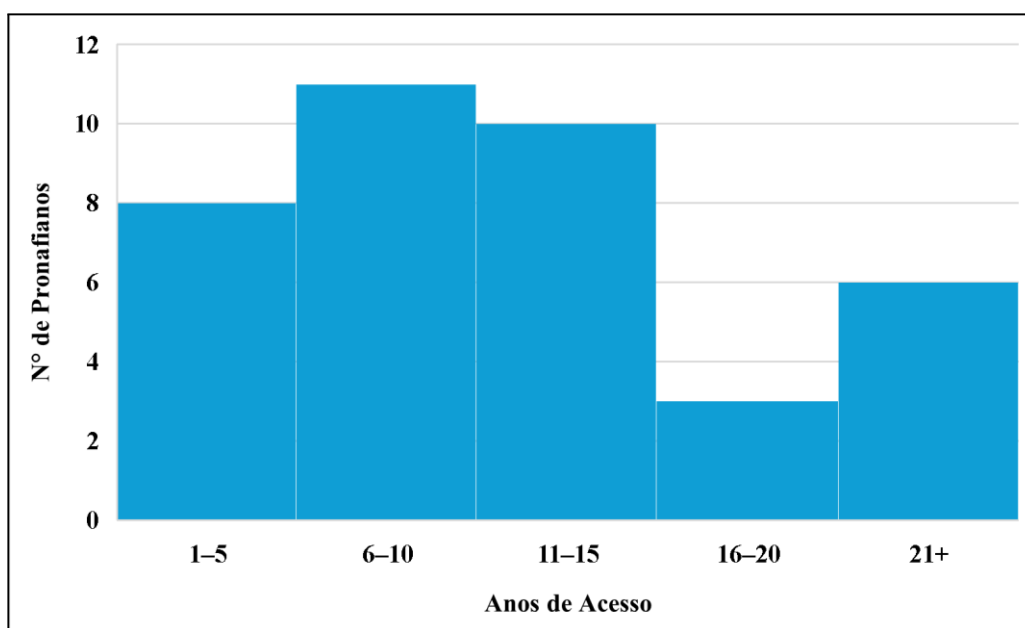
Os canais de informação representados pela Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO) e pelos vendedores apresentam participação residual, com 4,35% das respostas cada. A baixa representatividade da assistência técnica pública como fonte inicial de informação sobre o Pronaf indica limitações na atuação institucional no processo de divulgação do programa. Esse resultado chama atenção, sobretudo, pelo papel estratégico da EMDAGRO no contexto da assistência técnica e extensão rural no município e porque os mesmos foram informantes chave nesse estudo. As ações desenvolvidas pela instituição abrangem desde a emissão do CAF até o fortalecimento das cadeias produtivas, incluindo o aprimoramento genético dos rebanhos, a alimentação estratégica, a sanidade animal, a operacionalização do Pronaf, o acesso ao crédito rural e a capacitação em boas práticas agrícolas. Apesar dessa ampla atuação, os dados sugerem que a EMDAGRO ainda exerce papel secundário na difusão inicial das informações sobre o programa entre os agricultores entrevistados.

Dessa forma, fica evidente que o acesso à informação sobre o Pronaf ocorreu predominantemente por meio de arranjos coletivos e relações sociais locais, mais do que por canais institucionais formais (Cruz; Schneider, 2022; Woortmann, 2018). Esse padrão reforça a importância das associações e do capital social para a efetivação das políticas públicas no meio rural, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de fortalecimento das estratégias de divulgação, orientação e aproximação por parte dos órgãos oficiais de assistência técnica e extensão rural.

Agora tratando do acesso ao Pronaf, foi possível analisar a regularidade de utilização dessa política pública entre os indivíduos entrevistados, evidenciando sua recorrência no âmbito dos estabelecimentos familiares. Do total de 95 pessoas pertencentes às 23 famílias investigadas, 38 indivíduos acessam o Pronaf, o que indica que, em diversos casos, mais de um membro da mesma família acessa o crédito para um único estabelecimento. Essa estratégia é adotada, sobretudo, por casais (esposas e maridos) e, em menor medida, por filhos e pais, revelando uma forma de organização familiar voltada à ampliação da capacidade de acesso ao financiamento rural e à viabilização econômica das atividades produtivas.

A distribuição dos acessos segundo o tempo de vinculação ao Pronaf, exposto pela Figura 27 reforça esse padrão. Observa-se maior concentração de beneficiários nas faixas de 6 a 10 anos e 11 a 15 anos de acesso, indicando que uma parcela expressiva dos produtores mantém relação contínua e duradoura com o programa, aspecto ainda pouco explorado na literatura sobre o Pronaf. Essa permanência pode ser interpretada, por um lado, como resultado do conhecimento acumulado dos mecanismos operacionais da política e, por outro, como evidência da capacidade dos agricultores em atender aos critérios exigidos para a renovação do crédito ao longo do tempo.

Figura 27 - Distribuição do número de pronafianos em relação aos anos de acesso.



Fonte: elaborado pela autora (2025).

A presença significativa de indivíduos com 1 a 5 anos de acesso sugere, por sua vez, a incorporação relativamente recente de novos beneficiários, possivelmente associada à entrada de outros membros da família, como cônjuges ou filhos no sistema de financiamento. Esse movimento amplia o alcance do crédito dentro do mesmo estabelecimento e contribui para a diversificação das atividades produtivas financiadas, especialmente em contextos nos quais os limites individuais de crédito, definidos a partir do nível de renda, podem restringir investimentos de maior escala (Carvalho; Costa, 2021).

Embora menos frequentes, os casos com 16 a 20 anos e mais de 21 anos de acesso evidenciam a existência de agricultores com longa trajetória de vinculação ao Pronaf, o que demonstra a capacidade do programa em manter vínculos duradouros com seus beneficiários. Esses produtores mais antigos tendem a apresentar maior familiaridade com o crédito rural e maior articulação entre financiamento, planejamento produtivo e geração de renda, favorecida, inclusive, pela relação já consolidada com as instituições financeiras. Essa condição é especialmente relevante nas atividades pecuárias, que demandam ciclos produtivos mais longos, investimentos contínuos e capital recorrente, reforçando o papel do Pronaf como instrumento estruturante da reprodução econômica desses estabelecimentos.

Quanto ao acesso ao Pronaf, 86,96% dos entrevistados afirmaram não ter enfrentado dificuldades para se tornarem beneficiários do programa. Em contrapartida, 13,04% relataram ter vivenciado “pouca dificuldade”, associada principalmente à reduzida dimensão da área produtiva, a entraves na obtenção da documentação da terra, a questões de regularização fundiária e, mais recentemente, às exigências de procedimentos digitais, como a assinatura eletrônica de documentos e a realização de cadastros em plataformas online. Como dito pelos entrevistados:

“É porque para a gente que tem terra pouca, eles não dá tanta chance, né? Pra gente que tem muitas Terra eles abre as porteira até” (Entrevistado 02).

“Rapaz, no começo é nome, né? Que tem que ter score, essas coisas tudo em nome, mas depois, tipo que você consegue ter um nome bom¹³, né? Aí é fácil, é facilidade, esse trator mesmo, a gente conseguiu um mês e meio” (Entrevistado 06).

“Devido à documentação, documento da terra não tem. E quem não tem regularização, né? Tem vontade, mas não tem regularização, não tem poder, não tem Terra, não tem nada disso” (Entrevistado 07).

“Hoje é que está mais difícil, né? Porque tem que fazer online em casa, aí eu achei... porque assim, quando eu eu fiz, eu achava melhor porque o rapazinho ia até Itabaianinha, nós ia lá e assinava. Mas hoje tem que fazer tudo de casa, online, se a gente não tiver uma filha que saiba fazer, aí pra nós fica difícil” (Entrevistado 10).

Esse comportamento pode ser explicado a partir da forma como o Pronaf foi historicamente desenhado e apropriado pelas famílias agricultoras, o que a literatura identifica como um processo de institucionalização do crédito no cotidiano produtivo da agricultura familiar. Estudos clássicos e recentes mostram que o Pronaf deixou de ser um

¹³ Nome limpo, não ter dívidas em atraso registradas, não estar negativado.

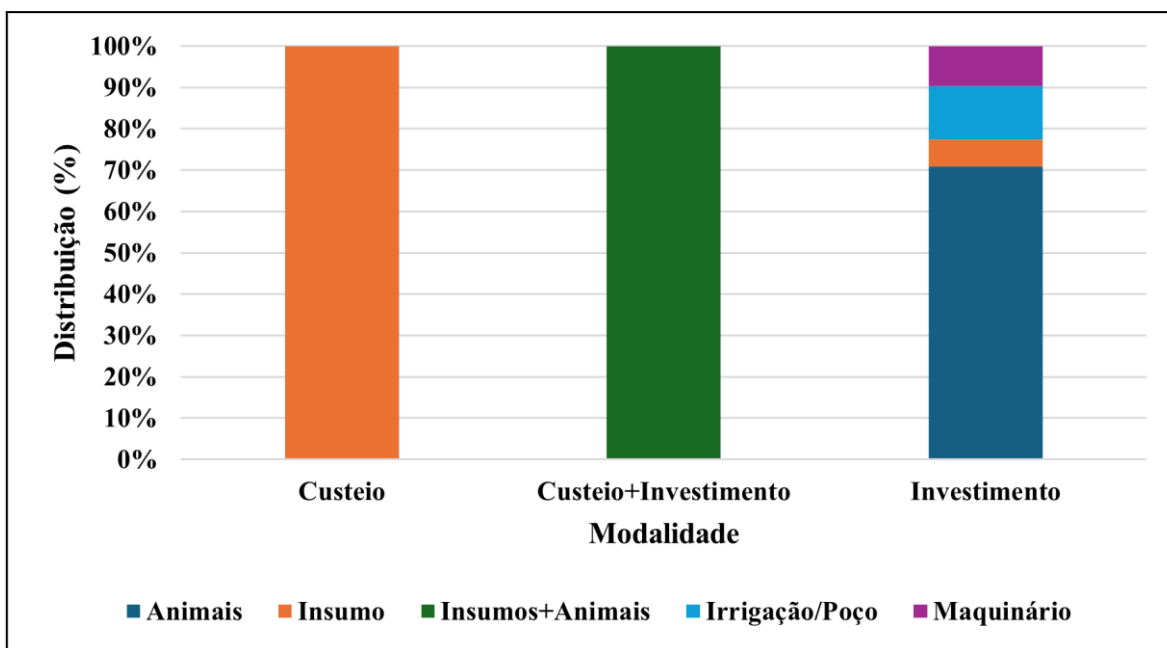
mecanismo pontual de financiamento para se tornar um instrumento recorrente de gestão da produção e da renda, especialmente em contextos marcados por restrições estruturais de capital e elevada instabilidade climática e de mercado (Schneider; Cazella; Mattei, 2004; Grisa; Schneider, 2015).

A renovação contínua dos contratos decorre, em grande medida, do caráter cíclico das atividades agropecuárias e da insuficiência de capital próprio dos estabelecimentos familiares para custear sozinhos os custos de produção. Conforme destacam Bittencourt e Abramovay (2003), o crédito do Pronaf passa a cumprir função semelhante a um “capital de giro permanente”, necessário para viabilizar a continuidade das atividades produtivas ano após ano.

Além disso, a literatura aponta que o acesso simultâneo por diferentes membros da família reflete tanto o reconhecimento institucional da unidade familiar como sujeito do Pronaf quanto uma estratégia interna de diversificação e diluição de riscos. Segundo Schneider (2003) e Gazolla (2012), a agricultura familiar opera a partir de uma lógica de reprodução social na qual trabalho, renda e crédito são organizados coletivamente, e o uso do CPF de diferentes membros amplia a capacidade de financiamento sem romper com os limites formais do programa. Grisa e Wesz Junior (2019) destacam ainda que, ao longo do tempo, o Pronaf passou a se integrar aos circuitos financeiros locais, sendo frequentemente utilizado para assegurar liquidez em períodos críticos do ciclo produtivo, como plantio, tratos culturais e manutenção de rebanhos.

Avançando para uma análise mais detalhada do acesso ao Pronaf, o Figura 28 apresenta a distribuição percentual das finalidades do crédito segundo o tipo de financiamento, sendo Custeio, Custeio + Investimento e Investimento, evidenciando diferenças relevantes na forma como os recursos são alocados pelos agricultores familiares.

Figura 28 - Composição da aplicação dos recursos do Pronaf conforme a modalidade de financiamento.



Fonte: elaborado pela autora (2025).

Entre os agricultores que acessaram exclusivamente o Pronaf Custeio, observou-se a concentração integral dos recursos na categoria insumos, constatando que essa modalidade foi utilizada predominantemente para a aquisição de itens diretamente vinculados ao ciclo produtivo, como sementes, adubos, defensivos agrícolas e ração. Assim, o resultado é coerente com a finalidade do custeio, voltada à manutenção e à viabilização da produção agropecuária no curto prazo, reforçando o papel do programa como suporte ao funcionamento corrente dos estabelecimentos familiares (BNDES, 2025).

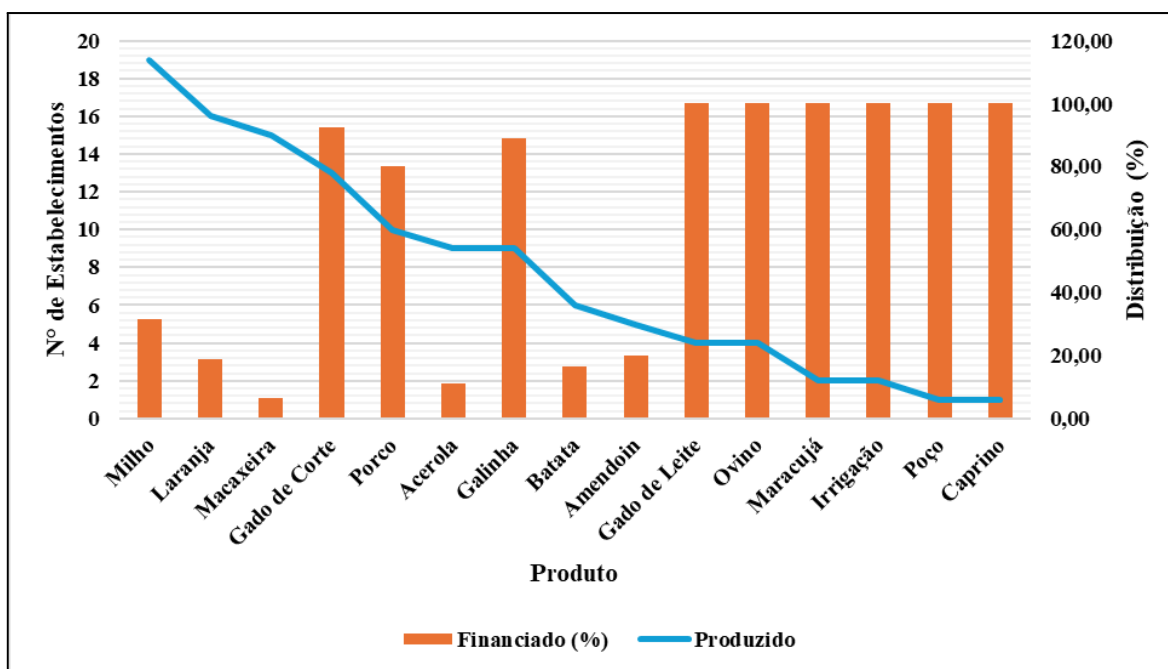
Na modalidade Custeio + Investimento, que abrange agricultores que, ao longo de sua trajetória, acessaram ambas as linhas de financiamento, verificou-se que a totalidade dos recursos se concentra na combinação insumos e animais, evidenciando uma estratégia produtiva mais integrada. Nesse contexto, o custeio é direcionado principalmente à compra de insumos agrícolas e, em menor escala, à aquisição de ração e vacinas, enquanto o investimento é destinado à compra de animais, principalmente por depender de prazos de pagamento mais longos. Assim, o padrão mostra que, ao acessar as duas modalidades, os agricultores buscaram não apenas assegurar os meios de produção imediatos, mas também fortalecer o rebanho e ampliar a base produtiva, evidenciando

também o leque de possibilidades oferecido pelo programa e seus potenciais impactos sobre a estabilidade da renda e a reprodução social das famílias (Bittencourt; Abramovay, 2003; Schneider; Cazella; Mattei, 2004).

Por sua vez, entre aqueles que acessam exclusivamente o Pronaf Investimento, observou-se uma maior diversificação na aplicação dos recursos. A maior parcela é destinada à aquisição de animais, seguida por irrigação/poço, insumos e, em menor proporção, maquinário. Essa distribuição indicou que o investimento tem sido utilizado prioritariamente para a estruturação produtiva de médio e longo prazo, com destaque para o fortalecimento da pecuária e para a ampliação da infraestrutura hídrica que é necessária no contexto de vulnerabilidade climática da região para certas culturas, como o maracujá e hortaliças. No caso dos insumos, estes foram aplicados principalmente na implantação e manutenção de pomares de laranja. A menor participação do maquinário refletiu limitações associadas à escala produtiva, aos elevados custos e à menor adequação desse tipo de investimento à realidade dos agricultores entrevistados.

No que se refere aos produtos financiados pelo Pronaf, a Figura 29 apresenta a distribuição do crédito por produto, articulando duas dimensões analíticas complementares: a participação percentual de cada atividade no volume total de financiamento (barras) e o número de estabelecimentos que produz (linha). Essa forma de representação possibilita compreender, de maneira simultânea, tanto o peso relativo de cada produto no conjunto do crédito quanto o grau de disseminação do financiamento entre as atividades por estabelecimento. Os dados evidenciam que nem toda a produção desenvolvida nos estabelecimentos é financiada diretamente pelo Pronaf: dos 30 produtos agrícolas cultivados nos 23 estabelecimentos pesquisados, apenas 7 acessaram financiamento, enquanto, entre as 8 atividades pecuárias identificadas, 5 foram contempladas pelo programa. Esse resultado indica que o crédito rural atua nesses estabelecimentos de forma seletiva, incidindo sobre determinadas atividades consideradas estratégicas pelos agricultores e pelas instituições financeiras, como explicado por Fossá *et al.* (2024), o Pronaf vem se apropriando de um caráter produtivista, pois desde sua criação, o programa foi concebido prioritariamente como política de crédito para expansão da produção e da renda, e não como uma política integrada de desenvolvimento rural, o que acaba por intensificar a especialização produtiva, direcionando suas operações para algumas culturas específicas.

Figura 29 - Distribuição do crédito do Pronaf por estabelecimento por tipo de produto financiado .



Fonte: elaborado pela autora (2025).

O financiamento rural possui papel central na ampliação, bem como na sustentação da produção agropecuária, na medida em que apoia a capacidade produtiva dos estabelecimentos, sendo um fator fundamental para a agricultura familiar (Carvalho; Costa, 2021). Nesse contexto, observa-se que o crédito se concentra majoritariamente nas atividades pecuárias, as quais apresentam os maiores percentuais de financiamento e o maior número de operações. Tal padrão evidencia a centralidade da pecuária na dinâmica produtiva local e indica que o Pronaf tem sido direcionado prioritariamente para atividades associadas à maior estabilidade de renda e à menor exposição a riscos produtivos. A literatura internacional é convergente ao apontar que o acesso ao crédito é um dos principais condicionantes do desempenho produtivo da agricultura familiar, especialmente em contextos marcados por restrições de capital, vulnerabilidade climática e oscilações de mercado (Binswanger; Khandker, 1995; Carter; Barrett, 2013).

Ademais, a pecuária desempenha um papel estratégico na reprodução econômica das famílias, funcionando como uma reserva de valor, podendo ser vendidos de forma parcelada e em diferentes momentos do ciclo produtivo, o que confere flexibilidade financeira às famílias e amplia sua capacidade de honrar compromissos creditícios. Essa

lógica é amplamente documentada em estudos sobre estratégias camponesas em países em desenvolvimento, nos quais o gado assume papel central como mecanismo de poupança, seguro e proteção contra choques econômicos e climáticos (Campenhout; Dercon, 2012). Soma-se a isso o fato de que essas atividades são favorecidas por prazos de pagamento mais extensos em comparação às culturas agrícolas, o que contribui para tornar o crédito mais compatível com os ciclos produtivos da pecuária. Contudo, esse financiamento não é neutro, pois, ao vincular a produção às lógicas de mercado, promove a inserção da agricultura familiar nas dinâmicas do capital, redefinindo práticas produtivas e relações econômicas no meio rural (Carvalho; Costa, 2021).

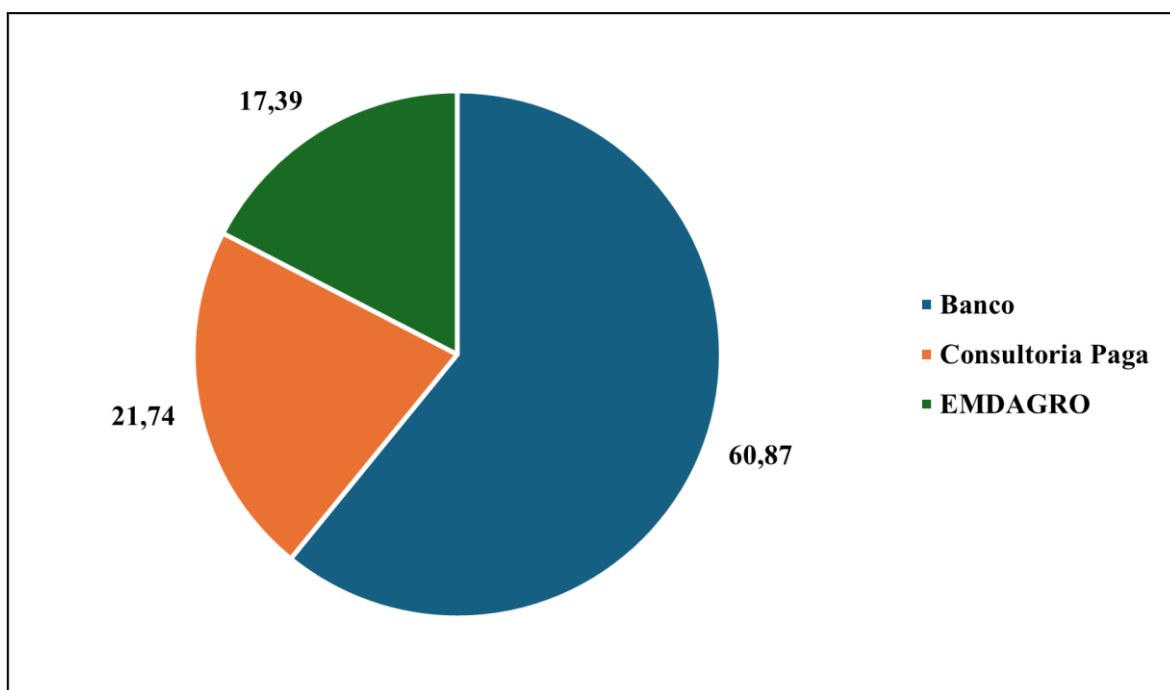
No que se refere às atividades agrícolas e à infraestrutura produtiva, observa-se que produtos como produção do maracujá, irrigação e poço apresentam elevados percentuais de financiamento, embora estejam associados a um número reduzido de beneficiários. Esse comportamento indica que tais investimentos demandam recursos para operação, sendo característicos de estratégias produtivas de médio e longo prazo. Destacam-se, nesse grupo, a implantação e a manutenção de pomares permanentes, como os de laranja, bem como a ampliação da infraestrutura hídrica, elementos fundamentais para a redução da vulnerabilidade produtiva e climática dos estabelecimentos.

Por outro lado, culturas como milho, laranja, amendoim, batata, acerola e macaxeira apresentam menor participação no financiamento, tanto em termos percentuais quanto no número de operações. Conforme discutido anteriormente, embora o milho esteja presente em grande parte dos estabelecimentos, apenas 31,58% dessa produção é financiada. Esse resultado pode estar associado à escala produtiva, à finalidade da cultura, que muitas vezes é voltada ao autoconsumo ou à alimentação animal, e ao fato de que a produção e a manutenção dessas atividades ocorrem, em grande medida, sem a necessidade de acesso ao crédito rural formal.

Dessa forma, o gráfico evidencia que o acesso ao Pronaf, no contexto analisado, tem privilegiado as atividades pecuárias, reforçando estratégias produtivas orientadas à estabilidade da renda, à redução de riscos e à adaptação às condições locais. Esses elementos contribuem para a compreensão do papel do programa na sustentação da reprodução social da agricultura familiar no território estudado, ao mesmo tempo em que revelam os limites do crédito rural no atendimento à diversidade produtiva existente nos estabelecimentos.

Diante das informações apresentadas anteriormente, colocou-se a seguinte indagação aos entrevistados: “quem é responsável pela realização do cadastro e pela elaboração dos projetos do Pronaf para esses agricultores”? As respostas ficam evidentes na Figura 30 apresenta a distribuição dos agentes responsáveis pela elaboração dos projetos do Pronaf entre os agricultores entrevistados.

Figura 30 - Distribuição dos responsáveis pela elaboração dos projetos do Pronaf.



Fonte: elaborado pela autora (2025).

Nota-se que as instituições bancárias¹⁴ concentram a maior parcela dos projetos elaborados, sendo responsáveis por 60,87% dos casos. Esse resultado está fortemente associado à atuação do Agroamigo, programa do Banco do Nordeste que assume não apenas a função de agente financeiro, mas também o papel de orientador técnico-administrativo dos agricultores. Criado para atender às demandas operacionais do Pronaf B, linha de crédito voltada aos agricultores familiares de menor renda e institucionalizada em 1999, o programa tem como público agricultores cuja principal fonte de renda é a exploração do próprio estabelecimento rural e cuja renda bruta anual

¹⁴ Apenas foram apresentados pelos entrevistados acesso ao Pronaf pelo Banco do Nordeste ou Banco do Brasil, não houve acesso por cooperativas de crédito ou outro banco.

não ultrapassa R\$ 15 mil, oriunda de atividades agrícolas ou não agrícolas (Carvalho, 2018).

O principal diferencial do Agroamigo está em sua metodologia de atuação, considerada inovadora por ir além da simples liberação do crédito, há o oferecimento de atendimento personalizado por meio de agentes de microcrédito, que acompanham os agricultores, orientam quanto à aplicação dos recursos e monitoram todo o ciclo do financiamento. Assim, esse acompanhamento contribui para uma utilização mais eficiente do crédito, reduzindo riscos e ampliando as oportunidades produtivas e sustentáveis nas unidades familiares (Carvalho; Lopes; Costa, 2023). No Nordeste brasileiro, o Agroamigo apresenta elevada relevância, tanto pelo volume de recursos destinados à agricultura familiar quanto por sua ampla capilaridade territorial, consolidando-se como um importante instrumento de inclusão produtiva e fortalecimento dos agricultores familiares da região (Carvalho; Lopes; Costa, 2023). Contudo, essa configuração também indica que muitos agricultores dependem diretamente das instituições financeiras para estruturar suas propostas de financiamento, o que, embora facilite o acesso ao crédito, pode reforçar assimetrias de poder e informação na relação entre agricultores e bancos.

Em segundo lugar, a consultoria paga é responsável por 21,74% dos projetos elaborados e, esse dado revela que uma parcela significativa dos agricultores recorre a serviços privados para viabilizar o acesso ao Pronaf, muitas vezes em função da complexidade dos projetos, bem como as exigências burocráticas ou a busca por maior agilidade no processo. Entretanto, a contratação dessas consultorias implica custos adicionais, o que pode restringir o acesso ao crédito por parte de agricultores com menor capacidade financeira, aprofundando desigualdades no interior da agricultura familiar.

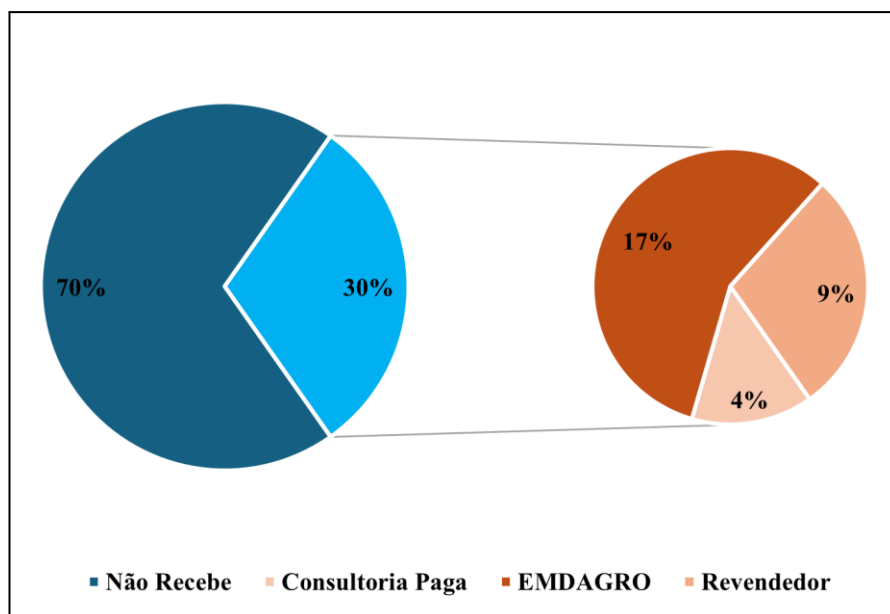
Por sua vez, a EMDAGRO¹⁵, responsável pela assistência técnica e extensão rural pública no estado de Sergipe, participa da elaboração de 17,39% dos projetos. Embora desempenhe um papel institucional estratégico na operacionalização do Pronaf, sua participação aparece de forma secundária quando comparada às instituições financeiras e às consultorias privadas. Esse resultado demonstra as limitações na capacidade de atendimento da assistência técnica pública e as dificuldades de acesso dos agricultores a esse serviço, mesmo reconhecendo a importância da EMDAGRO no apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar.

¹⁵ Presta serviço gratuito para os agricultores.

Deste modo, o gráfico evidenciou que a elaboração dos projetos do Pronaf ocorre majoritariamente fora do âmbito da assistência técnica pública, com forte protagonismo das instituições financeiras, e participação relevante do setor privado. Esse padrão reforça a dependência dos agricultores em relação aos agentes financeiros e aponta para a necessidade de fortalecimento da assistência técnica pública, de modo a ampliar o apoio técnico gratuito, reduzir custos para os agricultores e promover um acesso mais equitativo às políticas de crédito rural.

Diante disso, apresenta-se a discussão e a análise da assistência técnica no âmbito da amostra pesquisada. A Figura 31 evidencia um baixo nível de acesso à ATER entre os agricultores analisados, ao mesmo tempo em que revela a diversidade das fontes de orientação técnica entre aqueles que recebem algum tipo de acompanhamento. A Extensão Rural tem como objetivo central melhorar as condições de vida no meio rural por meio da orientação técnica e da transferência de tecnologias apropriadas aos contextos produtivos locais (Nunes; Silva; Sá, 2020). No caso da agricultura familiar, um dos principais desafios consiste em garantir a atuação integrada do tripé formado pelo acesso ao crédito, pela organização coletiva e pelo acompanhamento técnico. A ausência de articulação entre esses elementos reduz a capacidade de inovação dos agricultores, dificulta a dinamização do meio rural e contribui para a manutenção de sistemas produtivos pouco estruturados e de baixa eficiência (Nunes; Cruz; Silva, 2020). Nesse sentido, a ATER desempenha papel estratégico ao apoiar os agricultores familiares, fortalecer suas organizações coletivas e promover melhores resultados produtivos, econômicos e sociais.

Figura 31 - Acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) entre os agricultores entrevistados.



Fonte: elaborado pela autora (2025).

De forma geral, observa-se que 70% dos agricultores entrevistados não recebem qualquer tipo de assistência técnica, o que evidencia uma lacuna significativa no suporte institucional ao processo produtivo. Esse resultado é particularmente relevante, pois a ausência de ATER tende a limitar a adoção de inovações tecnológicas, o planejamento da produção, a eficiência no uso dos recursos e, sobretudo, o acesso a políticas públicas. No caso do Pronaf, essa limitação torna-se ainda mais expressiva, uma vez que o programa demanda a elaboração de projetos técnicos como condição para o financiamento. Assim, uma de suas bases estruturantes “o acompanhamento técnico”, apresenta fragilidades na prática. Conforme destacado por Carvalho (2016), o Pronaf pressupõe o acompanhamento técnico por entidades públicas e privadas, especialmente por meio dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural.

“Não. De vez em quando vem o fiscal do banco mesmo, só fiscalizar mesmo” (Entrevistado 02)

“Não, só a associação que já entregou adubo para quem quisesse pegar e eles explicavam tudo como era” (Entrevistado 19).

“Não. Eu nunca procurei, também nem eles vem. A EMDAGRO vem só quando é pra medir, fazer um CAR e aí é só isso “ (Entrevistado 22).

Entre os 30% dos agricultores que recebem assistência técnica, observa-se a atuação de diferentes agentes. Destaca-se a EMDAGRO, responsável por 17% do total de

entrevistados, configurando-se como a principal fonte pública de ATER no território estudado. Entretanto, a fragilidade desse acompanhamento decorre, em grande medida, do baixo número de técnicos efetivos e da falta de infraestrutura, o que compromete a regularidade e a abrangência das ações, resultando em atendimentos pontuais, muitas vezes por amostragem, e na precarização das condições de trabalho desses profissionais (Carvalho; Costa, 2021).

“A assistência da EMDAGRO é aquela história, você vai lá tirar uma guia e pronto e acabou” (Entrevistado 01).

“Recebi! Da EMDAGRO, os menino dá, EMDAGRO, vem sempre aqui! Que nem agora, esse projeto que eu tô fazendo lá, é com eles das laranjas que vai ser tudo irrigado” (Entrevistado 04).

“Não dá nada. Isso aí pode até complicar o os amigos que a gente da EMDAGRO aqui, né? Mas não vem, adianta dizer o que? É, não dá assistência” (Entrevistado 07).

“A EMDAGRO vem, sempre aparece para fiscalizar, para ajudar não” (Entrevistada 23).

Por outro lado, 9% dos agricultores recorrem à consultoria paga, indicando que parte dos produtores, geralmente aqueles com maior capacidade financeira, busca alternativas privadas para suprir a ausência ou insuficiência da assistência pública. Além disso, 4% recebem orientação técnica por meio de revendedores de insumos, modalidade que, embora amplie o acesso à informação, tende a estar associada a interesses comerciais, podendo direcionar as recomendações principalmente ao consumo de determinados produtos, nem sempre alinhados às necessidades específicas dos agricultores. Esse cenário reforça a necessidade de ampliação e fortalecimento das políticas públicas de ATER juntamente com o Pronaf, de modo a promover maior inclusão produtiva, sustentabilidade dos sistemas agrícolas e maior autonomia dos agricultores no processo decisório.

“Então, tem da Fonte Agrícola, eu não pago, porque eu tenho amizade com uns menino aí. E aí nós compramos os insumo lá, é que o produto dele, porque eles entendem o que é que estamos em dúvida” (Entrevistado 03).

Esse padrão revela que o acesso à assistência técnica ocorre de forma limitada, descontínua e, em muitos casos, desvinculada de uma estratégia pública estruturada. Como consequência, a ausência ou fragilidade da ATER compromete o planejamento produtivo, o uso mais eficiente do crédito e a adoção de práticas mais sustentáveis, reforçando a dependência dos agricultores em relação a soluções individuais e a

orientações de caráter comercial. Assim, os dados confirmam a ATER como um dos principais gargalos para o fortalecimento da agricultura familiar e para a ampliação dos impactos positivos do Pronaf no território analisado.

E por fim, o capítulo mostra que o Pronaf emerge como um elemento estruturante das estratégias de reprodução social, ao viabilizar o acesso ao capital produtivo e fortalecer o trabalho no interior da unidade familiar. O crédito não é apropriado como renda direta para consumo, mas como um meio para produzir, investir e garantir a continuidade da atividade agrícola. A recorrência do acesso ao programa, inclusive por diferentes membros da mesma família ao longo do tempo, amplia a capacidade de financiamento do estabelecimento e contribui para a consolidação de projetos produtivos de médio e longo prazo. A destinação prioritária dos recursos para a compra de animais, custeio da produção e investimentos em infraestrutura hídrica revela uma estratégia de fortalecimento da pecuária e de adaptação às vulnerabilidades ambientais, reforçando a resiliência das unidades produtivas.

6. A DINÂMICA DO ACESSO AO PRONAF NA REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS RURAIS DE ITABAIANINHA (SE)

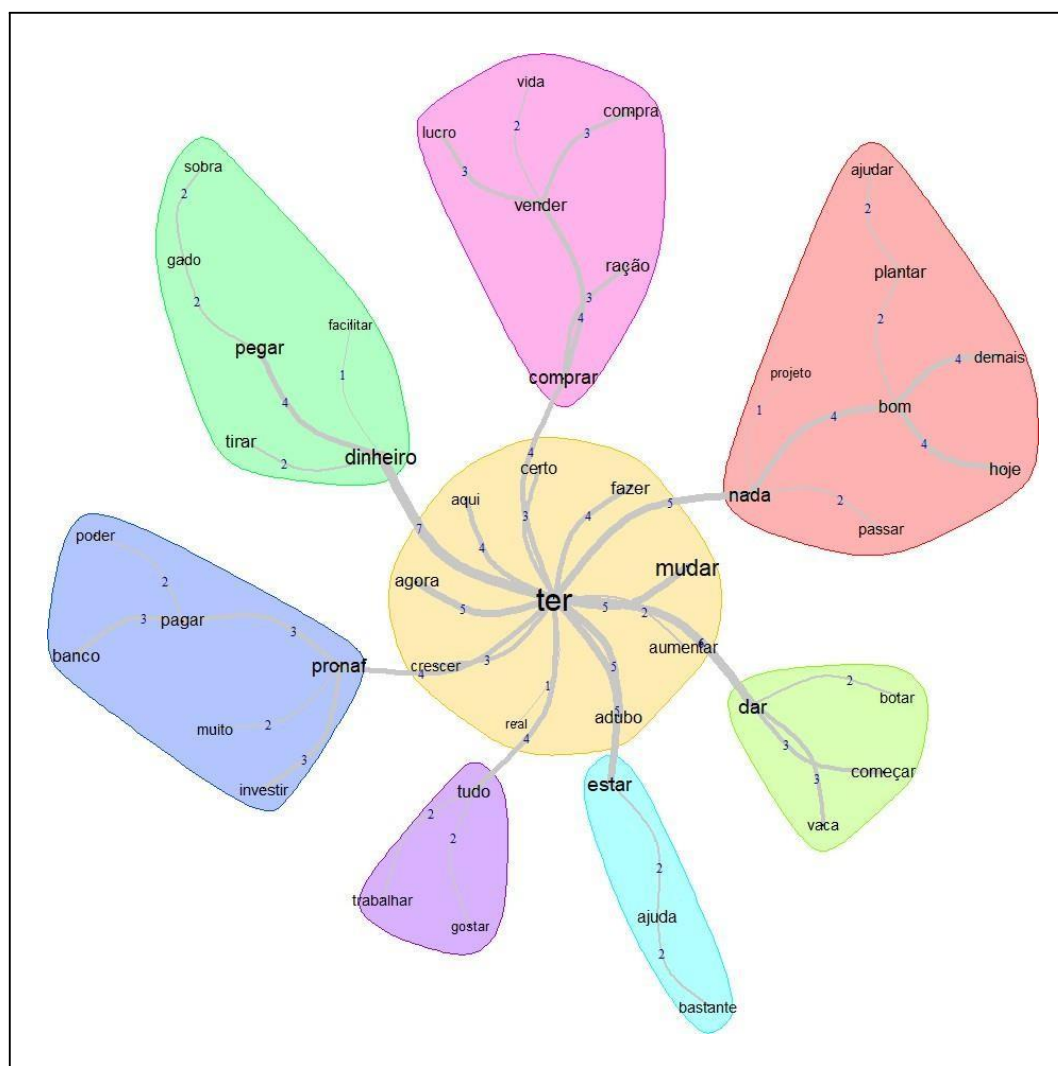
Este capítulo tem como objetivo apresentar e discutir os resultados da análise qualitativa das entrevistas realizadas com os agricultores familiares, utilizando de forma articulada a análise de conteúdo proposta por Bardin (2016) e a análise de similitude através do IRAMUTEQ. A combinação dessas abordagens metodológicas permitiu aprofundar a compreensão dos sentidos atribuídos pelos entrevistados ao acesso ao Pronaf, bem como às suas implicações na reprodução social dessas famílias.

A análise de similitude foi empregada como ferramenta complementar à análise de conteúdo, possibilitando identificar as relações de coocorrência entre os termos mais frequentes e compreender a estrutura interna do discurso dos agricultores (Souza *et al.*, 2020). Enquanto a análise de conteúdo permitiu a construção sistemática de categorias temáticas, a análise de similitude contribuiu para evidenciar os núcleos de sentido e as conexões estabelecidas entre essas categorias, reforçando a interpretação dos resultados e reduzindo a subjetividade inerente ao processo analítico (Nascimento; Menandro, 2006).

6.1 Curto Prazo

A análise de similitude referente à pergunta “Qual a influência do Pronaf na produção do estabelecimento e modificações nas práticas agropecuárias no estabelecimento?” permite compreender, de forma estruturada, como os agricultores entrevistados constroem sentidos sobre os efeitos do crédito no âmbito produtivo. O gráfico evidencia a organização do discurso a partir de um núcleo central, em torno do qual se articulam diferentes dimensões relacionadas ao uso do Pronaf (Figura 32).

Figura 32 - Análise de Similitude: Influência do Pronaf na Produção do Estabelecimento.



Fonte: elaborado pela autora (2025).

O termo “ter” ocupa posição central no gráfico, apresentando o maior número de conexões com os demais elementos do discurso. Essa centralidade indica que a influência do Pronaf é percebida, primordialmente, como a possibilidade de dispor de recursos, sejam eles financeiros, produtivos ou materiais. A partir desse núcleo, desdobram-se verbos como “mudar”, “aumentar”, “fazer” e “crescer”, sugerindo que o acesso ao crédito é interpretado como condição para promover transformações na produção e viabilizar ajustes nas práticas agropecuárias do estabelecimento, conforme exposto pelos entrevistados:

“Hoje mudou muita coisa. Você sabe o que é você não ter nada, aí começar a ter, né? Ô sistema bom, aqui agora eu tenho maquinário, é para moer, é para cortar, é para plantar tudo, até para trabalhar para os outros.” (Entrevistado 01).

“A ajuda que ele dá, que sem ele você não vai ter dinheiro para comprar o adubo, para começar. Agora você compra mais adubo, que você está garantindo ali que você recebeu uma ajuda de alguém, né?” (Entrevistado 03).

Um primeiro conjunto de associações relaciona o Pronaf ao acesso ao sistema financeiro e à capacidade de investimento, expresso pelo cluster azul que reúne os termos “pronaf”, “banco”, “pagar” e “investir”. Esse agrupamento evidencia que os agricultores reconhecem o crédito como um mecanismo formal que amplia o poder de investimento no estabelecimento, ao mesmo tempo em que impõe compromissos financeiros, como o pagamento das parcelas. Tal percepção reforça a ideia de que a influência do Pronaf na produção não se restringe à disponibilidade de recursos, mas envolve também uma relação contínua com as instituições financeiras, como destacado nas falas a seguir:

“Mudou, né? Porque aí você quando você pega essas coisas, você já tinha que ter mais responsabilidade, né? Porque você já pega tendo que pensar no pagamento, né? Aí você tem que fazer tudo certinho, né?” (Entrevistado 06).

“Mudou muito porque facilita muito, né, porque o Pronaf, ele pega aquele dinheiro, dá ali na sua mão e você vai investir. Então facilita muito para você, facilita.” (Entrevistado 09).

“Ajuda bastante, né? Pôde investir na irrigação, que aumenta a produção.” (Entrevistado 13).

O cluster verde associa os termos “dinheiro”, “pegar”, “tirar”, “gado” e “sobra”, indicando a destinação prática do crédito para atividades produtivas específicas, sobretudo ligadas à pecuária. A recorrência do termo gado sugere que parte significativa dos agricultores utiliza os recursos do Pronaf para aquisição ou ampliação do rebanho, prática já evidenciada no capítulo anterior, que repercute diretamente no aumento da produção e na geração de excedentes. Nesse sentido, o crédito aparece como elemento facilitador da intensificação produtiva e da ampliação da capacidade econômica do estabelecimento, conforme demonstram as seguintes falas:

“Você pode pegar um quintal de casa ali, gado hoje se cria em qualquer canto, pra e você plantar um plantio de palma, coisa ali, quando você pensar que não,

está com seu estabelecimento bom, seguro e paga o banco e sobra dinheiro e você vai viver.” (Entrevistado 01).

“Então, assim, foi comprado nove (gado), aí quando eu for pagar o banco daqui para lá, já chegou num tempo de vender, vai vender aqueles grandinho, compra outros menorzinho, e ali quando vender tudo que arrumar o dinheiro correto de pagar o banco o que sobrar ali é nosso, é o lucro, né? Dali você já pode fazer outra coisa, a gente pode ficar com dinheiro, pode comprar alguma coisa, pode investir até numa casa.” (Entrevistado 18).

“O benefício foi que consegui algumas cabeças de gado a mais. Mudei a ração, dou agora o concentrado, antes era só no passo mesmo, dava milho, essas coisas.” (Entrevistado 21).

A influência do Pronaf sobre as práticas agropecuárias também se manifesta no cluster vermelho, que articula os termos “plantar”, “projeto”, “bom” e “ajudar”. Esse conjunto aponta para a percepção de que o crédito, associado à elaboração de projetos, contribui positivamente para a organização da produção e para a adoção ou manutenção das práticas agrícolas. A avaliação positiva expressa pelo termo “bom” reforça a compreensão do Pronaf como um instrumento que auxilia o agricultor a planejar e executar mudanças no manejo produtivo. Contudo, a presença do termo “nada” indica que, para alguns entrevistados, o acesso ao crédito não resultou em alterações significativas nas práticas produtivas, como evidenciado na fala a seguir:

“Rapaz, assim... eu acho que não mudou nada, ficou do mesmo jeito, porque eu venho sempre comprando e vendendo, nunca acabei e sempre fazendo as coisas assim. É bom que a pessoa pega um dinheiro assim que pode até investir em outras coisas, né? Mas não tem nada demais, não. Esse projeto aí é bom demais.” (Entrevistado 22).

Além disso, observa-se a presença dos termos “comprar”, “ração”, “vender”, “lucro” e “vida” no cluster rosa, indicando a integração entre produção, mercado e melhoria das condições de vida. Esse agrupamento sugere que as modificações nas práticas agropecuárias, viabilizadas pelo crédito, repercutem não apenas na produção, mas também na comercialização e na obtenção de renda, estabelecendo uma relação direta entre investimento produtivo e melhoria das condições de vida das famílias, conforme ilustrado nas falas anteriores e nas seguintes:

“Mudou para melhor. O lucro que sobra, compra mais coisa.” (Entrevistado 14).

“Sim, comecei a vender pro PAA¹⁶. Mudou minha vida.” (Entrevistado 15).

De forma complementar, aparecem associações com os termos “trabalhar”, “gostar” e “tudo”, revelando uma dimensão subjetiva do discurso, na qual o acesso ao Pronaf e as mudanças produtivas também influenciam a percepção sobre o trabalho no estabelecimento. Essa dimensão indica que o crédito pode reforçar o engajamento dos agricultores com suas atividades, ao tornar o trabalho mais viável e produtivo, como demonstram as falas a seguir:

“Então, quando você gosta daquilo que você está fazendo, que você está no campo, cada um da gente está no quadradinho das coisas de que tem, eu acredito que tudo isso aqui é paixão, e quando você pega o dinheiro de lá, tem que gostar daquilo que faz.” (Entrevistado 03).

“E eu digo, vou modificar as coisas e diminuir o trabalho.” (Entrevistado 01).

“O lucro que a gente está trabalhando e está vendo, o lucro que é através dele. Outras também, olha a casinha, a oficina (de costura), a ração das galinhas.” (Entrevistado 04).

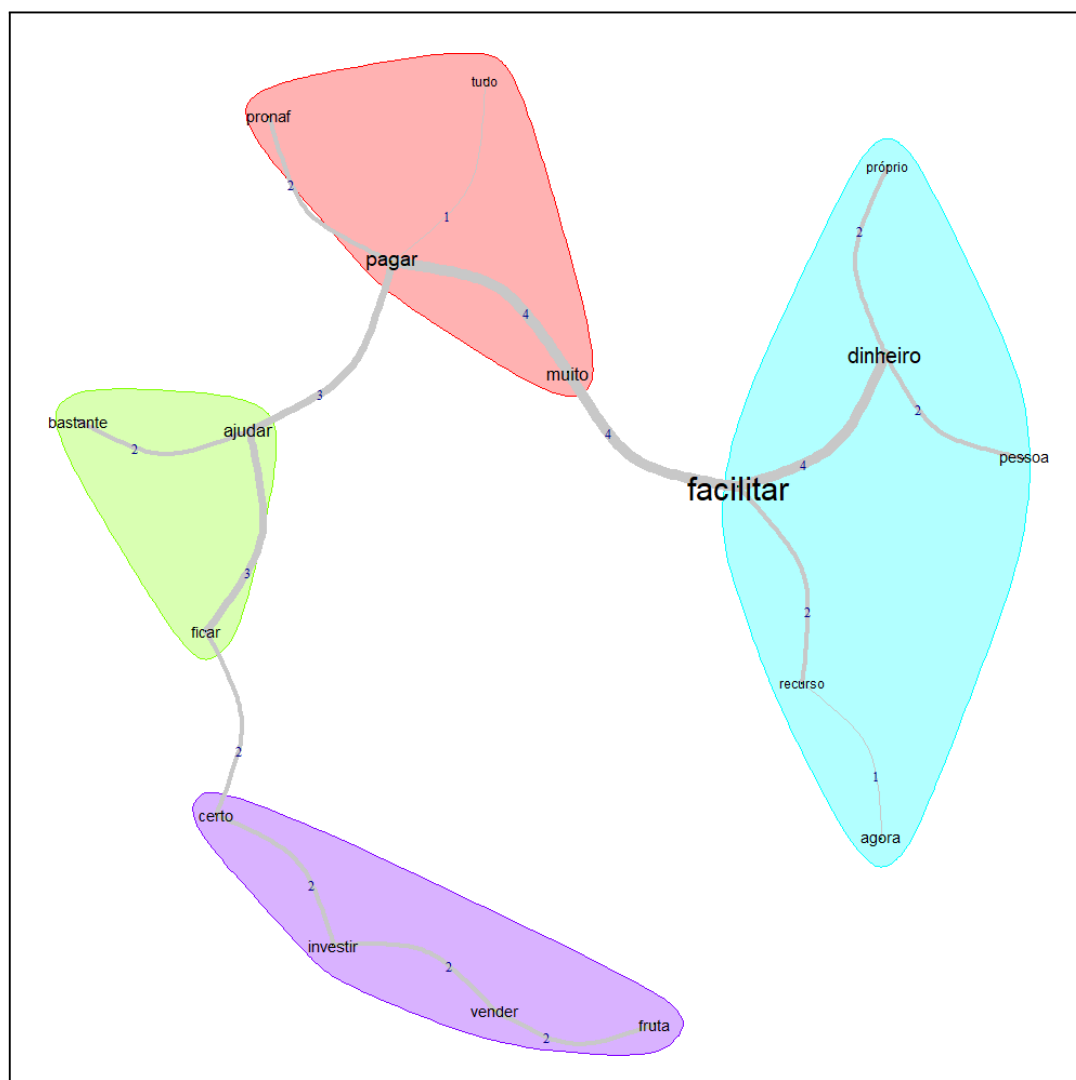
Dessa forma, os resultados da análise de similitude permitem concluir que o Pronaf exerce influência sobre a produção dos estabelecimentos familiares, sendo percebido pela maioria dos agricultores como um mecanismo central para viabilizar investimentos, promover mudanças nas práticas agropecuárias e ampliar a escala produtiva, com efeitos que se estendem à renda, à comercialização e às condições de vida no meio rural. Essa dinâmica converge com as evidências apresentadas por Gazolla e Schneider (2013), ao indicarem que o crédito favorece transformações produtivas, ainda que de forma heterogênea entre os agricultores, bem como com Mattei (2014), que destaca o fortalecimento da base produtiva e a contribuição do programa para a geração de renda e a permanência das famílias no campo. Contudo, esse processo não está isento de contradições, pois embora os agricultores percebam predominantemente os efeitos positivos do acesso ao crédito, especialmente no que se refere à viabilização da produção, à garantia de liquidez e à estabilidade no curto e médio prazo, a literatura alerta que o Pronaf pode induzir, ainda que de forma indireta, a processos de especialização produtiva

¹⁶ Programa de Aquisição de Alimentos, é uma iniciativa federal brasileira que compra alimentos da agricultura familiar, sem necessidade de licitação, para combater a fome e promover a segurança alimentar (BRASIL, 2025).

e de maior inserção mercantil (Grisa, 2012). No caso analisado, observa-se que, apesar da diversificação voltada ao autoconsumo permanecer como estratégia central das famílias, a renda monetária proveniente da venda se concentra em um conjunto restrito de produtos, notadamente o gado de corte e os citros, atividades fortemente orientadas ao mercado. Além disso, conforme evidenciado no capítulo anterior, embora os estabelecimentos mantenham uma diversidade relativamente ampla de produções destinadas ao consumo familiar, apenas sete produtos concentram a geração de renda, indicando uma inserção seletiva no mercado.

Partindo para a categoria “trabalho”, a Figura 33 apresenta a análise de similitude referente à pergunta “Qual a influência do Pronaf no trabalho da família?”, a qual permite compreender como os agricultores familiares interpretam os efeitos do crédito nas dinâmicas de trabalho e vida no interior do estabelecimento. O gráfico evidencia que essas percepções se organizam em torno de núcleos de sentido que articulam acesso a recursos, organização do trabalho e responsabilidades associadas ao financiamento.

Figura 33 - Análise de Similitude: Influência do Pronaf no Trabalho Familiar.



Fonte: elaborado pela autora.

Nesse contexto, o termo “facilitar” ocupa posição central no gráfico, indicando que a principal influência do Pronaf sobre o trabalho da família é percebida como a facilitação das atividades produtivas, sobretudo pelo acesso a recursos financeiros. O cluster azul, ao estabelecer conexões com os termos “dinheiro”, “recurso” e “agora”, sugere que o crédito proporciona condições imediatas para a realização das atividades no estabelecimento, reduzindo restrições anteriormente impostas pela falta de capital. Ao articular também os termos “dinheiro”, “próprio” e “pessoa”, esse conjunto evidencia a percepção que o Pronaf é percebido pelas famílias não apenas como uma fonte de crédito, mas como um meio de acesso a recursos próprios, capaz de ampliar a autonomia na organização do trabalho no interior do estabelecimento. O acesso ao financiamento

possibilita a aquisição de maquinários, equipamentos e insumos mais adequados, reduzindo a dependência exclusiva da mão de obra familiar e permitindo, em determinados momentos, a contratação de trabalho externo. Esse processo tem efeitos diretos sobre a dinâmica geracional, na medida em que a mecanização e a melhoria das condições de trabalho tornam as atividades agropecuárias menos penosas e mais atrativas para os jovens. A literatura aponta que a permanência da juventude rural está fortemente associada à existência de perspectivas econômicas, à redução do esforço físico e à possibilidade de modernização das práticas produtivas (Silva; Schneider, 2010; Weisheimer, 2013), conforme expresso nas seguintes falas:

“Bastante, teve. Aumentou o trabalho e facilitou.” (Entrevistado 09).

“Teve. Facilita. Porque a gente produtor nunca tem a espécie (dinheiro) para a gente trabalhar, né? E quando chega aí esses empréstimos a gente amplia mais a área, aí tem como trabalhar. Tem o dinheiro para preparar a terra e esse preparo de terra tem que ter o trator, tem que pagar, né? Aí facilitou muito.” (Entrevistado 12).

“Facilitou muito mais. Você com um dinheirinho pode comprar uma roçadeira, aí já me ajuda, não vai mais trabalhar manual, gera renda pra família, um maquinário pequeno já gera tempo, aí a gente cresce.” (Entrevistado 14).

“Facilitou. Só não estamos ficando melhor porque nós estamos ficando mais velhos, mas facilitou bastante, né? Porque agora nós já temos um recurso próprio garantido, para a gente pagar um extra, uma diária extra para ajudar no serviço.” (Entrevistado 18).

“Muito, facilitou muito. Facilitou que o trabalho da gente, trabalhar com o dinheiro é outra coisa, né? Você faz o pronaf e aquele dinheiro que você já vai pagando uma pessoa, já vai juntando o dinheiro, já vai girando, né? Facilita muito a vida da gente, você não trabalha só, você tem o dinheiro para contratar alguma pessoa, né?” (Entrevistado 23).

Outro conjunto de associações, representado pelo cluster vermelho, reúne os termos “pronaf”, “pagar”, “muito” e “tudo”. Esse agrupamento evidencia que, embora o crédito facilite o trabalho, ele também está associado a obrigações financeiras, sobretudo ao compromisso com o pagamento do financiamento, conforme já discutido anteriormente. Dessa forma, o discurso dos agricultores revela que a influência do Pronaf no trabalho da família assume uma dupla dimensão: ao mesmo tempo em que viabiliza e

dinamiza as atividades produtivas, exige maior responsabilidade, planejamento e comprometimento com o trabalho, como expresso pelos entrevistados:

“Tudo. Para nós é tudo, é você se interessar, trabalhar tem as coisas. E pagar em dias e fazer outro de novo.” (Entrevistado 01).

“Ajudou bastante. Incentiva mais as pessoas, tem interesses de ter alguma coisa. É assim, quem tem interesse de ter alguma coisa, tem que batalhar também, né?” (Entrevistado 02).

O cluster verde, que articula os termos “ajudar”, “bastante” e “ficar”, reforça a percepção positiva do Pronaf no cotidiano das famílias. Esse conjunto indica que o crédito é compreendido como um apoio significativo, contribuindo para a permanência da família no estabelecimento e para a continuidade das atividades produtivas. Nesse sentido, o Pronaf aparece como um elemento que sustenta o trabalho familiar e reduz a necessidade de buscar alternativas externas de renda, conforme evidenciado nas falas a seguir:

“Mudou, ajudou, oxe, ajudou! É menos trabalho, é? Mas é assim, a gente está trabalhando, e vendo o lucro, né? Se a gente sair daqui para trabalhar fora, que aí como é que é? Não tem como fazer o seu, o pessoal trabalhando fora e através desse projeto a gente tem o dinheiro ali trabalhando e está tirando o seu, né?” (Entrevistado 04).

“Ampliou, graças a Deus, quando a gente começou a fazer o pronaf, acho que a gente conseguiu prosperar mais, né? Porque você vai trabalhando com folga, né?” (Entrevistado 06).

Em conexão, o cluster roxo articula os termos “investir”, “vender”, “fruta” e “certo”, indicando a relação entre trabalho familiar, investimento produtivo e comercialização. Esse conjunto sugere que o acesso ao crédito permite à família investir em determinadas atividades, organizar a produção voltada à venda e, conseqüentemente, estruturar o trabalho de forma mais orientada ao mercado. Assim, o trabalho familiar passa a ser reorganizado em função das estratégias produtivas viabilizadas pelo Pronaf, como expresso na fala a seguir:

“Porque a mudança é que nem eu acabei de dizer, eu peguei e investi certinho, aí vamos dizer que eu fiz ‘X’ de valor da fruta que eu vendi naquele outro ano, né? Aí se eu não tivesse pego o dinheiro de lá, eu não tinha feito aquele valor daquela safra que eu vendi, porque o pé de fruta, não ia produzir se eu não tivesse pego

aquele investimento de lá para jogar no chão lá. Facilitou, sem dúvida, facilita.”
(Entrevistado 03).

Assim, os resultados dessa análise indicam que a influência do Pronaf sobre o trabalho da família se expressa principalmente na facilitação e na reorganização das atividades no interior do estabelecimento, ao garantir acesso a recursos financeiros que ampliam a autonomia produtiva e viabilizam investimentos estratégicos. Esse processo repercute diretamente na dinâmica do trabalho familiar, ao mesmo tempo em que fortalece a capacidade produtiva, impõe novas responsabilidades, sobretudo aquelas relacionadas ao cumprimento do financiamento, demandando maior planejamento e comprometimento. Essa evidência dialoga diretamente com Schneider (2003), ao demonstrar que o acesso recorrente ao crédito contribui para a reorganização do trabalho familiar, seja por meio de uma utilização mais eficiente da mão de obra própria, seja pela redefinição da divisão interna das atividades, reduzindo a necessidade de buscar ocupações externas. No entanto, essa reorganização ocorre de forma indissociável de uma preocupação permanente com o pagamento do crédito, aspecto especialmente relevante entre agricultores que acessam o Pronaf há muitos anos de forma contínua, assim a responsabilidade com a inadimplência torna-se um elemento intrínseco às decisões produtivas, influenciando a escolha das atividades, o ritmo dos investimentos e a organização do trabalho.

Nesse sentido, conforme destacam Delgado e Bergamasco (2017), as políticas de crédito rural, como o Pronaf, ampliam a absorção da mão de obra familiar no próprio estabelecimento e reforçam sua valorização econômica e social, mas também introduzem uma racionalidade financeira que passa a orientar o cotidiano produtivo. A busca por maior eficiência, por meio da mecanização e do uso de insumos, caminha lado a lado com estratégias voltadas à redução de riscos e à garantia do pagamento das parcelas, sobretudo em um contexto no qual a inadimplência constitui um dos principais temores associados ao acesso ao programa. Assim, o crédito não apenas reorganiza o trabalho familiar, mas também estrutura um conjunto de preocupações e responsabilidades que moldam as escolhas produtivas e a divisão do trabalho no interior das unidades familiares.

Junto à terra e ao trabalho, o capital completa o conjunto de fatores de produção que sustentam a reprodução social das famílias rurais. Nesse sentido, a Figura 34 apresenta a análise de similitude referente à pergunta “De que forma o acesso ao Pronaf

recursos, seja para produzir, investir ou garantir a reprodução da família. A partir desse núcleo, irradiam-se conexões com termos como “trabalho”, “terra”, “emprego”, “casa”, “pessoa” e “família”, sugerindo que a renda viabilizada pelo Pronaf está profundamente integrada à terra e ao trabalho, elementos centrais da reprodução social das famílias rurais. Assim, as associações revelam que o crédito não apenas amplia a renda, mas também influencia decisões relacionadas à permanência no espaço rural, às estratégias familiares de inserção produtiva e a necessidade, ou não, de buscar alternativas de renda fora da propriedade. A permanência ou dispersão dos membros da família no meio rural aparece condicionada ao perfil dos indivíduos, às oportunidades disponíveis e à capacidade da renda gerada no estabelecimento em sustentar o grupo familiar, como evidenciam as falas a seguir:

“É, acontece, eu estou aqui na roça porque eu gosto, eu sou apaixonado. Meu filhos não, porque aí também não vai ter renda para ficar todo mundo, não é? Eu estou aqui porque eu não sei fazer outra coisa, mas a pessoa que está estudando, ele já tem outro olhar, outros pensamentos, né? Aí começa a se espalhar, não vem para cá, né? Todo mundo tem que se espalhar porque se der errado numa coisa, a outra conserta, né?” (Entrevistado 3).

Ao mesmo tempo, o discurso evidencia que o acesso ao crédito proporcionou às famílias a possibilidade de continuar percebendo a terra como patrimônio e como uma estratégia central de geração de renda e trabalho, reforçando o vínculo econômico e simbólico com o estabelecimento rural. A renda gerada no próprio estabelecimento cria condições para que o trabalho familiar se afirme como forma legítima de ocupação e sustento, reduzindo a necessidade de inserção em empregos externos e fortalecendo a permanência no meio rural. Essa dinâmica dialoga com Wanderley (2009), ao destacar a terra como base material e simbólica da reprodução social da agricultura familiar, e com Ribeiro e Perondi (2018), que ressaltam que o acesso a políticas públicas, como o crédito rural, contribui para a revalorização do estabelecimento enquanto espaço produtivo e de trabalho. Nessa perspectiva, o Pronaf atua como elemento mediador que permite às famílias manter a terra como patrimônio ativo, articulando produção, renda e vida cotidiana, e reforçando o sentido do estabelecimento rural como espaço de trabalho, renda e vivência, e não apenas como local de residência.

No cluster vermelho, articulado em torno do termo “renda”, aparecem associações com “pronafe”, “investir”, “aumentar”, “crescer” e “pagar”. Esse conjunto indica que os agricultores entendem o Pronaf como um instrumento que possibilita a ampliação da renda por meio do investimento produtivo, ainda que essa ampliação esteja condicionada ao cumprimento de compromissos financeiros. A presença do termo “pagar” novamente evidencia que a renda está diretamente associada à necessidade de planejamento, gestão e responsabilidade, sobretudo para aqueles cuja renda familiar provém majoritariamente do lucro gerado pelos investimentos financiados pelo programa. Assim, manter um bom relacionamento com a instituição financeira e evitar a inadimplência aparece como condição fundamental para a continuidade da renda e da atividade produtiva, conforme expresso na fala a seguir:

“A forma que o pronafe ajudou a gente é porque a gente compra, aí bota um porco, um garrote na engorda, a gente vai tirando e guardando aquele dinheiro para multiplicar, tirar o do banco e a gente fica com o que tem, que é a renda que sobra. Porque eu como dona de casa não tenho como procurar um emprego, porque se tivesse a gente ia, a verdade é essa” (Entrevistada 19).

Outro núcleo relevante é o cluster verde, organizado em torno do termo “dinheiro”, que se conecta a palavras como “ajudar”, “dar”, “ganhar”, “investimento”, “família” e “complemento”. Esse agrupamento sugere que o crédito do Pronaf é compreendido pelas famílias não como um recurso para consumo ou para finalidades externas à produção, mas como um meio para viabilizar a geração de renda no próprio estabelecimento. Os agricultores destacam que, ao dispor de recursos para a aquisição de insumos e para a manutenção do ciclo produtivo, torna-se mais fácil produzir de forma contínua e eficiente, reduzindo a necessidade de buscar trabalho fora da unidade produtiva. Nesse sentido, o crédito não substitui o trabalho, mas cria as condições materiais para que ele possa ser realizado no interior da propriedade.

Mesmo entre aqueles que não conseguem se dedicar integralmente ao estabelecimento, seja em função do tamanho da área, do número de dependentes ou da necessidade de combinar atividades, o acesso ao Pronaf contribui para minimizar situações de escassez e ampliar a capacidade produtiva, reforçando o papel do estabelecimento como fonte central de renda. A associação com o termo “ficar” reforça a interpretação de que o Pronaf favorece a permanência da família na propriedade, ao

possibilitar que a renda seja construída a partir da produção agropecuária, diminuindo a dependência de atividades assalariadas externas e fortalecendo a terra como espaço de trabalho, renda e reprodução social, como evidenciado nas falas:

“Facilitou mais né, sempre com dinheiro, sempre fica mais fácil da pessoa estar com as coisas, sem dinheiro é difícil. Não, sempre precisa, porque a gente não trabalha só pra gente, tem que ganhar um dinheirinho fora pra dar uma ajuda” (Entrevistado 22).

“Eu acho que sem o pronaf eu teria que procurar trabalho fora” (Entrevistado 23).

O cluster azul, centrado no termo “trabalhar”, articula-se com palavras como “lucro”, “poder” e “sim”, indicando uma percepção positiva quanto à relação entre o trabalho realizado no estabelecimento e a geração de renda. Esse conjunto evidencia que, ao viabilizar investimentos e melhorar as condições produtivas, o Pronaf permite que o trabalho desenvolvido na própria unidade produtiva seja suficiente para sustentar a renda familiar e ter lucratividade. Dessa forma, o crédito fortalece a autonomia econômica, gerando sensação de poder, dos agricultores e reduz a dependência de fontes externas de rendimento, conforme ilustram os depoimentos:

“Acrescenta a renda, então assim, é muito bom. Porque não adianta a gente tirar e não ter renda, porque aí a gente não ta fazendo nada” (Entrevistado 20).

“Aí é uma coisa mais certa, é isso aí. Que posso ficar cuidando do meu, não preciso trabalhar nas coisas dos outros, antes plantava uma tarefa de milho, agora consigo plantar 10. O pronaf ele fez nós que era empregado virar patrão” (Entrevistado 15).

Complementarmente, o cluster amarelo, que conecta o núcleo central a termos como “agora”, “hoje”, “melhor”, “oportunidade” e “aumento”, sugere que os efeitos do Pronaf sobre a renda são percebidos como concretos e imediatos, impactando diretamente a capacidade da família de se manter economicamente no presente. Essa dimensão temporal indica que o crédito não apenas contribui para ampliar a renda, mas também oferece maior previsibilidade e segurança financeira no curto prazo, como evidenciam as falas:

“Muito viu...ganhavam ali pouquinho e agora aumentou. É porque as galinhas, um exemplo, as galinha, que me dá por semana, 400 reais livre, por semana”

(Entrevistado 4).

“É tem um pouquinho de mais oportunidade para ter mais alguma coisa no poder, ter um gado e investir, entendeu?” (Entrevistado 21).

Por fim, o cluster roxo, associado a termos como “roça”, “criar” e “Deus”, reforça a ligação entre renda e as atividades produtivas desenvolvidas no interior do estabelecimento. Esse núcleo evidencia que a geração de renda permanece ancorada no trabalho agrícola e nas estratégias produtivas familiares, reconhecendo, ao mesmo tempo, as incertezas inerentes à atividade rural, fortemente dependente de fatores externos. Nesse contexto, a fé e a expectativa de prosperidade da roça emergem como elementos simbólicos centrais que acompanham e orientam as decisões produtivas das famílias, articulando dimensões econômicas, culturais e morais da vida rural. A literatura sobre agricultura familiar e campesinato destaca que as escolhas produtivas não se baseiam exclusivamente em cálculos econômicos racionais, mas são profundamente atravessadas por valores, crenças e projetos de vida construídos socialmente (Wanderley, 2009; Schneider, 2003). A fé, nesse sentido, opera como um recurso simbólico de enfrentamento das incertezas inerentes à atividade agropecuária, especialmente em contextos marcados por riscos climáticos, instabilidade de preços e limitações estruturais, conforme exposto nas falas:

“Ah, como eu disse a você, tipo, a gente não trabalha com capital mais livre. Você não trabalha, tipo, você sabe como é roça, né? Roça, tipo, tem uma época que dá boa, tem época que não dá. Aí tipo, é incerto. Aí, tipo, você tendo esse investimento extra, você tem como ter um giro maior das coisas, né? Uma folga” (Entrevistado 6).

“Foi investimento do da irrigação, né? Agora produz no verão no inverno Deus me dá a benção, né? Aí no verão faz na irrigação, e consegue continuar? Ajuda muito, é como dizem ‘se não puder ir trabalhar pra si vai trabalhar para os outros, não é?’ Você já tem o seu de trabalhar com sua terrinha, né? Fica na sua terrinha. Aí com o investimento dá para tirar o lucro” (Entrevistado 13).

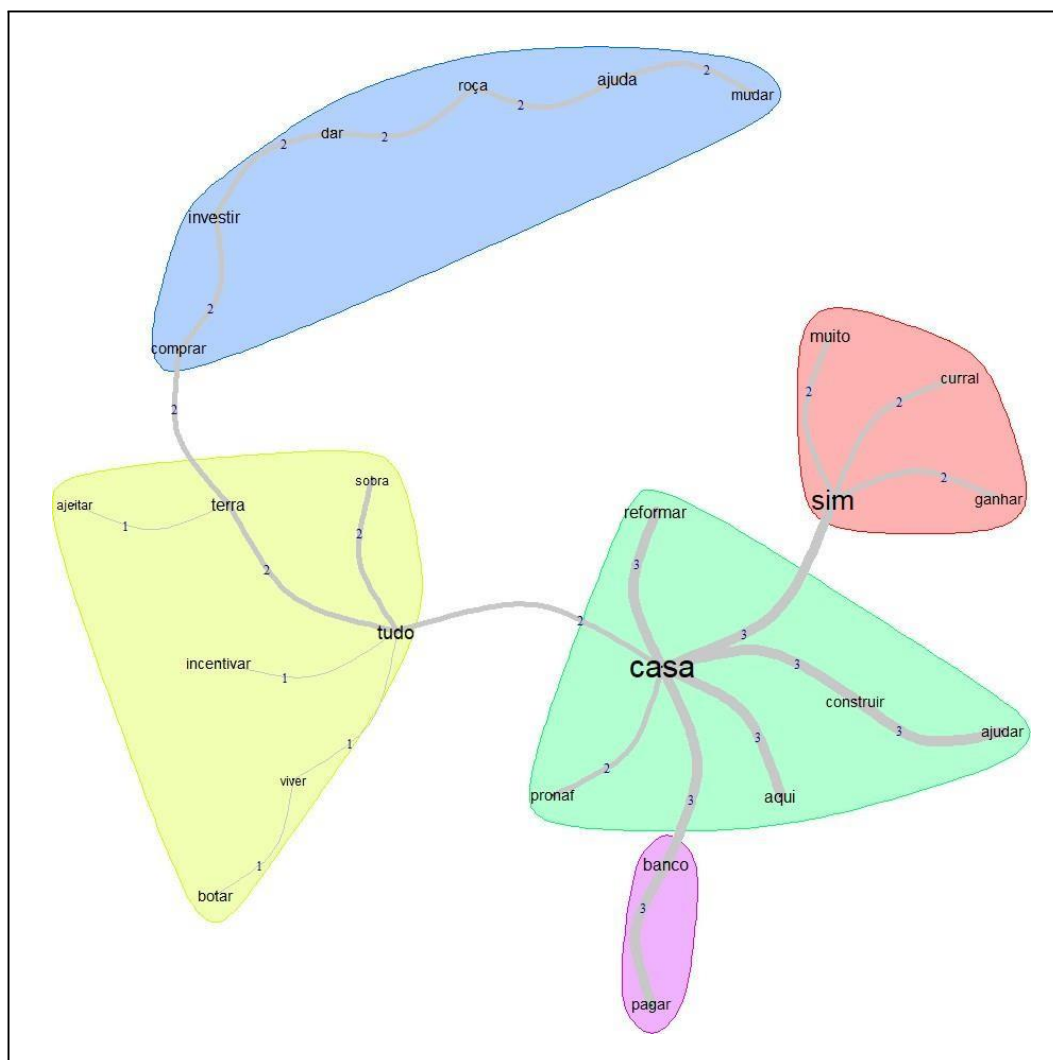
De modo geral, o gráfico revela que o acesso ao Pronaf está fortemente associado à reorganização das estratégias de renda, trabalho e permanência no estabelecimento, indo além de um efeito estritamente monetário. A centralidade do termo “ter”, articulado a palavras como trabalho, renda, roça, dinheiro e ficar, indica que o crédito é percebido como condição para dispor de meios produtivos, isto é, ter insumos, animais, equipamentos e recursos mínimos que viabilizam o funcionamento cotidiano do

estabelecimento. Assim, os dados do gráfico reforçam que o acesso ao Pronaf influencia a renda familiar sobretudo ao viabilizar investimentos produtivos, ampliar a autonomia financeira e fortalecer o trabalho na propriedade, reduzindo a dependência de rendas externas. Esse conjunto de evidências confirma que políticas produtivas, em especial o crédito rural, desempenham papel decisivo na elevação da renda rural e no fortalecimento das estratégias de reprodução social da agricultura familiar, não apenas pelo volume de recursos disponibilizados, mas pela forma como esses recursos são incorporados ao cotidiano produtivo das famílias (Kageyama, 2008).

6.2 Longo Prazo

Partindo para as análises de longo prazo, a Figura 35 apresenta a análise de similitude referente à pergunta “Após o acesso ao Pronaf houve mudança no patrimônio da família? De que forma? Essas mudanças na estrutura da propriedade com o acesso ao Pronaf incentivaram os membros da família a permanecerem na agricultura?”. O gráfico evidencia que as percepções dos agricultores se organizam em torno de núcleos lexicais associados, sobretudo, aos termos “casa”, “sim”, “tudo” e “investir”.

Figura 35 - Análise de Similitude: Influência do Pronaf no Patrimônio.



Fonte: elaborado pela autora (2025).

O termo “casa” ocupa posição central no gráfico, funcionando como eixo estruturador do discurso. Sua centralidade indica que as transformações patrimoniais associadas ao Pronaf são percebidas, prioritariamente, na melhoria da moradia e da infraestrutura familiar, elementos diretamente ligados às condições de vida no meio rural. A partir desse núcleo, estabelecem-se conexões com termos como “construir”, “reformar”, “ajudar”, “aqui” e “pronaf”, sugerindo que o crédito possibilitou investimentos diretos na residência e em estruturas de apoio à vida familiar e produtiva no próprio estabelecimento, reforçando o vínculo da família com o espaço rural. Essas percepções ficam evidentes nas seguintes falas:

“Teve. Aqui não, né? (casa da mãe). Mas lá já fiz essa oficina (de costura) através do projeto e tem a casa que vou acabar de reformar. Que estou ganhando por dia.” (Entrevistado 04).

“Sim. O maquinário, né? A gente conseguiu adquirir mais terra. Mais animal também, né? Essas coisas.” (Entrevistado 06).

Em conexão com esse núcleo, o cluster vermelho, articulado em torno do termo “sim”, associa-se a palavras como “muito”, “ganhar” e “curral”, indicando uma percepção majoritariamente positiva quanto às mudanças patrimoniais. Esse agrupamento evidencia que os agricultores reconhecem ganhos expressivos tanto na estrutura produtiva, como a construção ou melhoria de currais, quanto no patrimônio como um todo, reforçando a ideia de que o Pronaf contribui para a valorização do estabelecimento rural e para o fortalecimento das condições de produção, como expresso nas falas a seguir:

“Teve um pouco, teve. Benfeitorias, a gente conquistou mais coisas, né? É, eu comprei mais terrenos, mais terra um pouco. Incentivou. Investir no que está dando resultado né, está dando certo.” (Entrevistado 09).

“Sim, reformei cerca, curral.” (Entrevistado 07).

Outro conjunto relevante é o cluster azul, que reúne os termos “investir”, “comprar”, “dar”, “roça”, “ajuda” e “mudar”. Esse agrupamento sugere que as mudanças patrimoniais não se restringem à moradia, mas se estendem aos investimentos produtivos realizados na roça, como aquisição de bens, melhorias estruturais e reorganização da propriedade. O crédito aparece, assim, como um meio que possibilita mudanças graduais e acumulativas no patrimônio, articulando produção e reprodução social, conforme relatado pelos entrevistados:

“Teve. Está tendo, né? Está tendo assim no patrimônio aqui não, mas a gente comprou fora, entendeu? A gente comprou terra, a gente comprou terra fora. A gente comprou o tipo, dos ganhos, do que sobra a gente tira, ajeita o curral, ajeitou uma área aqui no fundo para a gente, tudo foi disso aí. Investir o dinheiro que foi sobrando.” (Entrevistado 11).

O cluster amarelo, centrado nos termos “tudo” e “terra”, com associações a palavras como “sobrar”, “viver”, “incentivar” e “botar”, reforça a compreensão de que as transformações patrimoniais são percebidas de forma abrangente, afetando diferentes

dimensões da vida familiar. Esse conjunto indica que as melhorias na propriedade contribuem para tornar a terra um espaço viável de vida e trabalho, incentivando a permanência da família na agricultura, sobretudo quando há excedentes e melhores condições de subsistência, como evidenciam as falas:

“Sim, contribuiu mais um pouquinho, eu não tinha quase nada, mas rendeu alguma coisa, né? É, é isso, curral é, tem sim. Sim, sim, incentivou.” (Entrevistado 22).

“Mudou a roça, que ajuda muito, né? Que a pessoa tem o resultado vai, né? Vai crescendo mais, porque você vai ter o resultado no verão, né?” (Entrevistado 13).

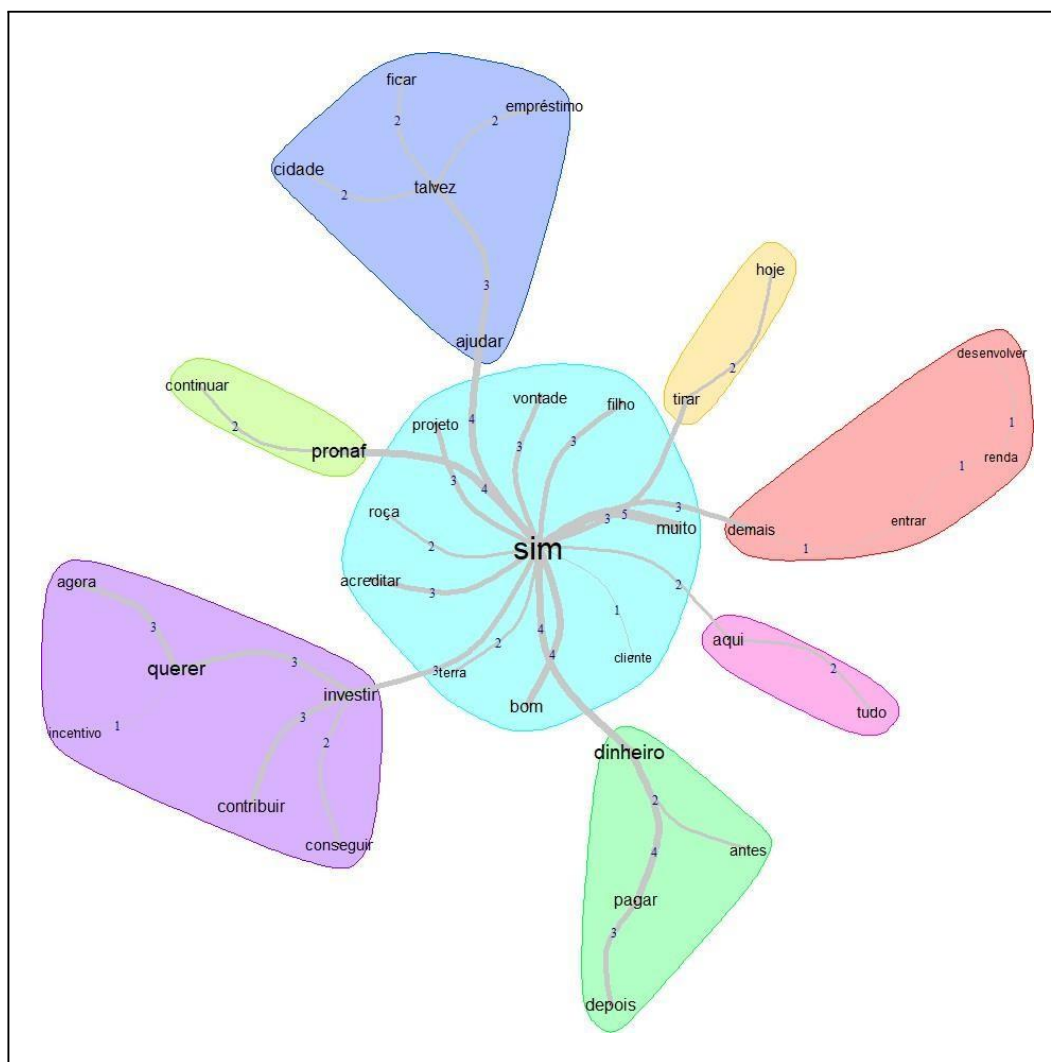
De forma complementar, observa-se o cluster roxo, que articula os termos “banco” e “pagar”, evidenciando que as mudanças patrimoniais também estão associadas, novamente, aos compromissos financeiros. Esse agrupamento reforça que os avanços no patrimônio, embora positivos, exigem planejamento, responsabilidade e a manutenção de um vínculo contínuo com as instituições financeiras, aspecto já recorrente nas análises de curto prazo, como destacado na fala a seguir:

“Sim, melhorou tudo, de mudança. Sim, porque que tem uma casa ruim passou por uma boa. Através da sobra do pronaf, porque tem sobra. E aí quando tem as sobra, você vai investir em outra coisa. Você não vai curtir, vai investir.” (Entrevistado 01).

Em síntese, a análise de similitude indica que o acesso ao Pronaf desencadeou mudanças patrimoniais relevantes nos estabelecimentos familiares, sobretudo no que se refere à melhoria da moradia, à ampliação da infraestrutura produtiva e às condições gerais da propriedade. Tais transformações reforçam o vínculo das famílias com o meio rural e atuam como fator de estímulo à permanência na agricultura, ao mesmo tempo em que incorporam novas responsabilidades financeiras às estratégias de reprodução social no longo prazo. Esses achados convergem com Buainain *et al.* (2014), ao evidenciarem que políticas de crédito como o Pronaf favorecem a capitalização dos estabelecimentos familiares, refletindo-se diretamente na infraestrutura, na qualidade da moradia e na valorização do patrimônio rural, reafirmando o programa como um instrumento estruturante da vida e do patrimônio no campo.

Uma segunda análise relevante refere-se à pergunta “O acesso ao Pronaf contribui para as futuras gerações da família? Seus filhos ou outros membros da família demonstram interesse em continuar no meio rural? Você acredita que o Pronaf pode contribuir para a sucessão rural na sua família?”, permitindo compreender como os agricultores articulam suas percepções sobre sucessão rural, permanência no campo e perspectivas intergeracionais a partir do acesso ao crédito (Figura 36).

Figura 36 - Análise de Similitude: Atuação do Pronaf na Sucessão Rural.



Fonte: elaborado pela autora (2025).

No gráfico de similitude, o termo “sim” ocupa posição central, funcionando como eixo estruturador do discurso. Essa centralidade indica que, de modo geral, os agricultores reconhecem o Pronaf como um fator positivo para as futuras gerações,

associando-o à possibilidade de continuidade das atividades no meio rural. A partir desse núcleo central, irradiam-se conexões com termos como “filho”, “vontade”, “roça”, “terra”, “bom” e “dinheiro”, sugerindo que a sucessão rural é compreendida como um processo que depende simultaneamente do interesse das novas gerações e das condições materiais e produtivas oferecidas pela propriedade.

Entretanto, essa percepção positiva é atravessada por elementos de incerteza, evidenciados no cluster azul, que reúne os termos “cidade”, “ficar”, “empréstimo” e “talvez”, articulados ao verbo “ajudar”. Esse agrupamento revela que, embora o Pronaf seja percebido como um mecanismo de apoio, a decisão sobre a permanência das futuras gerações no meio rural não é garantida. As falas a seguir expressam essa ambivalência, marcada pela indefinição quanto aos projetos de vida dos filhos e às limitações de acesso ao crédito:

“Talvez, talvez não, sei lá. Acho que sim, que ela tem o mesmo gosto que eu. Mas tem gente que os pensamentos não são iguais, não é? Possa até que mais tarde mude. Agora ela disse que vai estudar pra ser policial, outra hora disse que quer ser enfermeira. Quem vai saber cabeça de criança?” (Entrevistado 02).

“Talvez futuramente, né, que a gente não sabe, né? Se tivesse como ele fazer empréstimo, teria uma ajuda bastante para eles, mas infelizmente tem a carteira assinada, às vezes não consegue esse empréstimo.” (Entrevistado 14).

Em contraste com essa dimensão de incerteza, o cluster verde-claro associa diretamente o termo “pronaf” a “continuar”, reforçando a compreensão do programa como um instrumento que estimula a permanência da família na atividade agrícola. Nesse sentido, o crédito aparece como um elemento que contribui para manter a roça ativa e economicamente viável, criando condições objetivas para que as futuras gerações considerem permanecer no meio rural, conforme evidenciam as falas a seguir:

“Sim, eu acho. Meus filhos continuam, tenho uma filha no povoado da Terra Vermelha, que já cria novilha e faz projeto, aí ela já está fazendo com o esposo dela.” (Entrevistada 20).

“Vão continuar, mostrou interesse de todo mundo. Acredito no que ele vem fazendo. O cliente cumprindo o certo, você vai ter o pronaf para o resto da vida, né? Eles dão continuidade, vão dar continuidade, porque eles já estão lá dentro, são clientes. Quando você é cliente de uma coisa você já tem prioridade, né?” (Entrevistado 01).

Outro núcleo importante é representado pelo cluster roxo, que articula os termos “querer”, “investir”, “conseguir”, “contribuir” e “incentivo”. Esse agrupamento aponta para uma dimensão prospectiva do discurso, na qual a sucessão rural está associada à capacidade de investimento e à modernização das condições de trabalho. As falas indicam que o interesse das novas gerações está condicionado à possibilidade de tornar a atividade menos penosa e mais atrativa, o que reforça o papel do Pronaf como incentivo, embora não seja um fator isolado:

“Hoje em dia as pessoas não querem ir para o campo para botar a mão, na hoje em dia já querem um trator pra não trabalhar tanto no pesado, aí muita gente vai pra outra coisa, pra cidade.” (Entrevistado 15).

“Sim, ajudou muito, porque sem o pronaf, às vezes um tinha ido para São Paulo outro tinha ido pra cidade né? É, eles tinha procurado outros meios, né? Aí ajudou demais.” (Entrevistado 23).

“Eu acho que contribui. Que quando eles estiverem de maior eles vão fazer igual a gente, vão criar, vão investir. Os meus eu acredito que queiram ficar aqui, só que tipo, não sei se eles vão pensar como a gente, né? De que eles vão ficar aqui, eu acho que eles vão querer algo melhor.” (Entrevistada 24).

O cluster verde, centrado no termo “dinheiro” e associado a “pagar”, “antes” e “depois”, evidencia que a percepção sobre a sucessão rural também está relacionada à experiência com o crédito ao longo do tempo. A capacidade de acessar o financiamento, utilizá-lo adequadamente e cumprir os compromissos assumidos influencia diretamente a avaliação sobre o futuro da propriedade e sua atratividade para as próximas gerações:

“Acho que sim. Eu acho que o pronaf para mim, não tem o que reclamar, é saber usar. Talvez usar e aplicar o dinheiro no lugar correto.” (Entrevistado 11).

“Um pouquinho, né, nega, mas não muito. Porque nós aqui tem pouco, faz sempre pouco, é que nós pode pagar. Quando eu pagar, com fé em Deus e vou renovar pra eles.” (Entrevistada 16).

Por fim, o cluster vermelho, que associa os termos “desenvolver”, “renda” e “entrar”, reforça a compreensão de que o acesso ao Pronaf contribui para o desenvolvimento da propriedade e, conseqüentemente, para a geração de renda. Essa dinâmica aparece como condição fundamental para que a sucessão rural seja considerada

viável, uma vez que a permanência dos jovens no campo está diretamente ligada à capacidade da atividade agrícola de gerar retorno econômico e perspectivas de futuro:

“Ah minha irmã, porque fez a gente desenvolver o trabalho, quando desenvolve o trabalho, entra a renda. Aí quando entra a renda, né? Você desenvolve, né, as coisas. Sabe o que você não ter renda nenhuma? E hoje vocês chegarem e ter um pronaf.” (Entrevistado 01).

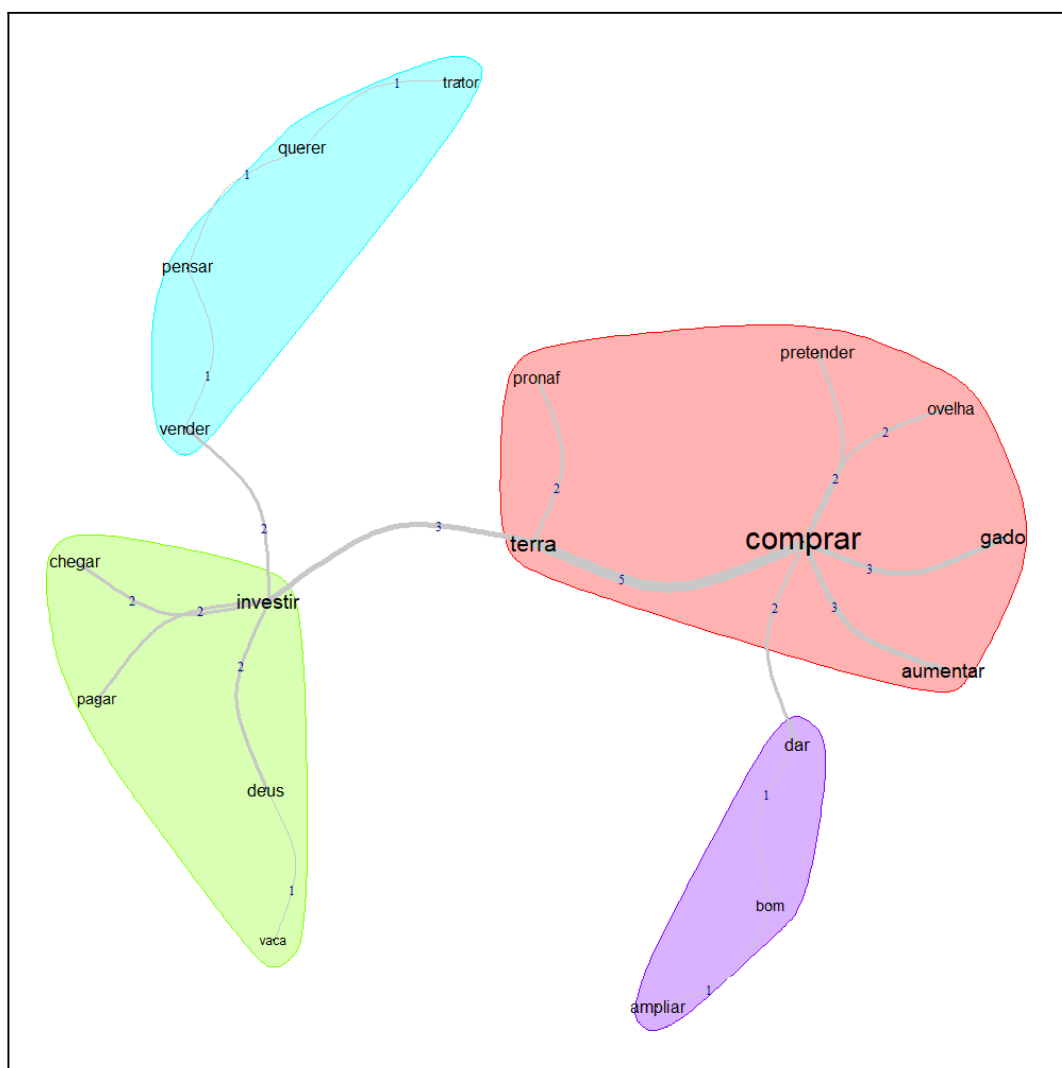
De forma complementar, os pequenos agrupamentos que incluem termos como “hoje”, “tirar”, “aqui” e “tudo” indicam que as decisões sobre a sucessão rural estão ancoradas no presente, a partir das condições atuais da propriedade e da experiência com o Pronaf. Isso reforça que a sucessão rural não é percebida como um projeto distante, mas como um processo construído no cotidiano, a partir dos resultados efetivos do crédito no interior do estabelecimento familiar.

Dito isto, a análise de similitude evidencia que os agricultores reconhecem o Pronaf como um importante apoio à sucessão rural, na medida em que contribui para a melhoria das condições produtivas, para a geração de renda e para a manutenção da atividade agrícola no estabelecimento. Conforme destacam Abramovay *et al.* (2001), a permanência das novas gerações no campo está fortemente associada à capacidade econômica da unidade produtiva, sendo o acesso a políticas como o Pronaf um elemento que torna a sucessão mais viável ao ampliar as possibilidades de reprodução econômica da família. Nesse mesmo sentido, Weisheimer (2009) demonstra que a melhoria das condições de trabalho e renda no estabelecimento familiar, frequentemente vinculada ao acesso ao crédito, exerce influência positiva sobre as decisões dos jovens quanto a permanecer ou não no meio rural.

Entretanto, o discurso dos agricultores também revela que a sucessão rural não depende exclusivamente do acesso ao crédito, mas de um conjunto mais amplo de fatores, como o interesse dos filhos, as oportunidades existentes fora da propriedade e a capacidade do estabelecimento de oferecer perspectivas econômicas sustentáveis no longo prazo. Como ressalta Carneiro (2008), a sucessão é atravessada por transformações nos projetos de vida da juventude rural, fortemente influenciadas pela urbanização, pela ampliação da escolarização e pelas oportunidades no mercado de trabalho urbano, o que relativiza os efeitos diretos do Pronaf. Além disso, Stropasolas (2011) argumenta que a ausência de políticas específicas voltadas à juventude rural limita o alcance de programas

produtivos, reforçando a compreensão de que o Pronaf constitui uma condição necessária, mas não suficiente, para assegurar a sucessão rural no âmbito familiar.

Figura 37 - Análise de Similitude: Perspectivas Futuras na Utilização do Pronaf.



Fonte: elaborado pela autora (2025).

O termo “comprar” ocupa posição central no gráfico e estrutura o discurso dos agricultores, indicando que as perspectivas futuras em relação ao crédito estão fortemente associadas à aquisição de bens produtivos e à ampliação da base material do estabelecimento. As conexões com termos como “terra”, “gado”, “ovelha” e “aumentar” revelam que o Pronaf é projetado como um meio de expandir a área produtiva e intensificar, sobretudo, as atividades pecuárias, atribuindo à terra um papel estratégico no futuro da propriedade e ao fortalecimento do rebanho uma forma de ampliar a escala produtiva. Nesse contexto, a presença do termo “pretender”, articulado ao crédito, indica que tais escolhas ainda se situam no plano das expectativas, mas expressam projetos concretos de investimento condicionados ao acesso e à continuidade do financiamento, conforme evidenciam as falas dos entrevistados:

“Pretendo aumentar a produção, comprar mais Terra, mais animais. Fazer uma nova produção.” (Entrevistado 10).

“Comprar gado, né? Para trabalhar, né? Para plantar, tem planos mas não da pra fazer tudo, tem que ver qual é o melhor.” (Entrevistado 12).

“Rapaz, juntamos para comprar um pedacinho de Terra também para nós, né?” (Entrevistado 13).

“Comprar mais ovelha, porque aqui vai tentando criar, né? Com o pasto lá na roça, a gente compra e coloca lá.” (Entrevistada 6).

Em diálogo com esse eixo central, destaca-se o cluster verde, articulado em torno do termo “investir”, associado a palavras como “pagar”, “chegar”, “vaca” e “Deus”. Esse agrupamento sugere que as perspectivas futuras de investimento estão condicionadas à capacidade de cumprir os compromissos financeiros assumidos. O discurso revela uma preocupação recorrente com o pagamento do crédito como etapa necessária para viabilizar novos financiamentos, além de expressar uma dimensão simbólica de incerteza e esperança, evidenciada pela referência à fé, comum no contexto das decisões no meio rural:

“Ave Maria, neste momento é investir mais ainda, né? Fazer um sítio, o futuro a Deus pertence. Quando você vive, tem esperança, vai ajudar sua filha, o genro, filho. ‘Aqui, seu pedaço de terra está aí, pronto, jogue fora se quiser’. Meu pai morreu com 74 e minha mãe morreu com 86 anos, eu moro no que é deles. Por

esse negócio (prona), já vim comprando peço de Terra, herança, é onde eu estou hoje.” (Entrevistado 07).

“Rapaz....para futuramente eu sei que a gente vai trabalhar, investir, né? Até chegar um ponto que eu acho que não vai ser mais necessário acessar mais o prona, não é? A gente trabalha para isso, pra poder ter um caixa para poder girar. Eu acho que compraria mais Terra.” (Entrevistado 09).

“Investir, cada dia que se passar a investir e pagar as parcelas. Quando chegar as parcelas de pagar, pagar certinho.” (Entrevistado 03).

Outro conjunto relevante é o cluster azul-claro, que reúne os termos “pensar”, “querer”, “trator” e “vender”. Esse agrupamento indica que parte das perspectivas futuras envolve a modernização do trabalho agrícola, especialmente por meio da mecanização, ao mesmo tempo em que considera a reorganização dos ativos existentes. Trata-se de uma projeção que combina planejamento, desejo e adaptação da estrutura produtiva às exigências do trabalho no campo:

“Rapaz, já é para mim ter comprado um trator. O que falta aqui em casa é uma máquina de trator, entendeu? Que trator de não sei quantos mil não vou comprar não, entendeu? Tenho vontade, mas não quero fazer isso. Quero comprar um eu que eu faça a minha faxina. Precisava passar uma gradezinha, como eu quero fazer o sítio, aí com meu trator, aí sim, eu posso fazer um sítio. Só está faltando isso aqui, um trator.” (Entrevistado 11).

“A associação aqui clama muito por um trator, né? Porque precisava muito de um trator aqui pra facilitar mais o manejo, né? A mão de obra da das roças vindo para a associação ele vai fazer o trabalho de todo mundo daqui, tipo, estou precisando hoje fazer minha roça, aí ele vai fazer meu trabalho e amanhã vai para o seu.” (Entrevistado 09).

De forma complementar, o cluster roxo, articulado em torno dos termos “dar”, “bom” e “ampliar”, reforça a avaliação positiva do crédito como um instrumento capaz de promover melhorias graduais e acumulativas no estabelecimento. Esse agrupamento sugere que os agricultores percebem o Pronaf como um meio que “dá condições” para ampliar a produção, fortalecer o patrimônio e melhorar o desempenho econômico da propriedade no médio e longo prazo:

“Ampliar mais, não é? Que nem eu falei nestante, ajeitar primeiramente as cercas, depois, fazer um curral para não está dependendo do curral dos outros.” (Entrevistado 02).

“Ampliar mais a empresinha de costura. As galinhas já vou botar um mais. Fazer o galpão ali e vou botar para chegar nem que seja 500 galinha. A laranja vai aumentar, já ta lá no fundo, já vai em 100 pé. Por enquanto é 100, eu quero chegar nem que seja em 1000 pé.” (Entrevistado 04).

“É que assim, eu estou pensando agora que estou completando 60 anos, aí eu acho que eu vou me aposentar e aí eu sempre vou ficar fazendo assim, porque eu vou ver se vai crescer mais, né? Porque eu gosto de criar, nunca vou deixar de criar e sempre vai favorecer mais um pouco, né? Nada desse negócio de trabalhar 2 dias, 3 por semana para os outros, já tira isso. Já vou ficar mais tomando conta dos meus bicho.” (Entrevistado 22).

Em conjunto, o gráfico evidencia que as perspectivas futuras de utilização do crédito estão orientadas, sobretudo, para ações de comprar, investir e ampliar, com destaque para a aquisição de terra, o aumento do rebanho e a modernização do sistema produtivo. Essa orientação confirma que o crédito é incorporado ao projeto produtivo dos agricultores como um instrumento estratégico de crescimento e fortalecimento do estabelecimento. Conforme argumenta Gazolla (2016), o acesso continuado ao crédito contribui para o desenvolvimento da capacidade de planejamento econômico da agricultura familiar, permitindo articular decisões de investimento, gestão financeira e expectativas de ampliação no médio e longo prazo.

Ao mesmo tempo, as expectativas em relação ao Pronaf são atravessadas por elementos de cautela financeira, planejamento e pela experiência prévia com o crédito, o que indica uma postura mais reflexiva por parte dos agricultores diante dos riscos envolvidos (Grisa, 2012). Assim, o programa não é percebido apenas como uma fonte imediata de recursos, mas como uma ferramenta que exige gestão responsável e compatibilidade com a capacidade de pagamento, reforçando a compreensão do crédito como parte integrante das estratégias produtivas e de reprodução social das famílias agricultoras.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz dos objetivos propostos, esta dissertação permitiu analisar de forma integrada a contribuição do acesso ao Pronaf na reprodução social dos agricultores familiares de Itabaianinha/SE, evidenciando que o programa exerce impactos que extrapolam o incremento imediato da renda, alcançando dimensões estruturais da vida produtiva, social e simbólica das famílias rurais. Ao articular escalas distintas de análise, o estudo revelou como a política de crédito se materializa no território e se incorpora às estratégias cotidianas de reprodução social da agricultura familiar.

O primeiro objetivo específico utilizou a análise da distribuição e aplicação dos recursos do Pronaf em Sergipe, no período de 2013 a 2024, permitiu compreender a dinâmica territorial e produtiva do programa no estado. Embora Sergipe apresente valores médios por contrato relativamente baixos em comparação com outras regiões do país, o estado se destaca no contexto nordestino. Observou-se, ainda, um crescimento gradual dos recursos destinados ao custeio, acompanhado de uma clara priorização da atividade pecuária, que concentrou a maior parcela dos financiamentos tanto na modalidade de custeio quanto de investimento. Os resultados evidenciaram ainda a concentração dos estabelecimentos da agricultura familiar e do crédito nos municípios de Carira, Tobias Barreto e Itabaianinha como áreas representativas. A partir da análise comparativa entre os municípios selecionados, Itabaianinha destacou-se como o recorte empírico mais adequado para a realização da pesquisa de campo, por concentrar o maior número de contratos do Pronaf e apresentar relativa estabilidade entre as modalidades de custeio e investimento. Além disso, esse processo de escolha foi reforçado pelo apoio de informantes-chave e pela existência de uma rede de contatos previamente consolidada no município.

Assim, com o caso delimitado para o município de Itabaianinha, a pesquisa permitiu compreender, de forma integrada, as dimensões do trabalho, do capital, da produção e do acesso às políticas públicas. Os resultados evidenciaram que a agricultura familiar analisada é marcada por uma expressiva diversificação produtiva, pela pluriatividade e pela articulação entre o trabalho agrícola e os benefícios sociais, os quais se configuram como pilares centrais da reprodução social das famílias. Esses elementos se configuram como pilares centrais da reprodução social, revelando a capacidade adaptativa das famílias diante das limitações estruturais, das restrições de acesso a mercados.

No que se refere ao Pronaf, constatou-se que o programa desempenha um papel estruturante no fortalecimento da agricultura familiar, se alinhando ao ODS 2, principalmente por ter relação direta com as estratégias de reprodução social, ao viabilizar o acesso ao capital produtivo e fortalecer o trabalho no interior da unidade familiar. No estudo foi possível observar que o crédito não é apropriado como renda direta para consumo, mas como um meio para produzir, investir e garantir a continuidade da atividade agrícola e pecuária. E assim, a recorrência do acesso ao programa, inclusive por diferentes membros da mesma família ao longo do tempo, amplia a capacidade de financiamento do estabelecimento e contribui para a consolidação de projetos produtivos de médio e longo prazo. A destinação prioritária dos recursos para a compra de animais, custeio da produção e investimentos em infraestrutura hídrica revela uma estratégia de fortalecimento da pecuária e de adaptação às vulnerabilidades ambientais, reforçando a resiliência das unidades produtivas.

Entretanto, a pesquisa também revelou que o acesso ao crédito é seletivo, privilegiando atividades com maior liquidez e estabilidade econômica, o que pode limitar o apoio a sistemas produtivos mais diversificados ou inovadores. Além disso, verificou-se que as associações e as redes informais de sociabilidade assumem papel central como canais de acesso à informação e à operacionalização do Pronaf, evidenciando a relevância do capital social na mediação das políticas públicas no meio rural.

Apesar da importância do Pronaf, sua eficácia plena é comprometida pela insuficiente cobertura da assistência técnica e extensão rural. A fragilidade do acesso à ATER se configura como um gargalo identificado, uma vez que limita o planejamento produtivo, o uso mais eficiente do crédito e a incorporação de práticas sustentáveis. Dessa forma, o crédito, quando dissociado de um acompanhamento técnico contínuo e qualificado, tende a reforçar padrões produtivos já consolidados, em vez de promover transformações mais profundas.

Em conjunto, a análise evidencia que o Pronaf exerce uma influência significativa e multifacetada na vida dos agricultores familiares entrevistados, conforme demonstrado pelas análises de similitude e de conteúdo das entrevistas. O programa se consolida como um elemento central na organização produtiva e socioeconômica das unidades familiares, impactando tanto as decisões cotidianas quanto os projetos de médio e longo prazo.

No curto prazo, o crédito é percebido como um importante facilitador da produção, ao viabilizar investimentos, promover mudanças nas práticas produtivas, como o aumento da produção, a aquisição de maquinário, de gado, e gerar efeitos diretos sobre a renda familiar. Esses impactos contribuíram para a redução da necessidade de busca por trabalho fora da propriedade, reforçando a centralidade da atividade agrícola na reprodução social das famílias. Ao mesmo tempo, o acesso ao crédito introduz a necessidade de maior planejamento, organização financeira e responsabilidade no cumprimento dos pagamentos, aspectos reconhecidos pelos próprios agricultores como parte integrante do uso do Pronaf.

No longo prazo, os efeitos do programa se expressam na melhoria do patrimônio familiar, especialmente no que se refere à moradia e à infraestrutura produtiva, fortalecendo o vínculo das famílias com o meio rural. O Pronaf é amplamente reconhecido como um fator positivo para a sucessão rural, na medida em que contribui para tornar a atividade agrícola mais viável e atrativa. Ainda assim, os agricultores destacam que a permanência das futuras gerações no campo depende de um conjunto mais amplo de fatores, que vai além do acesso ao crédito e envolve condições de renda, acesso a políticas públicas, serviços e qualidade de vida no meio rural. Por fim, as perspectivas futuras de utilização do crédito indicam uma orientação voltada à ampliação da produção, à aquisição de terras e à modernização dos estabelecimentos, reforçando o Pronaf como um instrumento estratégico para o crescimento econômico e a reprodução social das famílias agricultoras.

E assim, ao analisar a contribuição do acesso ao Pronaf na reprodução social dos agricultores familiares de Itabaianinha/SE, esta dissertação evidenciou que o programa constitui um elemento central na sustentação econômica, produtiva e social das unidades familiares, ao viabilizar investimentos, ampliar a renda, fortalecer o patrimônio e reforçar o vínculo das famílias com o meio rural, tanto no curto quanto no longo prazo. Inserido em um contexto marcado pela diversificação produtiva, pluriatividade e pela articulação entre trabalho agrícola, benefícios sociais e capital social, o Pronaf atua como um instrumento estratégico de reprodução social, ainda que seus efeitos sejam condicionados pela seletividade do crédito e pelas limitações no acesso à assistência técnica e extensão rural.

Conclui-se, portanto, que o Pronaf, embora não seja suficiente de forma isolada, desempenha um papel fundamental para a construção de estratégias de permanência,

continuidade e sucessão das famílias no campo e na construção de perspectivas futuras, reafirmando sua relevância como política pública estruturante para a agricultura familiar no território estudado. Seus impactos evidenciam, ainda, a necessidade de políticas públicas integradas, capazes de articular crédito, assistência técnica, acesso a mercados e serviços públicos, de modo a potencializar seus efeitos sobre a reprodução social.

A originalidade deste trabalho reside na articulação entre análise quantitativa dos contratos e montantes de crédito e a investigação qualitativa em nível local, permitindo compreender não apenas a distribuição dos recursos, mas seus significados concretos na dinâmica produtiva e social das famílias. Ao focalizar empiricamente um território específico, o estudo contribui para preencher lacunas sobre os efeitos territorializados do Pronaf, superando análises exclusivamente macroestruturais.

Do ponto de vista institucional, os resultados apontam para a necessidade de aprimoramento na operacionalização do programa, maior integração entre agentes financeiros, assistência técnica e gestão municipal, além do fortalecimento de estratégias que considerem as especificidades produtivas e socioambientais locais. Tais implicações reforçam a importância de um planejamento mais articulado e sensível às realidades territoriais, visando ampliar a efetividade e a sustentabilidade das políticas voltadas à agricultura familiar.

8. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *O futuro das regiões rurais*. 1. ed. Porto Alegre: **Editora da UFRGS**, 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo; Rio de Janeiro; Campinas: **Editora Hucitec**, 1992.

ABRAMOVAY, Ricardo. Uma nova extensão rural para a agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 1997, Brasília, DF. *Anais [...]*. Brasília, DF: **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)**, 1997. p. 203–218.

ABRAMOVAY, Ricardo *et al.* *Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios*. 2. ed. Brasília: **UNESCO**, 1998. 101 p.

AGÁPTO, João Paulo. Crédito rural para agricultura familiar: análise dos pontos críticos. **Revista Perspectiva em Gestão, Educação & Tecnologia**, São Paulo, v. 4, n. 7, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://mail.sumarios.org/artigo/cr%C3%A9dito-rural-para-agricultura-familiar-an%C3%A1lise-dos-pontos-cr%C3%ADticos>. Acesso em: 20 jul. 2024.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Belém, v. 6, n. 1, p. 9–32, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2004v6n1p9>. Acesso em: 20 jul. 2024.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 66–93, 1986. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/109388508/Almeida-Redescobrimo-a-Familia-Rural>. Acesso em: 20 jul. 2024.

ALVES, Emilly Karoline dos Santos *et al.* O mercado do leite de Tobias Barreto/SE: cenário produtivo e as transformações mercadológicas do leite. **Revista Conexão UEPG**, v. 21, n. 1, p. 1–14, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.21.24484.008>. Acesso em: 25 ago. 2025.

ALVES, Emilly Karoline dos Santos; VILLWOCK, Ana Paula Schervinski. Análises socioeconômicas da pecuária familiar leiteira no município de Poço Redondo/SE. In: *Ciências Agrárias: diálogos em pesquisa, tecnologia e transformação*. v. 3. [S. l.]: **Editora e-Publicar**, 2023. p. 36–56. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.47402/ed.ep.c2023323730>. Acesso em: 25 ago. 2025.

ALVES, Maria Odete; VALENTE JUNIOR, Airton Saboya; BRAINER, Maria Simone de Castro Pereira. *Pluriatividade no espaço rural do polo Baixo Jaguaribe, Ceará*. Fortaleza: **Banco do Nordeste do Brasil**, 2006. Disponível em: <s1dsp01.dmz.bnb:8443/s482-dspace/handle/123456789/181>. Acesso em: 20 jul. 2024.

ANGELOTTI, Francislene; GIONGO, Vanderlise. Ações de mitigação e adaptação frente às mudanças climáticas na agricultura familiar dependente de chuva no Semiárido. In:

Agricultura Familiar Dependente de Chuva no Semiárido. **EMBRAPA**. 2019. p. 445–467. Disponível em: <https://l1nq.com/KfeRm>. Acesso em: 20 dez. 2025.

AQUINO, Joacir Rufino de; SCHNEIDER, Sergio. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre, RS: **Editora da UFRGS**, 2015. p. 53–81. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232461/001014493.pdf?sequence=1>. Acesso em: 1 jul. 2024.

AQUINO, Joacir Rufino; ALVES, Maria Odete; VIDAL, Maria de Fátima. Agricultura familiar no Nordeste: um breve panorama dos seus ativos produtivos e da sua importância regional. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, Brasília, 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10481/1/brua_23_artigo7.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

AQUINO, Joacir Rufino *et al.* Dimensão e características do público potencial do Grupo B do Pronaf na região Nordeste e no estado de Minas Gerais. In: **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006**. Brasília: **IPEA**, 2014. p. 77–105. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/255776/000919340.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 jun. 2024.

ARTUZO, Felipe Dalzotto *et al.* O potencial produtivo brasileiro: uma análise histórica da produção de milho. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 12, n. 2, p. 515–540, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17765/2176-9168.2019v12n2p515-540>. Acesso em: 20 jul. 2024.

ATLAS do espaço rural brasileiro. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2020. 321 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101773>. Acesso em: 5 jun. 2024.

BACCARIN, José Giacomo; OLIVEIRA, Jonatan Alexandre. Uma avaliação da distribuição do PRONAF entre as regiões geográficas do Brasil. **Revista Grifos**, v. 30, n. 51, p. 114–140, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=572966561008>. Acesso em: 5 jun. 2024.

BACELAR, Tânia; FAVARETO, Arilson. O papel da agricultura familiar para um novo desenvolvimento regional no Nordeste: uma homenagem a Celso Furtado. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 51, número especial, p. 9–29, 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). *Anuário estatístico do crédito rural*. Brasília: **Banco Central do Brasil**, 2022a. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>. Acesso em: jun. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). *Matriz de dados do crédito rural*. Brasília: **Banco Central do Brasil**, 2025. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: jan. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). *Relatórios da matriz de dados do crédito rural*. Brasília: **Banco Central do Brasil**, 2022b. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/reportmicrrural?path=conteudo%2FMDCR%2FReports%2FqvcRegiaoUFGenero.rdl>. Acesso em: jun. 2024.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). *Pronaf*. Rio de Janeiro: **BNDES**, 2023. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em: 26 jun. 2024.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). *Programas do Governo Federal administrados pelo BNDES*. Rio de Janeiro: **BNDES**, [s. d.]. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndespt/AreasdeAtuacao/Agropecuaria/>. Acesso em: 5 jun. 2024.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: **Edições 70**, 2016.

BATALHA, Mário Otávio; BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, Hildo Meirelles; BATALHA, Mário Otávio (org.). *Gestão integrada da agricultura familiar*. São Paulo: **EDUFSCAR**, 2004. p. 43–65. Disponível em: <https://www.bibliotecaagptea.org.br/administracao/agroindustria/artigos/TECNOLOGIA%20DE%20GESTAO%20E%20AGRICULTURA%20FAMILIAR.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2024.

BATISTA, Leonardo dos Santos; KUMADA, Kate Mamhy Oliveira. Análise metodológica sobre as diferentes configurações da pesquisa bibliográfica. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**, p. 021029–021029, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rbic/article/view/113>. Acesso em: 5 jun. 2024.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Social representations theory: a progressive research programme for social psychology. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 38, n. 4, p. 335–353, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-5914.2008.00374.x>. Acesso em: 3 ago. 2024.

BERNI, Mauro Tadeu. *Operação e concessão de crédito: os parâmetros para a decisão de crédito*. São Paulo: **Atlas**, 1999.

BIANCHINI, Simone. *O futuro das propriedades familiares sem sucessores: o caso do município de Paraíso/SC*. 2010. 106 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar) – **Universidade Federal de Pelotas**, Pelotas, 2010.

BINSWANGER, Hans P.; KHANDKER, Shahidur R. O impacto do financiamento formal na economia rural da Índia. **The Journal of Development Studies**, v. 32, n. 2, p. 234–262, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00220389508422413>. Acesso em: 4 fev. 2026.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. *Abrindo a caixa-preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil*. 2003. 227 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – **Universidade Estadual de Campinas**, Campinas, 2003.

BITTENCOURT, Gilson; MAGALHÃES, Reginaldo; ABRAMOVAY, Ricardo. Informação de crédito: um meio para ampliar o acesso dos mais pobres ao sistema financeiro. **Pesquisa & Debate: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, v. 16, n. 2 (28), 2005. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rpe/article/view/11882>. Acesso em: 31 jan. 2026.

BOCKORNI, Beatriz Rodrigues Silva; GOMES, Almiralva Ferraz. A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, v. 22, n. 1, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.25110/receu.v22i1.8346>. Acesso em: ago. 2024.

BOSERUP, Ester. *Evolução agrária e pressão demográfica*. Tradução de Oriowaldo Queda e João Carlos Duarte. São Paulo: **Editora Hucitec; Editora Polis**, 1987. 141 p. Tradução de: *The Conditions of Agricultural Growth*. Londres, 1972.

BOTELHO, Luana Mariana Salgado; LOCATEL, Attawan Guerreiro Suela. Evolução e distribuição do Pronaf entre 2017 e 2022: um estudo multirregional das linhas custeio e investimento. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, Brasil, v. 2, n. 1, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.56166/remici.2023.2.v2n1.0.1>. Acesso em: 1 jul. 2024.

BOURDIEU, Pierre. O camponês e seu corpo. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 26, p. 83–92, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n26/a07n26.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2025.

BOURDIEU, Pierre. Stratégies de reproduction et modes de domination. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 105, p. 253–267, 1994.

BRASIL. Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 103-A, p. 11, 31 maio 2017. Edição extra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm. Acesso em: jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 141, p. 1–2, 25 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: jun. 2024.

BREDA, Adriana Soares; COLARES-SANTOS, Lechan; PEREIRA, Jaiane Aparecida. Capital social na agricultura familiar: análise das relações entre os produtores rurais. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 15, n. 1, p. 31–40, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.17765/2176-9168.2022v15n1e8281>. Acesso em: 15 dez. 2025.

BRITO, Volnandy de Aragão. *Efeitos socioeconômicos do Agroamigo: uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar no estado de Sergipe*. 2017. 200 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**, n. 12, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i12.1396>. Acesso em: 15 dez. 2025.

BRUMER, Anita; SPANEVELLO, Rosani Marisa. *Jovens agricultores da região Sul do Brasil*. Porto Alegre: **Editora da UFRGS**, 2008.

BUAINAIN, Antônio Márcio *et al.* *O mundo rural no Brasil do século XXI*. Brasília: **Embrapa**, 2014. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/geral/O-mundo-rural.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2025.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu Alves; SILVEIRA, José Maria; NAVARRO, Zander. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 105–121, 2013. Disponível em: <https://rpa.sede.embrapa.br/RPA/article/view/311>. Acesso em: 8 dez. 2025.

BUAINAIN, Antônio Márcio; SILVEIRA, José Maria da; TEÓFILO, Édson. *Programa Cédula da Terra: resultados preliminares, desafios e obstáculos*. Relatório de avaliação. Brasília: **NEAD**, 1999. Disponível em: file:///C:/Users/jjcar/Downloads/Lima_Fernandode_M.pdf. Acesso em: 8 dez. 2025.

BÚRIGO, Fábio Luiz *et al.* O Sistema Nacional de Crédito Rural no Brasil: principais continuidades e descontinuidades no período 2003–2014. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 635–668, out. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n3-6>. Acesso em: 6 nov. 2023.

CÁCERES, Daniel Montero. Estrategias campesinas en sociedades rurales contemporáneas. **Revista de la Facultad de Agronomía**, Buenos Aires, v. 15, n. 1, p. 67–72, 1995. Disponível em: <https://11nq.com/Obcat>. Acesso em: 20 dez. 2025.

CALDERAN, Lara Fabia Spironelo; MAZZONETTO, Alexandre Witier. Diversificação da produção em propriedades de gado de corte: estudo de caso na região de Piracicaba/SP. **Revista Tecnológica da Fatec de Americana**, v. 13, n. 1, p. 124–148, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.47283/zxkp1n72>. Acesso em: 20 dez. 2025.

CAMARGO, José Carlos Godoy. O problema do método nas ciências humanas: o caso da geografia. **Revista Mercator**, v. 6, n. 3, p. 7–18, 2004. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br>. Acesso em: 4 jul. 2024.

CARDON, Philippe. *Des femmes et des fermes: genres, parcours biographiques et transmission familiale: une sociologie comparative Andalousie/Franche-Comté*. Paris: **L'Harmattan**, 2004. 311 p.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 70–82, abr. 1997.

CARNEIRO, Maria José. Política de desenvolvimento e o “novo rural”. In: CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José (org.). *O novo rural brasileiro: políticas públicas*. Jaguariúna: **Embrapa Meio Ambiente**, 2000. p. 117–149.

CARNEIRO, Maria José; PALM, Juliano Luis. Informando política pública: uma revisão bibliográfica sobre PRONAF e qualidade de vida (2006–2013). **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 36, n. 1, p. 61–74, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.37370/raizes.2016.v36.447>. Acesso em: 4 jan. 2026.

CARNEIRO, Wendell Márcio Araújo. **Pluriatividade na agricultura familiar: o caso do pólo de desenvolvimento de agronegócios Cariri Cearense**. Fortaleza, 2006. 152 f. Dissertação de Mestrado em Economia Rural da Universidade Federal do Ceará.

CARPENTIER, Chantal Line; BRAUN, Hannah. Agenda 2030 for Sustainable Development: a powerful global framework. **Journal of the International Council for Small Business**, v. 1, n. 1, p. 14–23, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/26437015.2020.1714356>. Acesso em: 12 maio 2024.

CARTER, Michael R.; BARRETT, Christopher B. The economics of poverty traps and persistent poverty: an asset-based approach. In: *Understanding and reducing persistent poverty in Africa*. London: **Routledge**, 2013. p. 12–33. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781315878690>. Acesso em: 4 fev. 2026.

CARVALHO, Diana Mendonça de. *Trajetórias do Pronaf em Sergipe: desenvolvimento e mudanças sócio-espaciais*. São Cristóvão: **Editora UFS**, 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/5450>. Acesso em: 15 dez. 2025.

CARVALHO, Diana Mendonça; DA COSTA, José Eloízio. O Pronaf e a inserção técnico-produtiva nas unidades familiares de Sergipe. **Revista Grifos**, v. 30, n. 51, p. 350–377, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5220>. Acesso em: 12 maio 2024.

CARVALHO, Diana Mendonça; LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; DA COSTA, José Eloízio. Trajetórias do Programa Agroamigo em Sergipe: resultados e perspectivas. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 54, número especial, p. 211–229, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.61673/ren.2023.1656>. Acesso em: 15 dez. 2025.

CARVALHO, Gleidson Giordano Pinto *et al.* Integração agricultura-pecuária: um enfoque sobre cobertura vegetal permanente. **REDVET: Revista Electrónica de Veterinaria**, v. 6, n. 8, p. 1–19, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/636/63612822010.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2025.

CASTILHO E SILVA, Carolina Braz de *et al.* Perfil socioeconômico dos beneficiários rurais do Programa Bolsa Família na região Sul do Brasil. **Análise Econômica**, v. 35, número especial, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2176-5456.70320>. Acesso em: 16 dez. 2025.

CASTRO, Ana Célia. Ciência e tecnologia para a agricultura: uma análise dos planos de desenvolvimento. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, v. 1, n. 3, p. 299–482, 1984.

CHAMPAGNE, Patrick. Élargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne. **Cahiers d'Économie et Sociologie Rurales**, Ivry, n. 3, p. 73–89, dez. 1986.

CHAYANOV, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: **Nueva Visión**, 1974. 342 p.

CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (org.). **A questão agrária**. São Paulo: **Brasiliense**, 1981.

CHEN, Xinjian *et al.* Especialização em citros ou diversificação de culturas: o papel da aversão subjetiva ao risco dos pequenos produtores e evidências de casos em Guangxi, China. **Horticulturae**, v. 9, n. 6, e627, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/horticulturae9060627>. Acesso em: 31 jan. 2026.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Elementos introdutórios para uma história do cooperativismo e associativismo rurais no Brasil. **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**, v. 1, p. 169-188, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/281842243>. Acesso em: 15 dez. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: jul. 2024.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **A produção de milho na nova fronteira agrícola: SEALBA**. Indicadores da Agropecuária, n. 3, jun. 2020. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/indicadores-da-agropecuaria>. Acesso em: fev. 2025.

CONTERATO, Marcelo Antonio; BRÁZ, Cauê Assis; RODRIGUES, Stefany Reis. A comoditização do PRONAF e os desafios da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. **Revista Grifos**, v. 30, n. 51, p. 190-211, 2021.

CORCIOLI, Graciella; CAMARGO, Ricardo de Siqueira. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). In: **Agricultura Familiar em Goiás**. Goiânia: UFG, 2018. p. 253. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/ebook_agricultura_familiar.pdf#page=253. Acesso em: 8 maio 2024.

CORRÊA, Vanessa Petrelli; ORTEGA, Antônio César. PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: qual o seu objetivo e público-alvo? In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, 40., 2002, Passo Fundo. *Anais...* Passo Fundo: SOBER, 2002.

COSTA, José Eloízio da; CARVALHO, Diana Mendonça de. Agricultura familiar no estado de Sergipe: uma leitura a partir do Censo Agropecuário 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 51, n. esp., 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.61673/ren.2020.1265>. Acesso em: 10 maio 2024.

COUTINHO, Alan Denizzar Limeira. **Tecnologia social adequada sociotecnicamente às condições camponesas nos assentamentos de reforma agrária do oeste do Paraná**. 2022. 184 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2022.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, John D. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Penso, 2021.

CRUZ, Marcos Paulo Mesquita *et al.* Diferenciais de rendimentos entre atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural nordestino. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 43, p. 201-231, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/50675>. Acesso em: 10 maio 2024.

CRUZ, Maria Sirlene da; SCHNEIDER, Sergio. Feiras alimentares e mercados territoriais: a estrutura e o funcionamento das instituições de ordenamento das trocas locais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 93–113, 2022. DOI: 10.37370/raizes.2022.v42.769. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/769>. Acesso em: 4 fev. 2026.

CUNHA, Altivo Roberto Andrade Almeida. *O sistema atacadista alimentar brasileiro: origens, destinos*. 2010. 158 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, **Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**, Campinas, 2010.

DA SILVA, Andreia Avelina; DE OLIVEIRA SOARES, José Carlos. Agricultura familiar e produção de alimentos no Brasil: impactos na segurança alimentar. **Geografia: Ambiente, Educação e Sociedades**, v. 1, n. 4, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/geoambes/article/view/12084>. Acesso em: 2 dez. 2025.

DA SILVA, José Graziano; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. A evolução do emprego não agrícola no meio rural brasileiro (1992–1995). **Indicadores Econômicos FEE**, v. 25, n. 3, p. 105–126, 1997. Disponível em: <http://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/1050/1368>. Acesso em: 16 dez. 2025.

DALCIN, Dionéia; HARTMANN, Raquel Jaíne. Captação e características do PRONAF no COREDE Missões/RS (2013–2018). **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 301–326, 2021. DOI: 10.22295/grifos.v30i51.5415. Disponível em: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5415>. Acesso em: 16 dez. 2025.

DAMASCENO, Nagilane Parente; KHAN, Ahmad Saeed; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 49, n. 1, p. 129–156, 2011. DOI: 10.1590/S0103-20032011000100006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032011000100006>. Acesso em: 16 dez. 2025.

DANTAS, Natalie Marinho; SOUZA, Camila Valdejane Silva de; VALE, Diôgo. Contribuição da agricultura familiar para a segurança alimentar e nutricional: evidências a partir da diversidade de alimentos de origem vegetal. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 31, p. 1–26, 2025. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8677254>. Acesso em: 6 maio 2025.

DEL GROSSI, Mauro; FLORIDO, Antônio Carlos Simões; RODRIGUES, Luiz Fernando Pereira; OLIVEIRA, Marcelo Souza. Comunicação de pesquisa: delimitando a agricultura familiar nos censos agropecuários brasileiros. **Revista NECAT – Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v. 8, n. 16, p. 40–45, 2019.

DELGADO, Guilherme Costa. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965–2012)*. Porto Alegre: **Editora da UFRGS**, 2012.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, 2017. Disponível em: https://cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso em: 5 dez. 2025.

DELGADO, Guilherme Costa; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina Péres Rodrigues; OLIVEIRA, Jader José. *Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)*. Brasília: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, 2005. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1779>. Acesso em: 5 dez. 2025.

DELGADO, Nelson Giordano. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: DELGADO, Nelson Giordano (org.). *Brasil rural em debate: coletânea de artigos*. Brasília: **CONDRAF/NEAD**, 2010. p. 28–78. Disponível em: https://www.portalsdr.ba.gov.br/portal/anexos/anexo_acervo_digital/Livro_Brasil_Rural_em_Debate1.pdf. Acesso em: 10 dez. 2025.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismos dos atores. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 54, n. 2, p. 431–472, 2011. DOI: 10.1590/S0011-52582011000200007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582011000200007>. Acesso em: 5 dez. 2025.

DINIZ, José Flávio Diniz; SCARPELLI, Moacir. Gestão da produção rural no agronegócio. In: BATALHA, Mário Otávio (org.). *Gestão agroindustrial*. 2. ed. São Paulo: **Atlas**, 2001.

DUMER, Miguel Carlos Ramos; CARVALHO, Nádia; SOUZA, Ariana Marchezi; RIBEIRO, Ana Lúcia; COSTA, Roberta Aparecida de Oliveira. Inadimplência do PRONAF: um estudo no município de Afonso Cláudio-ES. **Revista de Agronegócio – Reagro**, Jales, v. 6, n. 2, p. 36–48, 2017. Disponível em: <https://sl1nk.com/TSOcw>. Acesso em: 10 dez. 2025.

DUQUE, Ghislaine; COSTA, Maria Dioneide Guedes da. Reforma agrária no semiárido nordestino: que passos para a sustentabilidade? O caso dos assentamentos Quandú e Bela Vista (PB). In: DUQUE, Ghislaine (org.). *Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento: ensaios e pesquisas em sociologia rural*. João Pessoa: **Editora Universitária da UFPB**, 2002. p. 121–140.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). *Citricultura no estado de Sergipe*. Brasília: **Embrapa**, 2015. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1005125/1/CitriculturanoestadodeSergipe.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2025.

EUTRÓPIO, Isabel Rogaleski; MEDEIROS, Rosângela Martins Bento; LUZ, Josiane. Jovem no interior: estratégias e alternativas de minimizar o êxodo rural. **Cadernos Acadêmicos**, v. 6, n. 1, 2014. Disponível em: <https://l1nq.com/rXLT9>. Acesso em: 15 dez. 2025.

EVANS, Kemboi; MUENDO, Kavoi; KIPROTICH, Collins. Crop diversification analysis amongst smallholder farmers in Kenya: empirical evidence from Kamariny Ward, Elgeyo Marakwet County. **Cogent Food & Agriculture**, v. 6, 2020. DOI: 10.1080/23311932.2020.1834669. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23311932.2020.1834669>. Acesso em: 31 jan. 2026.

FAGUNDES, Francielly Naves; BORGES, Ana Claudia Giannini. Políticas públicas de investimento e crédito rural: municípios do escritório de desenvolvimento rural de São João da Boa Vista-SP. In: *Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social*, 13., 2016, [s. l.]. Anais [...]. p. 1–10. Disponível em: <https://unesp.br/francielly-e-ana-claudia-artigo-final-sippedes.pdf>. Acesso em: 3 maio 2024.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. rev. São Paulo: **Globo**, 2001.

FEITOSA, Marlon de Souza; FERREIRA, Orilene Martins. *Agricultura familiar: desenvolvimento sustentável e os desafios enfrentados na atualidade*. 2024. 35 f. Monografia (Bacharelado em Administração) – **Universidade Estadual do Piauí (UESPI)**, Campus Alto Cerrado do Parnaíba, Uruçuí, 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (org.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: **Editora da UFRGS**, 2015. p. 381–400. Disponível em: <https://limate.paginas.ufsc.br/files/2016/04/Políticas-Públicas-DR-livro-Grisa-Schneider-1.pdf>. Acesso em: 3 maio 2024.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; SILVA JÚNIOR, José Alexandre. Desvendando os mistérios do coeficiente de correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**, v. 18, n. 1, p. 115–146, 2009. Disponível em: https://dirin.s3.amazonaws.com/drive_materias/1666287394.pdf. Acesso em: 16 dez. 2025.

FONTELLES, Andréia Barroso. *Perfil de investimento do produtor rural*. 2007. 97 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração e Economia) – **Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC)**, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/public-cdn.ibmec.br/portalibmec-content/public/arquivos/df/dis_2007_2_-_andrea_barroso_fontelles.pdf. Acesso em: 10 maio 2024.

FOSSÁ, Juliano Luiz; VILLWOCK, Ana Paula Schervinski; MATTE, Alessandra; MATTEI, Lauro. “Menos feijão, mais soja”: histórico do financiamento Pronaf Custeio Agrícola no Brasil entre 2013 e 2023. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER)**, 62., 2024, Palmas (TO). *Anais [...]*. Palmas: **Universidade Federal do Tocantins (UFT)**, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/62-congresso-da-sober-397784/814449-MENOS-FEIJAQO-MAIS-SOJA--HISTORICO-DO-FINANCIAMENTO-PRONAF-CUSTEIO-AGRICOLA-NO-BRASIL-ENTRE-2013-E-2023>. Acesso em: 19 mar. 2025.

FOSSÁ, Juliano Luiz. *A agricultura familiar e as alterações promovidas pelo PRONAF em Santa Catarina*. 2021. 232 f. Tese (Doutorado em Administração) – **Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**, Florianópolis, 2021.

FOSSÁ, Juliano Luiz; BADALOTTI, Rosana Maria; TONEZER, Cristiane. As linhas alternativas do Pronaf em Santa Catarina: alcances e limites. **Revista Acta Ambiental Catarinense**, v. 15, n. 1/2, p. 40–56, 2018. DOI: 10.24021/raac.v15i1/2.5053. Disponível em: <https://doi.org/10.24021/raac.v15i1/2.5053>. Acesso em: 19 mar. 2025.

FOSSÁ, Juliano Luiz; KROTH, Darlan Christiano; VILLWOCK, Ana Paula Schervinski; TROIAN, Alessandra. A política pública do Pronaf em Chapecó/SC: histórico, caracterização e perspectivas. **Cadernos do CEOM**, v. 37, n. 61, p. 143–158, 2024a. DOI: 10.22562/2024.61.10. Disponível em: <https://doi.org/10.22562/2024.61.10>. Acesso em: 19 mar. 2025.

FOSSÁ, Juliano Luiz; MATTE, Alessandra; MATTEI, Lauro Francisco. A trajetória do Pronaf: análise das operações de crédito nos municípios brasileiros entre 2013 e 2020. **Extensão Rural**, v. 29, 2022. DOI: 10.5902/2318179668371. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2318179668371>. Acesso em: 19 mar. 2025.

FOSSÁ, Juliano Luiz; RENK, Arlene. O conceito de agricultura familiar: retrocessos do presente. **Revista Grifos**, v. 30, n. 54, 2021. DOI: 10.22295/grifos.v30i54.5919. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v30i54.5919>. Acesso em: 5 maio 2024.

FRANKLIN, Samuel. *The European peasantry: the final phase*. London: **Methuen**, 1969.

FROEHLICH, José Marcos; PIETRZACKA, R. Dinâmica populacional rural: análise de gênero e faixa etária na Região Central do Rio Grande do Sul no período 1996–2000. In: **CONGRESSO DA SOBER**, 42., 2004, Cuiabá. *Anais [...]*. Cuiabá: **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2004. p. 1–14.

FROEHLICH, José Marcos; RAUBER, Cassiane da Costa; CARPES, Ricardo Howes; TOEBE, Marcos. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural**, v. 41, p. 1674–1680, 2011. DOI: 10.1590/S0103-84782011005000124. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-84782011005000124>. Acesso em: 15 dez. 2025.

FURTADO, Celso. *Análise do modelo brasileiro*. 8. ed. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 1986.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: **Companhia das Letras**, 2020.

GARCIA, Elias. Pesquisa bibliográfica versus revisão bibliográfica: uma discussão necessária. **Línguas & Letras**, v. 17, n. 35, 2016. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras>. Acesso em: 2 dez. 2025.

GASSON, Ruth; ERRINGTON, Andrew. *The farm family business*. Wallingford: **CAB International**, 1993.

GAZOLLA, Marcio. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção de autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/5583>. Acesso em: 2 dez. 2025.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, p. 45–68, 2013. DOI: 10.1590/S0103-20032013000100003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032013000100003>. Acesso em: 5 dez. 2025.

GOMES, Carla Morsch Porto; CAZELLA, Ademir Antonio; BÚRIGO, Fábio Luiz; SENCÉBÉ, Yannick. Crédito fundiário no Brasil: instrumento de ordenamento fundiário. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: **Editora da UFRGS**, 2015.

GOULARTI FILHO, Alcides. Formação econômica de Santa Catarina: uma tentativa de síntese. In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes (org.). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó, SC: Argos, 2010. p. 29-62.

GRAZIANO DA SILVA, José. Os desafios das agriculturas brasileiras. In: GASQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander (org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2010. p. 157-184.

GRIGOL, Natália Salaro *et al.* Produção para autoconsumo e segurança alimentar entre assentados rurais do Alto Xingu, Mato Grosso, Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, e233195, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.233195>. Acesso em: 02 dez. 2025.

GRISA, Catia. **A produção “pro gasto”: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11001/000601676.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2025.

GRISA, Catia; BUCHWEITZ, Vitor Duarte; WESZ JUNIOR, Valdemar. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 2, p. 323-346, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000200007>. Acesso em: 12 dez. 2024.

GRISA, Catia; PORTO, Sílvio Isopo. Dez anos de PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: _____. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 155-180. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232459/000975249.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

GRISA, Catia; PORTO, Sílvio Isoppo. Políticas alimentares e referenciais setoriais na trajetória brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 3, e259390, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.259390pt>. Acesso em: 12 dez. 2024.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 125-146, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>. Acesso em: jun. 2024.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; DI SABBATO, Alberto; VIDAL, Maria de Fátima. Evolução da agricultura familiar nordestina: uma análise comparativa entre os dois censos agropecuários. **Revista Econômica do Nordeste**, p. 93-106, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.61673/ren.2014.501>. Acesso em: jun. 2025.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução à formação econômica do Nordeste: da articulação comercial à integração produtiva*. Recife: **Editora Massangana; Fundação Joaquim Nabuco**, 1989. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=221498>. Acesso em: 25 jan. 2026.

HARTIGAN, John Anthony; KLEINER, Bruce. A mosaic of television ratings. **The American Statistician**, v. 38, n. 1, p. 32–35, 1984. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00031305.1984.10482869>. Acesso em: 15 dez. 2025.

HELFAND, Steven; PEREIRA, Vanessa. Determinantes da pobreza rural e implicações para as políticas públicas no Brasil. In: BUAINAIN, Antonio Márcio *et al.* (org.). *A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas*. Brasília: **IICA**, 2012. p. 121–159.

HERRERA, Karolyna Marin. Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 208–233, 2017. Disponível em: <https://research.ebsco.com/c/tqdne3/search/details/k4dscpq7u5?db=sih>. Acesso em: 15 dez. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *PAM – Produção Agrícola Municipal: tabelas – 2022*. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612>. Acesso em: 27 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar – primeiros resultados: Brasil, grandes regiões e unidades da Federação*. Brasília; Rio de Janeiro: **IBGE; MDA; MPOG**, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos*. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estimativas da população 2019*. Rio de Janeiro: **IBGE/SIDRA**, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>. Acesso em: 11 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário 2017*. Rio de Janeiro: **IBGE/SIDRA**, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017#caracteristicas-establecimentos>. Acesso em: mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar – MDA/PRONAF (Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006)*. Rio de Janeiro: **IBGE/SIDRA**, 2012. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/defaultMDA.asp>. Acesso em: 11 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos*. Rio de Janeiro: **IBGE/SIDRA**, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censoagropecuario/censoagropecuario-2017>. Acesso em: 12 jul. 2024.

KAGEYAMA, Angela Antonia. *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Porto Alegre: **Editora da UFRGS**, 2008. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2018/04/1-capitulo-REA.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2025.

KAGEYAMA, Angela. Produtividade e renda na agricultura familiar: efeitos do PRONAF-crédito. **Agricultura em São Paulo**, v. 50, n. 2, p. 1–13, 2003. Disponível em: <https://iea.agricultura.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-03-1.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2024.

KEESE, Matthias. Who feels constrained by high debt burdens? Subjective vs. objective measures of household debt. **Journal of Economic Psychology**, v. 33, n. 1, p. 125–141, 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0167487011001206>. Acesso em: 5 nov. 2024.

KIYOTA, Norma. *Agricultura familiar e suas estratégias de comercialização: um estudo de caso no município de Capanema – região sudoeste do Paraná*. 1999. 145 f. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – **Universidade Federal de Lavras**, Lavras, 1999.

KUMMER, Rodrigo; COLOGNESE, Silvio Antônio. Juventude rural no Brasil: entre ficar e partir. **Tempo da Ciência**, v. 20, n. 39, p. 201–220, 2000. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/9817>. Acesso em: 4 jan. 2026.

LACERDA, Ricardo. A expansão da cultura do milho no semiárido sergipano. **Jornal da Cidade**, 2011. Disponível em:

<https://cenariosdesenvolvimento.blogspot.com/2011/11/expansao-da-cultura-do-milho-no.html>. Acesso em: jan. 2025.

LAMARCHE, Hugues. *A agricultura familiar I: uma realidade multiforme*. Campinas: **Editora da Unicamp**, 1993.

LAMARCHE, Hugues. *A agricultura familiar II: do mito à realidade*. Campinas: **Editora da Unicamp**, 1999.

LAVARDA, Rosalia Barbosa; BALBASTRE, Francisco. Modelo de diseño del estudio de caso en una investigación sobre el proceso estratégico. In: **INTERNATIONAL MEETING OF THE IBEROAMERICAN ACADEMY OF MANAGEMENT**, 6., 2009. Anais... [S. l.: s. n.], 2009.

LEMES JÚNIOR, Antonio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. *Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras*. 2. ed. Rio de Janeiro: **Campus/Elsevier**, 2005.

LIMA, Crislaine Pereira; NARIMATSU, Karem Cristine Pirola; RECCO, Camila Regina Silva Baleroni; SILVA, Rafael Luís dos Santos; SANCHEZ, Clara de Araújo. Análise socioeconômica da agricultura familiar no Assentamento Dois Irmãos em Murutinga do Sul (SP). **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 5, p. 3409–3427, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i5.10141. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10141>. Acesso em: 16 jan. 2025.

LIMA, João Policarpo Rodrigues; MIRANDA, Erico Alberto de A. Fruticultura irrigada no Vale do São Francisco: incorporação tecnológica, competitividade e sustentabilidade. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 32, p. 611–632, 2001. Disponível em: <https://pt-static.z-dn.net/files/d2e/8252c04890a62eee800ee7c4c8d55936.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2025.

LOPES, Paulo Roberto Coelho; OLIVEIRA, Inez Vilar de Moraes; SILVA, Raissa Rachel Salustriano. Avaliação do potencial de produção de frutas de clima temperado no Nordeste brasileiro. In: **SEMANA INTERNACIONAL DA FRUTICULTURA, FLORICULTURA E AGROINDÚSTRIA**, 1., 2009, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: [s. n.], 2009. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/45487467.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2025.

LUEZUTE, Rosana Maria Kripka; SCHELLER, Morgana; DE LARA BONOTTO, Danusa. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones de la UNAD**, v. 14, n. 2, 2015. Disponível em: <https://research.ebsco.com/c/tqdne3/search/details/bkknjfp2o5?db=aph>. Acesso em: 20 ago. 2024.

LUXEMBURG, Rosa. *The accumulation of capital*. London; New York: **Routledge**, 2003. 512 p.

MACHADO, B. S.; NEVES, M. C. R.; BRAGA, M. J. Produção orgânica na agricultura familiar brasileira: o impacto do Pronaf como política de (des)incentivo. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 63, p. e293071, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2025.293071>. Acesso em: 20 ago. 2025.

MAGALHÃES, Reginaldo; ABRAMOVAY, Ricardo. *Acesso, uso e sustentabilidade do PRONAF B*. São Paulo: **MDA/FIPE**, 2006. 25 p. (Texto mimeografado).

MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *Plano Safra 2023/2024: o florescer de uma nova colheita*. Brasília, DF: **MAPA**, 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia científica*. São Paulo: **Atlas**, 2004.

MARIN, Joel Orlando B. Pronaf Jovem: as disjunções entre o ideal e o real. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.187438>. Acesso em: 27 jan. 2026.

MARION, José Carlos; SEGATTI, Sonia. *Contabilidade da pecuária*. 10. ed. São Paulo: **Atlas**, 2012. Disponível em: <https://pergamum.ufms.br/acervo/111842/reserva>. Acesso em: 30 dez. 2025.

MAROTTI, Juliana *et al.* Amostragem em pesquisa clínica: tamanho da amostra. **Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo**, v. 20, n. 2, p. 186–194, 2008. Disponível em: <https://l1nq.com/1HfzD>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MARTINS, Simone Alves; DE OLIVEIRA, Myriam Cyntia Cesar. Sustentabilidade e estratégias de reprodução social da agricultura familiar na Amazônia Oriental. **Revista Agroecossistemas**, v. 3, n. 1, p. 116–121, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/ragros.v3i1.1392>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MATTE, Alessandra; SPANEVELLO, Rosani Marisa; LAGO, Adriano; ANDREATTA, Tanice. Agricultura e pecuária familiar: (des)continuidade na reprodução social e na gestão dos negócios. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/4317>. Acesso em: jun. 2024.

MATTE, Alessandra; SPANEVELLO, Rosani Marisa; ANDREATTA, Tanice. Perspectivas de sucessão em propriedades de pecuária familiar no município de Dom Pedrito – RS. **HOLOS**, v. 1, p. 144–159, fev. 2015. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1964>. Acesso em: jun. 2024.

MATTEI, Lauro Francisco. *Impactos do Pronaf: análise de indicadores*. Brasília: **Ministério do Desenvolvimento Agrário – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural**, 2005.

MATTEI, Lauro Francisco. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do Pronaf no Brasil. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 35, n. 1, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.37370/raizes.2015.v35.421>. Acesso em: jun. 2024.

MATTEI, Lauro Francisco. *Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica*. Brasília: **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, 2006.

MATTEI, Lauro. Considerações acerca de teses recentes sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 105–124, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600006>. Acesso em: jun. 2024.

MATTEI, Lauro. Evolução do crédito do Pronaf para as categorias de agricultores familiares A e A/C entre 2000 e 2010. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 3, p. 58–69, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.61673/ren.2014.119>. Acesso em: 5 dez. 2025.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: **Edur; UNRISD**, 2002.

MEDEIROS, Verônica Auridete Dantas; ALBANO, Gleydson Pinheiro. Reforma agrária constitucional e reforma agrária de mercado no município de Florânia-RN. **Sociedade e Território**, Natal, v. 33, n. 3, p. 182–202, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/2177-8396.2021v33n3ID25903>. Acesso em: 5 dez. 2024.

MELLO, Marcio Antonio; ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, Milton Luiz; DORIGON, Clovis; FERRARI, Dilvan Luiz; TESTA, Vilson Marcos. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agricultura em São Paulo**, v. 50, n. 1, 2003.

MELO, Alvanira Ribeiro. *Contradições do PRONAF: fortalecimento ou manutenção da submissão da agricultura camponesa em assentamentos de reforma agrária no Alto Sertão Sergipano?* 2010. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – **Universidade Federal de Sergipe**, São Cristóvão, 2010.

MELO, Jeangela Carla Rodrigues de; VILLWOCK, Ana Paula; JUNIOR, VALDEMAR JOAO WESZ. PRONAF EM SERGIPE: ANÁLISE DO ACESSO E DOS RECURSOS ENTRE 2013 E 2024.. In: **Anais do 63º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**. Anais...Passo Fundo(RS) UPF, 2025. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/sober2025/1100356-PRONAF-EM-SERGIPE--ANALISE-DO-ACESSO-E-DOS-RECURSOS-ENTRE-2013-E-2024>. Acesso em: 07/02/2026

MERA, Claudia Maria Prudêncio; FACCO, Robson Stefanello; ARALDI, Daniele Furian. Viabilidade econômica de sistema de produção de cria-recria em uma unidade de produção rural no município de Dom Pedrito – Rio Grande do Sul. **Economia & Região**, v. 10, n. 3, p. 5–32, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2317-627X.2022v10n3p5>. Acesso em: 20 dez. 2025.

MESQUITA, Daiane Felix Santiago. *A influência das atividades não agropecuárias na infraestrutura domiciliar e no acesso a bens de consumo nos domicílios rurais do Nordeste e Sul do Brasil*. 2021. 145 f. Tese (Doutorado em Economia) – **Universidade Federal de Uberlândia**, Uberlândia, 2021.

MINARI, Rita de Cássia Salviana Pereira *et al.* Sustentabilidade em assentamentos rurais: um estudo na região de Andradina-SP. **Revista em Agronegócios e Meio Ambiente**, Maringá, v. 6, n. 3, p. 395–416, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama/article/view/2191>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MODENESE, Valéria da Silva; SANT'ANA, Antonio Lázaro. Diversificação produtiva e de comercialização de agricultores familiares assentados de Mirandópolis (SP): contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 4, p. 636–655, out. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/x7YcM7gGZjJhmkZDMQbJvXf>. Acesso em: 30 dez. 2025.

NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 72–88, 2006. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/11028>. Acesso em: 20 dez. 2025.

NEY, Marlon Gomes; HOFFMANN, Rodolfo. Educação, concentração fundiária e desigualdade de rendimentos no meio rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 47, n. 1, p. 147–182, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032009000100006>. Acesso em: 1 abr. 2025.

NUNES, Emanuel Márcio; CRUZ, Mônica Soares; SILVA, V. M. Assistência técnica e extensão rural (ATER) no território rural Sertão Central Cabugi e Litoral Norte (RN): o desafio da adequação sociotécnica. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 27, n. 3, p. 40–64, 2020. Disponível em: <https://sl1nk.com/2pMHp>. Acesso em: 15 dez. 2025.

OLIVEIRA MOURA, Carliano Victor; NICACIO, Antônio Gustavo. Gestão de custos na agropecuária: estudo com pequenos produtores familiares de gado. **Revista FOCO**, v. 15, n. 2, p. e367, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v15n2-018>. Acesso em: 30 dez. 2025.

OLIVEIRA, Elis Regina Silva dos Santos. **Expansão da produção do milho no estado de Sergipe e sua interface com a agricultura familiar**. 2019. 219 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

PANTA, Airan Miguel dos Santos; SOBRINHO, Valter Rubens Alcantara Santos. Agronegócio da citricultura sergipana entre 2010 e 2017. **Citrus Research & Technology**, v. 40, p. 1–9, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4322/crt.17419>. Acesso em: 16 jan. 2025.

PAULA, Luiz Fernando de; PIRES, Manoel. Crise e perspectivas para a economia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 125–144, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142017.31890013>. Acesso em: 16 jan. 2025.

PEREIRA, Caroline Nascimento; CASTRO, César Nunes de. Educação no meio rural: diferenciais entre o rural e o urbano. **Texto para Discussão**, Brasília, 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10419/240826>. Acesso em: 15 dez. 2025.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão: debate internacional e o caso brasileiro**. 2004. 282 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PEREIRA, João Márcio Mendes; SAUER, Sérgio. A reforma agrária assistida pelo mercado do Banco Mundial no Brasil: dimensões políticas, implantação e resultados.

Sociedade e Estado, Brasília, v. 26, n. 3, p. 587–612, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922011000300009>. Acesso em: jul. 2024.

PERONDI, Miguel Angelo. **As estratégias de reprodução de sitiantes no Oeste de Minas Gerais e de colonos no Sudoeste do Paraná**. 1999. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 1999.

PERONDI, Miguel Angelo; RIBEIRO, Áureo Eduardo Magalhães. As estratégias de reprodução de sitiantes no Oeste de Minas Gerais e de colonos no Sudoeste do Paraná. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 2, n. 2, 2000. Disponível em: <https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/280>. Acesso em: 28 jan. 2026.

PERONDI, Miguel Angelo; SCHNEIDER, Sérgio. Bases teóricas da abordagem de diversificação dos meios de vida. **REDES – Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 117–135, 2012.

PICOLOTTO, Everton Lazzaletti. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PORTO, Maria Salete G.; SIQUEIRA, Deis E. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 6, p. 76–88, 1994.

POZZEBON, Luciana; RAMBO, Anelise Graciele; GAZOLLA, Marcio. As cadeias curtas das feiras coloniais e agroecológicas: autoconsumo e segurança alimentar e nutricional. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 42, 2018.

PROCÓPIO, Sérgio de Oliveira; SANTIAGO, Antonio Dias; CARVALHO, Hélio Wilson de Lemos. Desempenho e recomendação de cultivares de soja BRS para a região dos Tabuleiros Costeiros do SEALBA. Aracaju: **Embrapa**, 2017.

PUTNAM, Robert. Capital social e desempenho institucional. In: PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RAMBO, Fabiano Lazarotto. **O Programa Pronaf Mais Alimentos: um estudo de caso da microrregião de Pinhalzinho (SC)**. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2014.

RAMOS, Vanessa Souza; ANGNES, Juliane Sachser; COSTA, Zoraide. O futuro da fumicultura, o jovem rural e o dilema da sucessão geracional. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 43, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/752/75255594020/75255594020.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2025.

REIS, Bruno Pinheiro W. Capital social e confiança: questões de teoria e método. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, p. 35–49, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782003000200004>. Acesso em: 15 dez. 2025.

RIBEIRO, Cláudio Marques. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da região da Campanha do Rio Grande do Sul**. 2009. 304 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RIBEIRO, Sheila Aparecida Barros; FERREIRA, Simone Bacellar Leal. **Pesquisa envolvendo seres humanos: comitê de ética em pesquisa**. Núcleo de Acessibilidade e Usabilidade (NAU), 2016.

ROCHA, Ailton Francisco. Panorama da seca no estado de Sergipe: impactos e ações de enfrentamento. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 22, n. 44, p. 181–200, 2017.

SABBAG, Omar Jorge; COSTA, S. M. A. L. Análise de custos da produção de leite: aplicação do método de Monte Carlo. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 22, p. 125–145, 2015. Disponível em: <https://11nq.com/qIE3O>. Acesso em: 20 dez. 2025.

SABOURIN, Eric. Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e a economia solidária. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, 2014. Disponível em: <https://hal.science/hal-02798379/>. Acesso em: jun. 2024.

SAKAMOTO, Camila Strobl; NASCIMENTO, Carlos Alves; MAIA, Alexandre Gori. As famílias pluriativas e não agrícolas no rural brasileiro: condicionantes e diferenciais de renda. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 54, n. 3, p. 561–582, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790540309>. Acesso em: 15 dez. 2025.

SANTANA GORDILHO, Heron José; FIGUEIREDO, Francisco José Garcia. A vaquejada à luz da Constituição Federal. **Revista de Biodireito e Direito dos Animais**, v. 2, n. 2, p. 78–96, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2525-9695/2016.v2i2.1363>. Acesso em: 31 jan. 2026.

SANTANA, Millena dos Santos. **Índice de meios de vida e desenvolvimento rural sustentável em assentamento rural no município de Simão Dias (SE)**. 2024. 134 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024.

SANTOS, Fábio Pereira. **Coalizões de interesses e a configuração política da agricultura familiar no Brasil**. 2011. 182 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

SANTOS, Henrique Faria. Modernização da agricultura e dinâmica do agronegócio globalizado no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. **Geografia em Questão**, v. 12, n. 1, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.48075/geoq.v12i1.18330>. Acesso em: jun. 2024.

SAUER, Sérgio. Reforma agrária de mercado no Brasil: um sonho que se tornou dívida. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 98–126, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5999/599964689003.pdf>. Acesso em: jun. 2024.

SAVOLDI, Andreia; CUNHA, Luiz Alexandre. Agricultura familiar, Pronaf e modernização da agricultura no sudoeste do Paraná. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 5, n.

1, p. 25–45, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/geografar.v5i1.17780>. Acesso em: jun. 2024.

SCAPIN, Beatriz; TROIAN, Alessandra. Pronaf e território: o crédito rural na agricultura familiar da Quarta Colônia/RS. **Desenvolvimento em Questão**, v. 21, n. 59, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.13136>. Acesso em: jun. 2024.

SCHINAIDER, Sergio *et al.* Diversificação produtiva pela agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional: uma revisão narrativa. In: **CONGRESSO DA SOBER**, 60., 2022, Natal. *Anais...* Natal: SOBER, 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/sober2022/485489>. Acesso em: 30 dez. 2025.

SCHNEIDER, Sérgio. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano 16, n. 3, p. 14–33, 2007.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro Francisco. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf. **Revista Grifos**, v. 30, n. 51, p. 12–41, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5660>. Acesso em: jun. 2024.

SETTE, Ana Beatriz Pereira; FORTINI, Rosimere Miranda; BRAGA, Marcelo José. **Um novo retrato da agricultura familiar do estado de Sergipe: a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017**. Viçosa: UFV/IPDSS, 2021.

SILVA, Cleilma Roberta A.; AQUINO, Joacir Rufino. Evolução e limites do programa de microcrédito rural Agroamigo em Angicos (RN). **GeoNordeste**, n. 2, p. 117–138, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/geonordeste/article/view/5827>. Acesso em: jun. 2024.

SILVA, Simone Benedita dos Santos. **Agronegócio e impactos socioambientais do uso de agrotóxicos no município de Carira (SE)**. 2015. 209 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

SILVEIRA, Marina Porto Coelho; MONTENEGRO, Rosa Livia Gonçalves; PEREIRA, Patrícia Alves Rosado. Pronaf e desenvolvimento rural em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 2, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2023.264581>. Acesso em: 27 jan. 2025.

SILVESTRO, Milton Luiz *et al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: EPAGRI; Brasília: NEAD, 2001.

SOMBRA, Kassio Ewerton Santos *et al.* Citricultura na agricultura familiar de Russas (CE). **Revista Cultura Agronômica**, v. 25, n. 3, p. 303–316, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.32929/2446-8355.2016v25n3p303-316>. Acesso em: 20 dez. 2025.

SOUZA, Paulo Marcelo de *et al.* Agricultura familiar versus não familiar: diferenças nos financiamentos (1999–2009). **Revista Econômica do Nordeste**, v. 42, n. 1, 2011.

SOUZA, Paulo Marcelo de *et al.* Evolução do valor dos financiamentos do Pronaf-Custeio (1999–2010). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 2, p. 237–254, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032013000200002>. Acesso em: 14 set. 2025.

STAKE, Robert E. Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (org.). **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 2000. p. 435–454.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, v. 8, n. 1, p. 26, 2011. Disponível em: <https://lafcca.paginas.ufsc.br/files/2012/11/Artigo-Valmir-Revista-Agriculturas.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2026.

TOLEDO, Eliziário Noé Boeira; ZONIN, Valdecir José. O Pronaf como vetor de concentração produtiva. **Revista Grifos**, v. 30, n. 51, p. 141–162, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5371>. Acesso em: jan. 2025.

UECKER, Gelson Luiz; UECKER, Adriane Diemer; BRAUN, Mirian Beatriz Schneider. A gestão dos pequenos empreendimentos rurais num ambiente competitivo global e de grandes estratégias. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, 43., 2005, Ribeirão Preto. *Anais...* Ribeirão Preto: SOBER, 2005. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/429.pdf>. Acesso em: jun. 2024.

VAN CAMPENHOUT, Bjorn; DERCON, Stefan. **Nonlinear dynamics of livestock assets: evidence from Ethiopia**. 2012. IFPRI Discussion Paper n. 1215. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2198474>. Acesso em: 4 fev. 2026.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe *et al.* Towards a framework for understanding regional rural development. In: VAN DER PLOEG, Jan Douwe; MARSDEN, Terry (org.). **Unfolding webs: the dynamics of regional rural development**. Assen: Van Gorcum, 2008. p. 1–28. Disponível em: <https://sl1nk.com/P6nN4>. Acesso em: 25 jan. 2026.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Hucitec, 1991.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2015.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina Péres Rodrigues da. Censo Agropecuário 2006: uma crítica ao recorte metodológico. **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior**, Brasília, DF: IPEA, n. 6, p. 9–13, fev. 2010. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1351. Acesso em: jun. 2024.

VILLWOCK, A. P. *et al.* Análise da produção de bovinos de corte em Sergipe. **Desenvolvimento em Questão**, v. 23, n. 62, e15970, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2025.62.15970>. Acesso em: 25 ago. 2025.

VILLWOCK, Ana Paula Schervinski. **As estratégias de renda dos agricultores familiares de Itapejara D'Oeste nos anos de 2005 e 2010**. 2015. 127 f. Dissertação

(Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015.

VILLWOCK, Ana Paula Schervinski. **Meios de vida e renda: uma pesquisa em painel de agricultores familiares do sudoeste do Paraná**. 2018. 200 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: jan. 2025.

VIZOLLI, Idemar; MENDES, Alessandra Norberto. Braça, quadro e tarefa: um modo de efetuar medida de terras. **Vidya**, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. 69–78, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/VIDYA/article/view/1388>. Acesso em: 31 jan. 2026.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. “Franja periférica”, “pobres do campo”, “camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: CFN, 2017. p. 474. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso em: jun. 2024.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42–61, out. 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. v. 1, p. 21–55.

WEID, Jean Marc von der. Agricultura familiar: sustentando o insustentável? **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 4–7, jul. 2010.

WERLANG, Alceu. **Disputas e ocupação do espaço no Oeste Catarinense: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil**. Chapecó: Argos, 2006.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo; Brasília: Edusp; Hucitec; EdUnB, 1995. 336 p.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negocia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 11–73, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6389>. Acesso em: 4 fev. 2026.

ZAGO, Luis Henrique. O método dialético e a análise do real. **Kriterion: Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 54, p. 109–124, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-512X2013000100006>. Acesso em: jun. 2024.

APÊNDICE I - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE Mestranda responsável: Jeangela Carla Rodrigues de Melo Orientadora: Profª. Dra. Ana Paula S. Villwock	Entrevista Nº _____ Data da entrevista: _____
--	--

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO

(Projeto de Pesquisa – Dissertação PRODEMA – UFS)

A CONTRIBUIÇÃO DO PRONAF NA REPRODUÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM SERGIPE

Entrevistador:
Entrevistado (nome completo):
Contato:
Município:
Localidade:

1. FAMÍLIA E TRABALHO

Nome	Sexo (F/M)	Idade	Estado Civil (A)	Relação com o Beneficiário (B)	Escolaridade (C)	Tempo de Trabalho (D)
(A)	(B)	(C)	(D)			
1-Casado	1-Chefe da família	0 -Não alfabetizado	1 - Tempo integral na UP (*)			
2-Solteiro	2- Cônjuge	1-Analfabeto Funcional	2 - Tempo-parcial: trabalha fora e dentro da UP			
3 - Viúvo	3 - Filho(a)	2 - 1º Grau Completo	3 Tempo-parcial na UP + Trab. Doméstico			
4- Divorciado	4 - Pai/Mãe	3 - 1º Grau Incompleto	4 - Tempo-parcial na UP + Estuda			
5 - Outros	5 - Irmão/Irmã	4 - 2º Grau Completo	5 - Tempo integral fora UP (*)			
	6 - Sogro/Sogra	5 - 2º Grau Incompleto	6 - Somente trabalho doméstico			
	7 - Outros parentes	6 - Graduação Completa	7 - Somente estuda			
	8 - Agregados	7 -Graduação Incompleta	8 - Outros			
		8 - Pós-Graduação				

(*) Unidade de Produção

1.1 Teve despesa com mão-de-obra contratada?

() Sim () Não () Não sabe

Se sim, quantos contratos?

2. CAPITAL E PRODUÇÃO

Área Total (ha/tarefa):

Qual a condição da propriedade financiada:

() Própria____() Arrendada____() Em parceria____() Outros_____

2.1 Atividade de produção vegetal

[illegible]

2.2 Atividade de produção animal

[illegible]

3. DADOS DO PRONAF

3.1 Qual a área da propriedade financiada? _____

Ano em que teve acesso ao crédito*	Tipo de crédito (A)	Nome do beneficiário	Finalidade (B)	Valor Financiado (R\$)

(A)	(B)
1- Pronaf Custeio	1- Maquinário
2- Pronaf Investimento	2- Benfeitoria
3- Outro	3- Insumo
	4- Animais
	5- Manejo de Produção
	6- Agroindústria
	7- Energia Solar
	8- Vacinas, medicações
	9- Outro

(*) Perguntar dos últimos 10 anos

3.2 Como tomou conhecimento do Pronaf?

3.3 Quem fez o projeto para acessar o PRONAF? Obs. Pagou?

3.4 Você encontrou alguma dificuldade para acessar o Pronaf Custeio/Investimento?

3.5 Houve um planejamento prévio para o uso do crédito? Se sim, quem participou desse planejamento?

3.6 Como você administra os recursos financeiros obtidos pelo PRONAF?

4. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

4.1 Recebe/Recebeu assistência técnica ou extensão rural? De quem?

4.2 Se sim, contribuiu para o acesso e/ou gestão de recursos do PRONAF?

4.3 A assistência técnica recebida tem melhorado o desempenho da sua propriedade? Por quê?

5. ASPECTOS GERAIS DA REPRODUÇÃO SOCIAL

5.1 Impactos de Curto Prazo

1. Qual a influência do PRONAF na produção do estabelecimento?
2. O acesso ao PRONAF modificou as práticas agropecuárias no estabelecimento?
3. Qual a influência do PRONAF no trabalho da família?
4. De que forma o acesso ao PRONAF ajudou/influenciou na renda da família?
5. O acesso ao PRONAF reduziu a necessidade de buscar rendas fora da propriedade? De que forma?
6. Como PRONAF impacta na educação dos filhos e demais membros da família?
7. Houve mudança na alimentação da família após acessar o PRONAF?

5.2 Impactos de Longo Prazo

1. O acesso ao PRONAF contribui para as futuras gerações da família?
2. Após o crédito, seus filhos ou outros membros da família demonstram interesse em continuar no meio rural?
3. Após o acesso ao PRONAF houve mudança no patrimônio da família? De que forma?
4. Houve mudanças na estrutura da propriedade com o acesso PRONAF a ponto de incentivar os membros da família a permanecerem na agricultura?
5. Você acredita que o PRONAF pode contribuir para a sucessão rural na sua família?
6. Qual o principal desafio em acessar o PRONAF?
7. Teve alguma estratégia para acessar o PRONAF?
8. Quais são as perspectivas futuras na utilização do crédito para o estabelecimento?
9. Você continuará acessando o PRONAF? Por quê?

ANEXO I – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COORDENAÇÃO DE PESQUISA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu _____,
CPF _____, RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade de meu depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora Jeangela Carla Rodrigues de Melo, responsável pela pesquisa intitulada **“A CONTRIBUIÇÃO DO PRONAF NA REPRODUÇÃO SOCIAL DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS FAMILIARES EM SERGIPE”** a realizar ao colher meu depoimento, através de gravação de uma entrevista, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização desta gravação para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados. Sendo garantido a anonimidade do participante.

_____, ____ de _____ de 2025

Pesquisador responsável pela pesquisa

Participante da pesquisa

ANEXO II - TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COORDENAÇÃO DE PESQUISA

TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: A CONTRIBUIÇÃO DO PRONAF NA REPRODUÇÃO SOCIAL DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS FAMILIARES EM SERGIPE

Pesquisador responsável: Jeangela Carla Rodrigues de Melo

Instituição de origem do pesquisador: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Telefone para contato: (79) 8878-7928

E-mail: jeangela@academico.ufs.br

A pesquisadora do projeto acima identificado assume o compromisso de:

- Cumprir os termos da resolução nº 466/12, de 12 de dezembro de 2012 e da resolução nº 510/16, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e demais resoluções complementares à mesma (240/1997, 251/1997, 292/1999, 304/2000, 340/2004, 346/2005 e 347/2005).
- Garantir que a pesquisa só será iniciada após a avaliação e aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal de Sergipe
- Zelar pela privacidade e pelo sigilo das informações, que serão obtidas e utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa;
- Garantir que os materiais e as informações obtidas no desenvolvimento deste trabalho serão utilizados apenas para se atingir o(s) objetivo(s) previsto(s) nesta pesquisa e não serão utilizados para outras pesquisas sem o devido consentimento dos participantes;
- Garantir que os benefícios resultantes do projeto retornem aos participantes da pesquisa, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;
- Garantir que os resultados da pesquisa serão tornados públicos através de apresentação em encontros científicos ou publicação em periódicos científicos, quer sejam favoráveis ou não, respeitando-se sempre a privacidade e os direitos individuais dos participantes da pesquisa;
- Garantir que o CEP-UFS será comunicado da suspensão ou do encerramento da pesquisa por meio de relatório apresentado anualmente ou na ocasião da suspensão ou do encerramento da pesquisa com a devida justificativa;
- Garantir que o CEP-UFS será imediatamente comunicado se ocorrerem efeitos adversos, resultantes desta pesquisa, com o voluntário;
- Assegurar que os resultados da pesquisa serão anexados na Plataforma Brasil, sob a forma de Relatório Parcial e Relatório Final da pesquisa.

São Cristóvão, 11 de fevereiro de 2025

(Assinatura do Pesquisador responsável)

ANEXO III - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS APLICADAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SERGIPE -
UFS/HUMANIDADES



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A CONTRIBUIÇÃO DO PRONAF NA REPRODUÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM SERGIPE

Pesquisador: JEANGELA CARLA RODRIGUES DE MELO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 86642525.0.0000.0383

Instituição Proponente: PPG em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.829.521

Apresentação do Projeto:

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, criado em 1996, apoia a agricultura familiar com crédito acessível, promovendo permanência no campo e desenvolvimento sustentável. Contudo, desafios como gestão ineficiente, foco em monoculturas e ausência de assistência técnica comprometem sua eficácia, prejudicando, muitas vezes, a reprodução social da agricultura familiar brasileira. Dessa forma, o estudo objetiva analisar a contribuição do acesso ao Pronaf na reprodução social de estabelecimentos rurais familiares em Sergipe. Para a realização da pesquisa, será adotado o método científico dialético, com abordagem quanti-qualitativa, com análise de conteúdo para dados qualitativos, usando categorização e conteúdo, e estatística descritiva para dados quantitativos, utilizando Excel e SPSS. Os métodos incluem revisão bibliográfica, análise documental e dados secundários do BACEN. A coleta de dados primários envolve entrevistas com agricultores familiares, selecionados via amostragem intencional e técnica snowball, até saturação teórica. As entrevistas seguirão critérios éticos da Plataforma Brasil. Por fim, espera-se analisar o impacto do PRONAF na reprodução social de agricultores familiares em Sergipe, obtendo respostas sobre os desafios de acesso e gestão, e sua contribuição para a sustentabilidade econômica e social das famílias, isto é, para a

Endereço: Av. Marechal Rondon, s/n, Jardim Rosa Elze

Bairro: Jardim Rosa Elze

CEP: 49.100-000

UF: SE

Município: SÃO CRISTÓVÃO

Telefone: (79)3194-7057

E-mail: cepchs@academico.ufs.br

CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS APLICADAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SERGIPE -
UFS/HUMANIDADES



Continuação do Parecer: 7.829.521

reprodução social dos agricultores familiares.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a contribuição do acesso ao Pronaf na reprodução social dos agricultores familiares em Sergipe.

Objetivo Secundário:

Apresentar a distribuição do acesso aos recursos do PRONAF em Sergipe entre 2013 e 2024; Descrever como a gestão dos recursos do PRONAF influenciam na reprodução social de estabelecimentos rurais familiares em Sergipe; Compreender a dinâmica, os desafios e as oportunidades do acesso ao PRONAF na reprodução social de estabelecimentos rurais familiares sergipanos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Causação ou dispersão ao responder o questionário; Ocupação do tempo ao responder ao questionário; Discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado;

Benefícios:

Indicar pontos positivos e negativos da gestão do crédito do PRONAF dentro dos estabelecimentos rurais dos assentamentos; Contribuir para a reprodução social dos agricultores familiares de Sergipe; Propor estratégias de gestão aos agricultores garantirem sua reprodução social.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Critério de Inclusão:

O participante deve ser agricultor(a) familiar bem como ser o/a responsável pelo estabelecimento, ter acessado o PRONAF custeio ou investimento pelo menos dois anos antes da entrevista; estar com o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) ativo

Critério de Exclusão:

Como critérios de exclusão determinou-se que seriam excluídos da amostra todos os menores de 18 anos e aqueles que apresentassem sinais de embriaguez ou de uso de substâncias que alterem o estado de consciência.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide Conclusões ou pendências

Endereço: Av. Marechal Rondon, s/n, Jardim Rosa Elze

Bairro: Jardim Rosa Elze

CEP: 49.100-000

UF: SE

Município: SAO CRISTOVAO

Telefone: (79)3194-7057

E-mail: cepchs@academico.ufs.br

**CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS APLICADAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SERGIPE -
UFS/HUMANIDADES**



Continuação do Parecer: 7.829.521

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após os ajustes solicitados, não foram observados óbices éticos

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_2498986.pdf	11/08/2025 13:29:50		Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	11/08/2025 13:27:24	JEANGELA CARLA RODRIGUES DE MELO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Brochura_CEP_Je.pdf	11/08/2025 13:27:01	JEANGELA CARLA RODRIGUES DE MELO	Aceito
Parecer Anterior	CartaResposta_as_Pendencias_documentais_CEP_Humanidadesassinado.pdf	11/08/2025 13:26:21	JEANGELA CARLA RODRIGUES DE MELO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEP_Humanidades.pdf	11/08/2025 13:04:52	JEANGELA CARLA RODRIGUES DE MELO	Aceito
Outros	CurriculoLattes.pdf	11/02/2025 12:51:26	JEANGELA CARLA RODRIGUES DE MELO	Aceito
Outros	Roteiro_Entrevista_.pdf	11/02/2025 12:47:41	JEANGELA CARLA RODRIGUES DE MELO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Termo_de_Autorizacao_e_Existencia_de_Infraestrutura_CEPHumanidadesassinado.pdf	11/02/2025 12:46:32	JEANGELA CARLA RODRIGUES DE MELO	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRostoassinado.pdf	11/02/2025 12:45:49	JEANGELA CARLA RODRIGUES DE MELO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_compromisso_e_confidencialidade_Jeangelaassinado.pdf	11/02/2025 12:01:49	JEANGELA CARLA RODRIGUES DE MELO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_AUTORIZACAO_DE_USO_DE_IMAGEM_E_DEPOIMENTOS_Jeangela.pdf	11/02/2025 12:01:37	JEANGELA CARLA RODRIGUES DE MELO	Aceito

Endereço: Av. Marechal Rondon, s/n, Jardim Rosa Elze

Bairro: Jardim Rosa Elze

CEP: 49.100-000

UF: SE

Município: SAO CRISTOVAO

Telefone: (79)3194-7057

E-mail: cepchs@academico.ufs.br

CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS APLICADAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SERGIPE -
UFS/HUMANIDADES



Continuação do Parecer: 7.829.521

Orçamento	ORcAMENTO.pdf	11/02/2025 11:59:36	JEANGELA CARLA RODRIGUES DE MELO	Aceito
-----------	---------------	------------------------	--	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CRISTOVAO, 10 de Setembro de 2025

Assinado por:
ELAINE MARIA SANTOS
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Marechal Rondon, s/n, Jardim Rosa Elze

Bairro: Jardim Rosa Elze

CEP: 49.100-000

UF: SE

Município: SAO CRISTOVAO

Telefone: (79)3194-7057

E-mail: cepchs@academico.ufs.br